UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANA BRENDA DOS SANTOS SOARES

QUEM GOZA DO MEU GOZO?: uma análise sobre a invisibilização da sexualidade da mulher idosa

RECIFE
2024

MARIANA BRENDA DOS SANTOS SOARES

QUEM GOZA DO MEU GOZO?: uma análise sobre a invisibilização da sexualidade da mulher idosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª. Drª. Tatiane Michele Melo de Lima

RECIFE

2024

Ficha catalográfica

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Soares, Mariana Brenda dos Santos .
QUEM GOZA DO MEU GOZO?: uma análise sobre a invisibilização da sexualidade da mulher idosa / Mariana Brenda dos Santos Soares. - Recife, 2024.
87p.

Orientador(a): Tatiane Michele Melo de Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2024.
Inclui referências, apêndices.

1. Envelhecimento . 2. Mulher Idosa. 3. Sexualidade. 4. Não-cidadania. 5. Violência de Gênero. I. Lima, Tatiane Michele Melo de. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

MARIANA BRENDA DOS SANTOS SOARES

QUEM GOZA DO MEU GOZO?: uma análise sobre a invisibilização da sexualidade da mulher idosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 18 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Tatiane Michele Melo de Lima (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.ª Drª. Evelyne Medeiros Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

RECIFE
2024

Dedico este trabalho a todas as minhas avós, especialmente a Edite Maria e a Severina Vieira —Minha Biuzinha (*in memoriam*). Avós de sangue e de coração, que me acompanharam desde o meu nascimento até parte da minha vida adulta. Vocês são e foram símbolos de luta, representação de amor e firmeza; infelizmente, vítimas de uma sociedade machista e patriarcal. A vocês, a liberdade.

AGRADECIMENTOS

Ao Arquiteto do tempo,

Agradeço por todas as forças universais e, ao meu grande guia espiritual, por toda centelha divina e de iluminação.

Agradeço imensamente à minha amada mãe, Rosangela Amorim, por todo o apoio e amor à sua maneira. Por me amar do jeito que me ama, me ensinou a ser quem sou e como sou. Pois, se ela não fosse minha mãe, eu não seria eu. Agradeço por toda potência de vida. Eu te amo, mainha.

Ao meu pai, Edilson Soares, agradeço o amor carinhoso, também à sua maneira, e por me garantir a liberdade de escolha. Também sou quem sou por isso. Obrigada, painho.

Aos meus tios, Elinaldo Rodrigues e Rogério Amorim, agradeço todo apoio, amor, parceria e carinho.

À minha grande amiga, Ana Layza, agradeço por me apresentar ao Serviço Social. Sem você, essa pesquisa não teria sido realizada, pois não teria me apaixonado por este curso. Gratidão pelo companheirismo, pelos jantares, vinhos partilhados e por todas as confidências.

A Patrik, meu amigo de infância, agradeço por gostar de mim, apesar de mim.

A Thaysa, Fátima, Júlia e Ana Letícia, agradeço pela amizade, confiança e parceria.

Aos meus amigos de graduação: Lore, Jacyra, Amanda R., Gilvia, Ray, Marcela, Saffira, Aninha, Albert e Polly agradeço pelas risadas nos corredores, pelos lanches e cervejas, cafés, donuts, paciência… e, acima de tudo, pela parceria, apoio e amizade.

Agradeço, também à Dona Sônia, Gasparina e Thaynã pelos cafés e lanches na melhor barraquinha do CCSA (GG lanches).

Agradeço à minha ex orientadora e professora de Iniciação Científica, Raquel Soares, pelo acolhimento, parceria e todo o carinho. Gratidão por me inserir no mundo da pesquisa. Gratidão pela amizade.

Agradeço às professoras que marcaram minha vida acadêmica e por todos os projetos de extensão nos quais me indicaram e acolheram minhas ideias: Delâine Santana de Melo e Sandra Batista, gratidão.

Um agradecimento especial faço à equipe da Caravana da Pessoa Idosa, que me acolheu como sou e me mostrou outro jeito de ver o mundo. *O Arquiteto do tempo sabe tudo no todo de nós*. Agradeço pelas risadas, cafés, carinho, amizade, companheirismo, senso de equipe, pelas

inúmeras discussões e todo apoio. A Ana, Yélena, Irene, Bruno, Mayara e Luciana, gratidão! À Diane Varisco e Fátima Gonçalves, agradeço pelas páginas preenchidas no meu dicionário da sociedade adulta. Vocês são inesquecíveis.

Outro agradecimento faço a Ana Kelly Almeida da Costa, minha supervisora de estágio. Ana é uma mulher que inspira: assistente social crítica e de voz, mulher sagaz e potente. Agradeço por estar comigo nessa jornada de luz e perseverança. Que grande amiga, guru, orientadora e parceira tu és, agradeço.

Agradeço imensamente também a Maria do Socorro Machado Freire (Help), pelas conversas, almoços e inúmeros aprendizados partilhados. Você é um ser iluminado.

Agradeço a minha orientadora, Tatiane Michele Melo de Lima, por me acolher em meio ao turbilhão do período corrido. Obrigada por todas as sugestões, atenção e aceite.

Ao meu padrasto, Nelson Borges de Lima, pelas conversas sobre a Música Popular Brasileira, que, por muitas vezes, sem que ele soubesse, foram meus refúgios da letargia dos meus pensamentos acadêmicos. Gratidão!

Assim, me despindo das notícias e me revestindo de outras, tentando viver em comunhão, peço ao Arquiteto do tempo, tempo. Tempo vivido e não vivido, mas que, ainda assim, tende a ser. Singelamente, agradeço ao meu eu em mim.

Parafraseando Hilda Hilst[1]:

Parte de mim estilhaça uma asa num círculo de ferro.

Parte de mim é arcabouço raro.

Parte de mim é descanso e rudeza.

Outra parte de mim é arco em movimento de vento, em que outra asa, num só tempo, não se coloca ao vento porque se fez raiz.

No Serviço Social, fiz-me raiz.

Portanto, agradeço aos amores e não-amores, às ilusões, imperfeições, utopias e fantasias.

Destas me dispo e me transformo noutra.

E noutra, e noutra.

Me revisto de sonhos, amores e toda terra.

Hoje sou o que sou, amanhã não serei eu, ainda que seja raiz.

[1]Poemas 10 e 11, do livro *Iniciação do Poeta* de Hilta Hilst 1963-1966.

[...]
Me fizeram de pedra
quando eu queria
ser feita de amor.

Hilda Hilst[2], trecho “VI” (Presságio)

[2]Hilda Hilst (1930 - 2004) era poetisa, cronista, ficcionista e dramaturga brasileira. O livro ‘Presságio - Poemas Primeiros' foi lançado quando Hilst tinha apenas 20 anos, publicado em 1950 pela Revista dos Tribunais. A autora é conhecida pela ousadia na escrita que transita entre o sagrado e o profano. Hilst levantava a bandeira da liberdade sexual, liberdade de expressão e da quebra dos padrões sexistas e machistas.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo geral analisar a invisibilidade da sexualidade da mulher idosa e como essa invisibilização contribui para a não-cidadania de gênero na velhice. O trabalho transita na discussão de temas contemporâneos revestidos de tabus: a sexualidade e o envelhecimento. Neste estudo, entendemos que a sexualidade vai além do sexo e possui expressões relacionadas a outas áreas da vida, como a demonstração de afeto, erotização, sensualidade, empatia, amor, construção de redes de apoio e bem-estar. Assim, este estudo é dividido em cinco tópicos, os quais orientam a análise. A metodologia de pesquisa utilizada foi o Estado da Arte, justificando-se devido à necessidade de um arcabouço teórico mais abrangente sobre o tema proposto, sendo executado um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e de natureza descritiva. A pesquisa foi realizada nos bancos de dados PubMed, Lilacs, Revista Katálysis e Revista Serviço Social & Saúde, selecionados por suas pertinentes publicações acadêmicas e de referência na América Latina. As Palavras-Chave utilizadas foram: “envelhecimento”, “sexualidade” e“ mulher idosa”, sem discriminação de idiomas, abrangendo artigos em português, espanhol e inglês para uma busca mais ampla. Foram encontrados apenas nove artigos, dos quais dois foram excluídos por fugirem dos critérios de análise. Os resultados revelaram padrões recorrentes relacionados à hierarquização de gênero, especialmente no que diz respeito às relações de poder. Constatamos que a sexualidade na velhice, quando se trata de mulheres, é frequentemente invisibilizada e entendida como algo exclusivamente relacionado ao carnal. As definições de sexualidade ainda são vistas como “vergonhosas” e restritas para mulheres jovens. Mas precisamos ressaltar o óbvio: a sexualidade não se encerra na velhice. Ainda, características de uma universalização da velhice foram encontradas nos artigos, retirando as especificidades do processo de envelhecimento de cada pessoa, pois o envelhecimento é também permeado por fatores biopsicossociais. A pesquisa revisita a fragilidade no acesso a direitos sociais na velhice e como a existência na sociabilidade capitalista é excludente para a velhice, principalmente para mulheres, pois esse processo de invisibilização afeta diretamente a cidadania, exacerbando, assim, a importância do tema para a garantia da qualidade de vida dessas mulheres.

Palavras-chave: Envelhecimento; Mulher idosa; Sexualidade; Não-cidadania; Violência de Gênero.

ABSTRACT

The general objective of this monograph is to analyze the invisibility of elderly women's sexuality and how this invisibility contributes to gender non-citizenship in old age. The work deals with the discussion of contemporary themes covered by taboos: sexuality and aging. In this study, we understand that sexuality goes beyond sex and has expressions related to other areas of life, such as the demonstration of affection, eroticization, sensuality, empathy, love, construction of support networks and well-being. The research methodology used was State of the Art, justified by the need for a more comprehensive theoretical framework on the proposed topic, with a bibliographic study being carried out, with a qualitative approach and descriptive nature. Thus, this study is divided into five topics, which guide the analysis. The research was conducted in the databases PubMed, Lilacs, Revista Katálysis and Revista Serviço Social & Saúde, selected for their pertinent academic and reference publications in Latin America. The keywords used were: “aging”, “sexuality” and “elderly woman”, without discrimination of languages, covering articles in Portuguese, Spanish and English for a broader search. Only nine articles were found, of which two were excluded because they did not meet the analysis criteria. The results revealed recurring patterns related to gender hierarchy, especially with regard to power relations. We found that sexuality in old age, when it comes to women, is often made invisible and understood as something exclusively related to the carnal. Definitions of sexuality are still seen as “shameful” and restricted to young women. But we must emphasize the obvious: sexuality does not end in old age. Furthermore, characteristics of a universalization of old age were found in the articles, removing the specificities of the aging process of each person, since aging is also permeated by biopsychosocial factors. The research revisits the fragility in access to social rights in old age and how existence in capitalist society is exclusionary for old age, especially for women, since this process of invisibility directly affects citizenship, thus exacerbating the importance of the topic for guaranteeing the quality of life of these women.

Keywords: Aging; Elderly woman; Sexuality; Non-citizenship; Gender violence.

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**.....12

2. **SOMOS MUITAS, SOMOS MÚLTIPLAS, SOMOS MULHERES: Gênero, Sexualidade, Igreja e Negação do Desejo.**.....18

   2.1 Obscenas Senhoras: a feminização da velhice…….. .20

   2.2 Uma Questão de Gênero: a mulher.....26

   2.3 A Santificação da Velha: uma não-sexualidade…… .29

3. **NÃO INTERESSA SE ELA É COROA, PANELA VELHA É QUE FAZ COMIDA BOA: Estruturação Patrimonialista, Composição Familiar e Valores Culturais**.....37

   3.1 Só Interessa o que não é meu. Lei do Homem. Lei do Antropófago: Patriarcalismo e Coronelismo no Brasil..... 41

   3.2 No Matriarcado de Pindorama: A origem da família. 46

   3.3 O Aprisionamento da Cultura na Sociedade Unidimensional: a cultura como modeladora do ser social.....52

4. **PERCURSO METODOLÓGICO E ACHADOS DA PESQUISA**.....58

   4.1 Resultados.....60

   4.2 Discussões.....62

   4.2.1 "Vergonha", casamento e liberdade pós-menopausa…..……..65

   4.2.2 Quem goza do meu gozo? Vulnerabilidade e invisibilização……..…73

5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....78

   REFERÊNCIAS.....

   .

   APÊNDICES……81

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a invisibilização da sexualidade da mulher idosa. Busca-se compreender como a invisibilidade contribui para a não-identidade de gênero na velhice, influenciando, assim, uma discussão que transita por temas contemporâneos revestidos de tabus: sexualidade e envelhecimento. O trabalho é inspirado na experiência de estágio não-obrigatório na Caravana da Pessoa Idosa do Ministério Público de Pernambuco[3], a aproximação com o tema se deu a partir do estudo das relações sociais, dos processos de envelhecimento, como a feminização da velhice e das questões de gênero que permeiam o sistema de justiça.

Neste estudo, entendemos que sexualidade vai além das relações carnais vinculadas ao sexo, tendo foco nas expressões relacionadas às outras áreas da vida, como a demonstração de afeto, erotização, sensualidade, empatia, amor, construção de rede de apoio e o bem-estar. Nas últimas décadas, com o avanço da ciência e a melhoria da qualidade de vida, o mundo passou por outro processo de envelhecimento populacional, que não só o biológico. Em algumas culturas, o processo de envelhecimento é entendido como meio para amadurecimento, crescimento da sabedoria e da experiência, influenciado pelo contexto cultural, histórico e social no qual os indivíduos são inseridos (Iacub, 2007; Ribeiro e Cristina, 2019).

Posto isto, em muitas interpretações, há a crença de que a sexualidade na velhice, assim como o gozo e o erotismo, são transformados em companheirismo e carinho, eliminando da realidade das pessoas idosas qualquer vínculo com a erotização, a sexualidade e os aspectos corporais de desejabilidade (Iacub, 2007 *apud* Soares, 2024). A exemplo de como escreveu Simone de Beauvoir, no livro *A Velhice* (2018), que em algumas sociedades, o envelhecimento das mulheres está atrelado a uma perda social da "feminilidade", do "encanto erótico da fecundidade" e do *valor produtivo.*

A cultura política e social molda os comportamentos que disciplinam a identidade humana, seja em um grupo ou individualmente e é a partir da perspectiva da totalidade social que se dá o meio para a reprodução da vida social na sociabilidade capitalista, enquanto uma reprodução subjetiva da sociedade (Iamamoto e Carvalho, 1995 *apud* Yazbek, 2009; Soares, 2024).

[3]A Caravana da Pessoa Idosa é um núcleo institucional do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) cujo objetivo é subsidiar a atuação de promotores de justiça em temas pertinentes ao envelhecimento populacional, bem como fomentar políticas públicas e constituir conselhos e fundos de direitos da Pessoa Idosa (MPPE, 2023).

Entendemos que as aproximações teóricas com a realidade são cruciais para a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social, intencionando a estruturação de uma práxis consolidada na busca pela equidade. Em sintonia com Solange Maria Teixeira em seu livro *Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil* (2008), que aborda as expressões da questão social tanto em seus determinantes materiais quanto nos estruturais, destacando as condições de existência sob a égide do capital, nas quais o envelhecimento transforma o trabalhador em um *problema social*. A autora observa que as lutas sociais são frutos de um processo de tomada de consciência, exigindo do Estado políticas públicas que respondam a tais necessidades.

As políticas sociais enquanto respostas às expressões da questão social estão dimensionadas em períodos históricos, estabelecidas a partir de suas emergências, consolidação e reestruturação, sendo o sistema de proteção social resultado desta intervenção estatal. Muito embora essas relações sob o intervencionismo estatal, estruturada no tripé da seguridade social, assumam perspectivas do capital monopolista perpetuando uma vertente "universal", elas demarcam o acesso a tais políticas, mesmo que as fragmentando (Teixeira, 2008).

Assim como são dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, na perspectiva aqui adotada, compreendemos os direitos reprodutivos como sendo resultado da igualdade e liberdade na *esfera da vida reprodutiva* e, os direitos sexuais como liberdade e igualdade no *exercício da sexualidade* (Ávila, 2003; Rios, 2007). Definimos em paralelo por entender que os direitos sexuais *não estão intrinsecamente* ligados aos direitos reprodutivos, pois compreendemos que a sexualidade existe além da reprodução. Há, portanto, a necessidade de uma atualização dos debates em interseccionalidades de classe, raça, gênero, sexualidade e geração como um caminho para o desvelamento do real, do acesso às políticas e ao exercício pleno dos direitos.

A discussão sobre a sexualidade da mulher idosa em uma sociedade machista, patriarcalista e cisheteronormativa, é fundamental para a construção da liberdade individual e coletiva que permeia os enlaces do Capital. Serviu-nos de inspiração o pensamento feminista negro de Sojourner Truth, que articulou discursivamente as estruturas do racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo, sensibilizando a partir de uma análise interseccional que expõe as experiências atribuídas às mulheres negras (Akotirene, 2018, p. 19). Concebemos que a discussão aqui travada para descrever a não-identidade da mulher idosa, está permeada por aspectos discursivos além da classe, mas que se coadunam entre si a raça/etnia, geração, gênero e sexualidade.

Então, conforme a Agenda de 2030 de Desenvolvimento Sustentável e da Década do Envelhecimento Saudável das Américas (2021-2030), consoante a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS)[4], a década nas Américas tem 4 eixos de ações estratégicas, em que endossamos a transformação dos pensamentos socioculturais e hegemônicos, sobre como sentimos e agimos em relação ao envelhecimento; o fomento das promoções de capacidade das pessoas idosas através da criação de ambientes amigáveis, como os centros-dia; o incentivo e capacitação aos cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados nas pessoas e adequados às pessoas idosas, bem como a promoção de cuidados de longo prazo para as pessoas idosas que necessitem e o auxílio no tratamento das doenças degenerativas que fazem parte do processo de envelhecimento.

Partindo de uma análise da pirâmide etária (IBGE, 2022), que comprova a diferença nesse processo de longevidade. Observa-se que o Brasil vive o processo de feminização da velhice, com um quantitativo maior de mulheres idosas em comparação aos homens (OMS, 2002). Enquanto os homens são educados a exercerem um papel estrutural de perpetuação do machismo e de reprodução de poder, sendo colocados em situações de risco ou trabalhos que determinem sua "masculinidade" — havendo aqui, também, a intersecção de gênero e raça—, como resultado, não alcançam certa longevidade. Neste sentido, conforme a abundância de mão-de-obra, o sistema capitalista cria um "ciclo de vida produtivo" para o trabalhador, onde a utilidade de uso se resume à sua produção. Ao chegar nas idades mais avançadas, essa mão de obra se torna supérflua para a sociabilidade capitalista, pois se é descartado do próprio exército de reserva (Teixeira, 2008; Campelo e Paiva, 2014).

Os problemas centrais da feminização da velhice se inserem num rol de acesso aos direitos fundamentais, em que estão incluindo os determinantes sociais de saúde (OMS,2002) como um completo estado de bem-estar social, intelectual e mental, com acesso à moradia, água encanada, saneamento básico, transporte, etc., percebe-se que a não-identidade de gênero pode se estender, também, a uma não-identidade de cidadania e não-produção. Isso prejudica diretamente o princípio da dignidade humana e o acesso aos direitos sociais. Neste trabalho utilizamos da definição de Ingo Wolfgang Sarlet (2011) sobre a dignidade da pessoa humana que é a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, por meio da cidadania, é detentor de direitos e deveres fundamentais que visam assegurar à pessoa contra todo e

[4]ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS/OMS). Década do envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030). Disponível em: https://encurtador.com.br/DnTnE. Acesso em 23 ago. 2024. "A Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030. Declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2020, é a principal estratégia para construir uma sociedade para todas as idades" (OPAS/OMS).

qualquer ato de cunho degradante e desumano, garantindo-lhe condições existenciais mínimas para uma vida saudável. A Convecção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (CEDAW, 1979), que "[...] reconheceu expressamente as práticas discriminatórias contra a mulher que ferem os princípios da igualdade entre homens e mulheres e da dignidade humana, a comprometer a fruição de seus direitos" (Araújo, 2018, p.223), implica em uma reavaliação dessa existência. A maioria das mulheres idosas vivem em lares intergeracionais (PNAD, 2022) e com uma renda mensal de 1,2 salários mínimos (ibid.), que muitas vezes é dividida entre toda a família.

Esta monografia, partindo de uma crítica à construção social hegemônica etarista e machista, tem como metodologia de pesquisa o Estado da Arte (EA), justifica-se devido à necessidade e um arcabouço teórico mais abrangente sobre o tema proposto, em diferentes épocas e lugares (Romanovski, 2006; Megid Neto & Carvalho, 2018). Sendo um trabalho bibliográfico, de abordagem qualitativa e de natureza descritiva (ibid; Gil, 2010). Nesse diapasão, o objetivo geral é analisar a invisibilização da sexualidade das mulheres idosas, e como a invisibilidade influi na não-identidade de gênero. Por essa razão, há uma hipótese originária desta pesquisa, que é: as hierarquizações de gênero dão fundamentos para os preconceitos e invisibilidade da sexualidade na velhice.

Os Objetivos Específicos são: a) identificar os processos históricos atrelados a estruturas patriarcais e às dinâmicas familiares tradicionais que influenciam a percepção e expressão da sexualidade da mulher idosa no contexto brasileiro; b) explorar as normas de gênero, as relações de poder intrafamiliares e valores culturais transmitidos ao longo das gerações; c) Investigar o papel das instituições sociais, como a família, a religião e os serviços de saúde, na perpetuação ou mitigação da sexualidade da mulher idosa; e, d) discutir sobre a importância do entendimento das sexualidades das mulheres idosas e a longevidade populacional.

A revisão bibliográfica, tem seus fundamentos gerais em Araújo (2018), Araújo & Carvalho (2005), Ávila (2003), Akotirene (2019), Almeida (2019), Allegretti & Rodrigues (2020), Azzi (1993), Beauvoir (2009; 2018), Beozzo (1993), Bocchini (2000), Bourdieu (1983; 1988; 1999; 2001; 2012), Butler (2003; 2019), Brasil (1988; 1994; 2004), Cavalcanti (2023); CEDAW (2019), Cisne & Santos (2018); Crema (2021); Faleiros (2007); Foucault (1988; 2007), Fleury & Abdo (2022); Louro (2019); Goldemberg (2007; 2007) Heilborn (2018), IBGE (2022), Marcuse (1975; 1978; 1997), Macêdo (2008), Saffioti (1994; 2015) Teixeira (2008), Voguel (2022), Weeks (2019) entre outros.

Nesta monografia adotamos a compreensão hegemônica do que é saúde, das construções sociais à luz da sociologia, no processo cultural que molda o ser social. Com base nos objetivos deste projeto e seguindo a pergunta norteadora: Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade da mulher idosa? Para a pesquisa, foram realizadas buscas na base de dados PubMed[5], LILACS[6] e de duas das principais revistas do Serviço Social — *Katálysis*[7] e *Serviço Social & Saúde*[8]-– buscando por produções dos últimos cinco anos que dialoguem com a temática, utilizando as palavras-chave: Envelhecimento, Sexualidade e Mulher idosa.

Os bancos de dados escolhidos para a pesquisa foram selecionados a partir da grande contribuição na publicização de trabalhos acadêmicos pertinentes aos temas da Saúde, do Serviço Social e Sociologia. Previamente, para análise de dados, a busca focou em resumos que se alinhassem estreitamente com os objetivos da pesquisa. Os artigos foram categorizados com base nos seus resumos e áreas de produção. O recorte temporal foi estabelecido a partir da tradução da Recomendação Geral de n.º 27, da Convenção para a eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (Convention for the Elimination of All Forms of discrimination Against Women/ CEDAW), a qual discute a desigualdade que atinge mulheres em todo o mundo. A recomendação é específica para mulheres idosas e a proteção dos seus direitos humanos e foi elaborada no ano de 2010 como parte de um plano mundial para a proteção das mulheres idosas, mas apenas em 2019 chega a debates jurídicos enquanto questões de gênero. Em níveis formais, o princípio da igualdade de gênero, no que diz respeito aos direitos humanos, se destaca na convenção e nas orientações para tratar do tema a fim de retirar da margem os assuntos relacionados ao gênero que atingem especificamente as mulheres.

Quanto à estruturação este estudo é dividido em 5 tópicos. O primeiro é a introdução, seguida de três tópicos teóricos e, por fim, as considerações finais. No Tópico 2: SOMOS

---

[5]A base de dados da PubMed foi selecionada pela grande contribuição em publicações sobre ciências da vida, está vinculado ao Instituto Nacional de Saúde, a bibliotecas universitárias, a biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos e contém mais de 35 milhões de citações e resumos, contento um vasto arcabouço teórico e de materiais de pesquisa na área da saúde;

[6]O banco de dados foi escolhido pelo abrangente índice de literatura científica e técnica publicada por instituições da América Latina e Caribe, pela qualidade de informações em Saúde, e pelo bando de dados ser coordenado pela BIREME/OPAS/OMS;

[7]A Revista Katálysis foi selecionada pela classificação em Quális/Capes A1, pelos 27 anos de publicações ininterruptas de artigos científicos originais, que contemplam temas das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências Sociais Aplicadas e das suas relações com os demais campos do saber, de alcance nacional e internacional; e

[8]A Revista Serviço Social & Saúde foi selecionada pela sua vasta contribuição as publicações voltadas para os temas do Serviço Social na Saúde e também das Ciências Sociais Aplicas, de classificação de Quális 3, tendo 22 anos de existência;

MUITAS, SOMOS MÚLTIPLAS, SOMOS MULHERES: Gênero, Sexualidade, Igreja e Negação do Desejo, aborda-se às definições de gênero, fazendo um percurso da concepção hegemônica que está vinculada ao sexo biológico, a qual fundamenta a construção de uma identidade social. Faz-se um resgate histórico da sexualidade no Brasil sob a influência da educação católica; a estruturação de uma cultura hegemônica de submissão das mulheres aos homens; e a comercialização destes valores culturais a partir de uma ideia de juventude como sendo único meio de existência digna de visibilidade.

No tópico 3: NÃO INTERESSA SE ELA É COROA, PANELA VELHA É QUE FAZ COMIDA BOA: Estruturação Patrimonialista, Composição Familiar e valores culturais, recuperamos parte da história da formação socio-histórica brasileira, do racismo estrutural e do processo de constituição familiar através das as raízes patrimoniais.

No tópico 4, PERCURSO METODOLÓGICO E ACHADOS DA PESQUISA, apresentam-se o percurso metodológico, os resultados encontrados da pesquisa a discussão teórica sobre o envelhecimento, com 4 subtítulos, dentre eles: “Resultados” e “Discussões”.

Apenas no LILACS foram encontrados artigos relevantes para a pesquisa, um total de 9 (nove), dos quais 7 (sete) foram selecionados para análise. Dos 2 (dois) excluídos, 1 (um) não abordava exclusivamente as mulheres idosas, e o outro focava em uma instituição de longa permanência na Argentina.

Os resultados mostraram padrões repetitivos relacionados à hierarquização de gênero, especialmente no que tange à relação de poder. Constatou-se que a sexualidade na velhice é frequentemente invisibilizada, sendo associada a um processo de domesticação das mulheres idosas. A performatividade do gênero, que acompanha as mulheres desde o nascimento, invisibiliza-se após o período reprodutivo, quando muitas vezes são relegadas ao esquecimento e a outros papéis de cuidado social.

As definições de sexualidade atreladas ao ato sexual reduzem a compreensão da sexualidade em sua amplitude, limitando a liberdade sexual – sexo — dessas mulheres e são tolhidas no processo de envelhecimento. A “vergonha”, mencionada em diversos artigos, emerge como uma barreira à expressão da sexualidade, vinculada a uma educação católica que aponta o matrimônio e submissão como meio para a felicidade e salvação espiritual. Esse processo de domesticação, associado à perda de privacidade e autonomia, restringe ainda mais a liberdade dessas mulheres, resultando em uma “castração do bem viver”.

O último tópico do trabalho, intitulado CONSIDERAÇÕES FINAIS, destaca a necessidade de mais estudos aprofundados sobre o tema, principalmente no que diz respeito ao envelhecimento das mulheres negras. As produções que versam sobre as mulheres idosas,

as universalizam, como se o envelhecimento fosse um processo igualitário para todas, transformando-as em um só grupo na velhice. Em paralelo a isto, a falta de produções acadêmicas do Serviço Social sobre o tema, expõe, também, a invisibilização da sexualidade das mulheres idosas. Ainda, a pesquisa revisita a fragilidade de acesso a direitos sociais na velhice e de como a existência na sociabilidade capitalista é excludente quando se trata do envelhecimento, principalmente para mulheres. A invisibilidade afeta, diretamente, a cidadania.

2 SOMOS MUITAS, SOMOS MÚLTIPLAS, SOMOS MULHERES: GÊNERO, SEXUALIDADE, IGREJA E NEGAÇÃO DO DESEJO

No tempo em que a maçã foi inventada
Antes da pólvora, da roda e do jornal
A mulher passou a ser culpada
Pelos deslizes do pecado original
[...] Guardiã de todas as virtudes
Santas e megeras, pecadoras e donzelas
Filhas de maria ou deusas lá de Hollywood
São irmãs porque a mãe natureza fez todas tão belas
[...]
São donas-de-casa, professoras, bailarinas
Moças operárias, prostitutas, meninas
Lá do breu das brumas, vem chegando a bandeira
Saúda o povo e pede passagem, a mulher brasileira [...]

Joyce[9]

Para compreender a construção deste trabalho, iniciemos analisando a opressão/exploração da mulher na sociabilidade capitalista, seu apagamento social e a estruturação do conceito de gênero no Brasil, que perdura do período colonial até os dias atuais. Paradoxalmente, é importante entender que os conceitos são construídos a partir de ideologias, exigências políticas, reflexões culturais que permeiam a existência dos pensadores e estudiosos. Esses conceitos não só fundamentam objetos de disputa, mas também se estabelecem em linhas teóricas que elencam discussões.

A relação entre o patriarcado-racismo-capitalismo, segundo Heleieth Safiotti (1987, *apud* Cavalcanti, 2023), se estabelece no Brasil a partir da interseção dos fenômenos sócio-históricos dominadores, como a colonização. Sob esta perspectiva, cada um desses

[9]Música ‘Mulher do Brasil’, autoria de Joyce Moreno.

fenômenos configura um sistema que se intersecciona fundamentando a exploração e dominação específicas, caracterizando processos sociais.

Simone de Beauvoir (2018) ao destacar em seu livro *A velhice* que, em todas as idades, os homens são entendidos como sujeitos, enquanto as mulheres são colocadas em uma posição objetificada, dá ensejo a um processo desumanizador. Essa objetificação feminina, que aqui concordamos, decorre de uma concepção social produtiva e hegemônica — como o é a sociabilidade capitalista—, dá origem a uma estruturação violenta do ser. E que, se para ser quem se é, nos determinantes da centralização do homem social[10], em que as relações criam suas subjetividades, o outro precisa me fazer quem sou, pois sendo diferente de mim, não nos igualamos, apenas nos constituímos. E partindo disso, questionamos: *Pois, se sou um objeto enquanto o outro é sujeito, quem sou eu?* Assim, seguindo a perspectiva de Beauvoir, a objetificação que é imposta ao gênero retira a humanização das mulheres, em qualquer faixa etária, de qualquer raça e etnia. Embora em níveis alarmantes, as mulheres negras são colocadas em um nível ainda mais profundo de objetificação, pois interseccionam três categorias de opressão em sua existência: gênero, raça e classe.

Conforme Sueli Carneiro (2020), que discorre sobre uma violação constituinte do ser social, "no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional" (p. 1). Em que pontuamos que essa estruturação está influenciada pelo mito da democracia racial, difundida no Livro *Casa-grande & Senzala* (Gilberto Freyre, 1933). Neste sentido, ainda sob essa ótica (Carneiro, 2020), a violação sexual é um eixo central de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade.

Logo, considerando que o envelhecimento populacional tem movimentado pesquisas acadêmicas e o desenvolvimento de políticas públicas sobre o tema, a sexualidade na velhice, enquanto parte da qualidade de vida, ainda não é discutida. Pensar sexualidade na velhice é quase um "pecado" católico, no qual as permissões societárias não chegam além dos processos medicalizantes, voltados para as relações sexuais – no caso dos homens pelo uso de remédios para ereção ou das mulheres pela reposição hormonal –. Tais determinações se associam a uma dominação do homem sobre a mulher, no que diz respeito à reprodução do sexo heterossexual como garantia da inserção social ou perpetuação dos determinantes reprodutivos Pênis X Vagina.

[10]Sendo aqui o homem (bio) como eixo central da sociedade.

Os direitos sexuais e reprodutivos abarcam direitos humanos já reconhecidos por legislações nacionais e internacionais e versam sobre direitos sociais. Esses direitos estão fundamentados no direito básico de ter uma vida sexual com prazer e livre de discriminação. Enquanto os direitos sexuais se vinculam a uma garantia do exercício da sexualidade de forma livre e informada, abordando questões que podem influenciar na identidade sexual ou a maneira como as pessoas desejam manter relações íntimas de afeto; expressar sua sexualidade; ou meios de prevenção relacionados à saúde sexual (Ávila, 2003; Brasil, 2006). Os direitos reprodutivos se referem ao direito de decidir se querem ou não ter filhos e incluem informações sobre métodos contraceptivos, gestação, parto e aborto em seus meios, métodos e técnicas (ibid, ibidem). Sendo,

> A luta no campo ideológico para romper com a moral conservadora, que prescrevia para as mulheres a submissão da sexualidade à reprodução, teve um significado muito forte na história da prática política e do pensamento feministas. E continua tendo. Essa mesma moral é também definidora da heterossexualidade como expressão "natural" de relacionamento sexual e como a única que deveria ser aceita socialmente. A heterossexualidade como norma foi o esteio desse modelo de sexualidade baseado em sexo-procriação (Ávila, 2003, p. S466).

De acordo com Cavalcanti (2023), as relações sociais onde há a dominação dos homens sobre as mulheres, "que se manifesta no âmbito da produção, da reprodução, da sexualidade e da socialização dos imaturos" (p. 11), são elementos substanciais para a compreensão da sociedade brasileira. Assim, em harmonia com Saffioti (1987 apud Cavalcanti, 2023) e Beauvoir (2018), consideramos de extrema importância a utilização da categoria de gênero sem renunciar a usá-lo em conjunto com outros conceitos como patriarcado e racismo, sendo intersecções necessárias para as reflexões seguintes.

2.1 **Obscenas Senhoras: A Feminização Da Velhice**

[...] queria te falar, te falar da morte [...],
da solidão [...],
desses nadas do dia a dia que vão consumindo a melhor parte de nós,
queria te falar do fardo quando envelhecemos,
do desaparecimento,
dessa coisa que não existe,
mas é crua, é viva, o Tempo.

Hilda Hilst[11]

[11]No Livro "A obscena senhora D", lançado pela primeira vez em 1982, Hilst atinge os leitores a níveis intelectuais, sensoriais e sexuais. A autora aborda o luto de Hillé, uma mulher idosa, que inaugura a recente

No Brasil, atualmente, vivencia-se o fenômeno descrito pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2002) como “feminização da velhice”, que se refere à maior longevidade das mulheres idosas em comparação aos homens idosos. De acordo com os dados do último censo demográfico brasileiro (IBGE, 2022), há cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens nesta faixa etária. O processo de envelhecimento populacional exige estudos mais aprofundados para entender as especificidades dessa população, especialmente em relação às mulheres idosas, dada a sua vulnerabilidade.

Assim sendo, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022) e a ONU (2002), são considerados idosos, em países periféricos, as pessoas com 60 anos ou mais, sem considerar o estado físico ou psicológico de cada indivíduo. São apenas considerados os fatores biológicos e funcionais do envelhecimento. Segundo Amanda e Lourenço (2007, p.104) “a idade pode ser biológica, psicológica ou sociológica, à medida que se enfoca o envelhecimento em diferentes proporções das várias capacidades dos indivíduos”, considerando o envelhecimento como um processo circundado por fatores biopsicossociais.

Os preconceitos contra a velhice estão profundamente enraizados na sociedade, e muitas pessoas idosas tendem a interiorizar seus desejos e sentimentos. Na sociedade capitalista, apenas às mulheres jovens é dada a possibilidade de manifestação da sexualidade — ainda que restritas —, sugerindo que as expressões de amor na velhice devem ser platônicas ou acompanhadas de uma progressiva abstenção sexual. Segundo Gognalons-Caillard (1979) essa exacerbação da visão deficitária do envelhecimento está ligada à maneira pela qual a velhice no Ocidente se opõe a uma sociedade centrada na produção, juventude, no rendimento e dinamismo (*apud* Uchôa, 2003, p. 851). Compreendendo, portanto, que

> o comportamento sexual é plurideterminado por princípios como cultura, religião e educação e esses valores influenciam intensamente o desenvolvimento sexual, determinando a maneira como iremos vivenciá-la e lidar com ela por toda a vida. Assim, a geração atual de idosos é fruto de uma educação muito severa. Os pais destes tinham por orientação sexual os conceitos e preconceitos repressores, herdados de uma outra geração mais repressora ainda; para muitos, o exercício da sexualidade era algo sujo e pecaminoso. Pode-se dizer ainda que a sexualidade no idoso está relacionada a vários sentimentos: as alegrias, as culpas, as vergonhas, os

---

viuvez adentrando em um estado de melancolia, recolhe-se embaixo da escada da casa e narra as relações amorosas com Ehud, falecido marido e amante. Hillé também aborda questões existenciais como a efemeridade do tempo, fazendo reflexões existencialistas sobre o envelhecimento e a sociedade. HILST, Hilda. A obscena senhora D. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

> preconceitos e as repressões de cada um. O sexo na terceira idade[12] traz satisfação física, reafirma a identidade e demonstra o quanto cada pessoa pode ser valiosa para outra, estimulando sensações de aconchego, afeto, amor e carinho (Almeida; Lourenço, 2007, p. 108)

Devido à educação católica repressiva das décadas de 1930 a 1950[13], muitas mulheres idosas precisam superar a "vergonha" moralmente instituída para vivenciar plenamente sua sexualidade. A disseminação de informações sobre a sexualidade das pessoas idosas pode proporcionar uma vivência erótica mais satisfatória do que em qualquer outra época da vida (Almeida; Lourenço, 2007, p. 108), o que garantiria a realização dos direitos sexuais.

O envelhecimento é frequentemente visto como assustador e, em muitas culturas, é associado à decadência e à morte. No entanto, estudos gerontológicos entendem o envelhecimento como uma sequência natural da vida, com suas especificidades e características (Beauvoir, 2018); (Almeida; Lourenço, 2007), e é isso que defendemos neste trabalho.

A escassez de informações sobre o envelhecimento e as mudanças na sexualidade em diferentes fases da vida acaba por perpetuar preconceitos, levando à estagnação das atividades sexuais das mulheres idosas. Bem como a crença de que a velhice é uma etapa assexuada que tem uma forte influência na autoestima, na autoconfiança, no rendimento físico e social que fundamenta uma anormalidade das sensações e capacidade de amor na velhice (Risman, 2005 *apud* Almeida; Lourenço, 2007); (Almeida; Lourenço, 2007).

O envelhecimento do corpo, taxado por sua não reprodutividade e desejabilidade, está vinculado aos processos culturais. Para as mulheres idosas, esse processo de apagamento atrelado ao envelhecimento tem início no climatério[14]. A vida da mulher é marcada por vários "ritos", dos quais a menarca, a gestação ou ainda, a última menstruação são considerados episódios importantes para a história de vida da mulher e contém significados culturais diversos. A menstruação e a menopausa são fases naturais da fisiologia feminina que por um

---

[12]O termo "Terceira Idade" teve origem na França, em 1960, e era utilizado para descrever a idade de uma pessoa que se aposentava. A infância era tida como a primeira idade, improdutiva, mas com uma possibilidade de crescimento; a vida adulta, produtiva, era considerada a segunda idade; e, a "terceira idade", era a fase em que as pessoas paravam de produzir, aposentando-se. Aqui percebemos como o termo está correlacionado com a ideia de produção na sociedade e, com o aumento da longevidade, esse termo entra em desuso ao descrever indivíduos com 60 anos ou mais, pois se compreende que quem está na "terceira idade" ainda não é velho (Neri & Freire, 2000; Prado, 2002; Araújo & Carvalho, 2005).

[13]O recorte histórico aqui é feito para abordar, especificamente, pessoas que nasceram nessas décadas e hoje são pessoas com 60 anos ou mais.

[14]O climatério é definido pela Organização Mundial da Saúde como uma fase biológica da vida e não um processo patológico, que compreende a transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo da vida da mulher. A menopausa é um marco dessa fase, correspondendo ao último ciclo menstrual, somente reconhecida depois de passados 12 meses da sua ocorrência e acontece geralmente em torno dos 48 aos 50 anos de idade (Brasil, 2008, p. 11).

longo tempo foram vistos como doença, enquanto a feminilidade é associada, exclusivamente, à juventude (Brasil, 2008).

> [...] apesar de algumas vezes apresentar dificuldades, o climatério é um período importante e inevitável na vida, devendo ser encarado como um processo natural, e não como doença. Às vezes é vivenciado como uma passagem silenciosa (sem queixas); outras vezes, essa fase pode ser muito expressiva, acompanhada de sintomatologia que gera alterações na rotina, mas, no geral, é uma fase com perdas e ganhos, altos e baixos, novas liberdades, novas limitações e possibilidades para as mulheres (Brasil, 2008, p. 15).

Assim, envelhecer expõe diferentes interpretações sobre a passagem do tempo, inexorável para homens e mulheres (ibid.), "a relação estabelecida entre mulher-beleza-juventude no imaginário da sociedade ocidental, está associada à saúde" (Brasil, 2008, p. 15), nesse sentido, tais fatores podem fomentar predisposições biológicas, de ordem social que podem impulsionar algum processo depressivo.

Além disso, entender que o climatério e a menopausa é vivido a partir da singularidade de cada mulher, e existem algumas predisposições biológicas as quais se manifestam a partir da interrupção dos ciclos menstruais,

> as mulheres nessa fase podem apresentar aumento das taxas de colesterol, doenças cardiovasculares, diabete mellitus, neoplasias benignas e malignas, obesidade, distúrbios urinários, osteoporose e doenças autoimunes. [...] é possível que ocorram sintomas neuropsíquicos, que muitas vezes são os primeiros a surgir (distúrbios vasomotores, cefaleia, ansiedade, depressão, fadiga, insônia, diminuição da libido, entre outros). Também as alterações hormonais podem trazer algum desconforto para as mulheres ante o imprevisível, diminuir sua capacidade produtiva, determinar disfunções em seu ritmo de sono-vigília, predispô-las à fadiga e irritabilidade, expô-las a respostas de ampla labilidade emocional (Brasil, 2008, p. 15-16).

O corpo, na totalidade, sofre mudanças metabólicas passando por "alterações que estão especialmente relacionadas às funções do sistema endócrino e diminuição da atividade ovariana"(Brasil, 2008, p. 21). Dessa maneira, a sexualidade da mulher idosa é vinculada corriqueiramente a uma imagem negativa, que parte da ideia degenerescência física, no que diz respeito ao vigor físico e a capacidade reprodutiva (Andrade; Franch, 2012).

A relevância dessa conjectura sobre o entendimento da sexualidade, que expõe múltiplas possibilidades de vivências da dimensão humana, implica diretamente em uma pluralidade dos dispositivos de controle, como um tipo de enquadramento moral (Andrade; Franch, 2012). Ainda, para os autores,

> [...] no processo de envelhecimento, os controles sobre a sexualidade assumem formas específicas, que precisam ser compreendidas à luz das permanências e das transformações nas representações e práticas ligadas à velhice no século XXI. Pela sua importância na normatização das práticas sexuais, a área da saúde emerge como uma das arenas privilegiadas para a observação de tais dinâmicas (2012, p. 43).

As mulheres, maioria da população brasileira e principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), enfrentam uma velhice que depende de fatores como alimentação, moradia, lazer, condições de trabalho, educação e renda, relações sociais e familiares, meio ambiente, urbanização, autoimagem e autoestima (Brasil, 2008).

As prerrogativas para um bom envelhecimento estão sujeitas a uma boa condição financeira, constituindo-se enquanto uma questão de raça, classe e gênero "a velhice no Brasil se mostra a partir de uma teia de complexas necessidades humanas que decorrem da sociabilidade do capitalismo e se revelam na relação desigual e hierárquica entre as classes sociais" (Torres, 2020, p. 47).

De maneira que,

> a precariedade das condições de vida das mulheres negras leva-as a apresentar em maiores taxas de doenças relacionadas à pobreza, como o câncer de colo de útero, cuja incidência é duas vezes maior do que entre as mulheres brancas. Além disso, a população negra está mais sujeita a anemia falciforme, a hipertensão arterial, a Diabete mellitus e a infecção por HIV. É também alta a ocorrência de depressão, estresse e alcoolismo neste grupo populacional (Brasil, 2008, p. 10).

A população mais pauperizada e vulnerabilizada é quem paga a maior "conta" no final. O processo de envelhecimento perpassado por tais conjecturas sociais, tende a se intensificar negativamente nesse aspecto, sendo a população negra a mais vulnerabilizada.

Outro aspecto, de ordem cultural, simbólica e subjetiva, é que a ausência do "encanto" da juventude pode levar à perda, também, da vontade de se relacionar ou à modificação do corpo, "item-se como exemplos de enorme apelo mercadológico o mercado de cosméticos anti-idade, a indústria dermocosmética, que ano a ano fatura bilhões de dólares em função da ideia de retardar os sinais do envelhecimento" (Leão; Teixeira, 2020, p. 21).

Contudo, a população idosa é composta por grupos diversificados. Dada a formação sócio histórico-brasileira e o grande número de pessoas da classe trabalhadora, o envelhecimento, então, é vivido como uma fase "trágica" da vida, o qual é resultado de uma linha temporal de exclusão e segregação (ibid.). Consequentemente, a longevidade que a humanidade conquista e aqui a população brasileira alcança, pode ser problematizada diante das conjunturas socioeconômicas e socioculturais (Leão; Teixeira, 2020). Podemos também inferir que, "[...] o cerne da problemática da questão social do envelhecimento está umbilicalmente articulado aos processos de direcionamentos dos interesses hegemônicos e ao conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas do projeto da classe dominante"(ibid.).

Assim sendo, pode-se compreender o agravamento das condições de envelhecimento da classe trabalhadora como resultado de uma estratégia capitalista que articula o

conservadorismo aos aspectos socioculturais propondo uma virada radical, fundamentada no neoliberalismo. O que ocorre mais precisamente no âmbito socioeconômico, por meio de destituição ou precarização do acesso aos bens e serviços produzidos na sociabilidade capitalista, a qual também é acrescida de uma incidência de doenças incapacitantes, que prevê um desamparo total às pessoas idosas (Keller, 2020; ibid.). Por esse ângulo, a discriminação geracional, com base na idade cronológica, se institui como algo naturalizado.

Para as mulheres, vitimas atemporais de uma sociedade patriarcal, machista, misógina e racista, essa discriminação é mais evidente. Atreladas ao mito da eterna juventude, as mulheres se veem incapazes de lidar com o próprio processo de envelhecimento, chegando a se submeter a uma supervalorização da beleza física padronizada, diretamente relacionada a desejabilidade romântica e sexual do sexo oposto ou da pessoa de seu desejo (Brasil, 2008). Assim, a mulher, na sua posição de "objeto" em contraste com a posição de "sujeito" do homem, é subjugada na padronização da desejabilidade. Com o corpo envelhecido, em suas características naturais, não se encaixa nesses padrões, a velhice retira as mulheres do lugar de "objeto" e as coloca na *inexistência*.

A constante busca pela aprovação masculina e por atender a uma certa padronização social de beleza, são fatores de tensão que interpõem uma construção social do que se apreende por autoestima, que repercute diretamente na saúde mental, física, nas relações sociais e familiares. O modelo do corpo, para Pierre Bourdieu[15] (1988)

> [...] é um corpo distintivo, é um capital: um corpo jovem, magro, sexy e em boa forma, um corpo que distingue como superior aquele que possui, um corpo conquistado por meio de muito investimento financeiro, trabalho e sacrifício (*apud* Goldemberg, 2007, p. 57),

É fundamentação da definição da antropóloga Mirian Gooldemberg (2007) sobre a importância da beleza e sensualidade no Brasil. Goldemberg descreve o corpo como um capital (social e econômico), em uma cultura como a brasileira, o envelhecimento pode ser vivenciado como um momento simbólico de grandes perdas. Embora haja uma parcela significativa de pessoas que acreditam no amor e sexo na velhice, são poucos os que acreditam na continuidade da sexualidade das mulheres na velhice.

Segundo Lourenço e Almeida (2007), a sexualidade constitui-se como sendo um delicado equilíbrio das emoções e das causas psicológicas e ainda que haja uma diminuição na frequência das atividades sexuais, não quer dizer que seja o fim da expressão ou do desejo

[15]A partir das relações sociais dominantes, estruturante de uma sociedade e pautada na fenomenologia, os agentes institucionais dominantes tendem a incultar uma cultura também dominante, de modo a produzir um "habitus". E então, as determinações sociais não se tornam explícitas, mas sim, inseridas nas relações como algo natural.

sexual. Mesmo em idades mais jovens, existe uma grande preocupação com a "quantidade" de relações sexuais, mas ao chegar em uma idade mais madura, essa 'quantidade" se transmuta em "qualidade".

> As mudanças nos roteiros sexuais, no que diz respeito aos idosos, suscitam respostas contraditórias por parte da opinião pública, que parece oscilar entre uma celebração do "eterno espírito jovem" dos não tão jovens e a compreensão velada de que, no fundo, essas práticas não passam de expressões de uma sexualidade inadequada e fora de lugar (Andrea; Franch, 2012, p. 44).

Dessa maneira, o prolongamento da vida sexual até idades mais avançadas se relaciona com o aumento da expectativa de vida, o espraiamento do ideal de juventude e ampliação de uma autonomia individual, que se recusam gradualmente os preconceitos tradicionais contra sexualidade na velhice (ibid.). Para Saffioti (2004, p. 33), os homens deveriam ter idade inferior à das mulheres nos casamentos, uma vez que a sexualidade feminina é difusa por todo o corpo e não limitada pela idade. Ainda que a sexualidade das mulheres na velhice ofereça vantagens em comparação aos homens, ela não é vivenciada.

Em suma, o envelhecimento sexual é o mais apontado frequentemente como fonte de angústia das mulheres e homens nessa fase da vida. No ocidente, aliada a desvalorização dos indivíduos mais maduros, incluindo as mulheres após a menopausa, fundamenta a sexualidade da mulher idosa a uma fase assexuada, não sendo esta uma identificação da função reprodutora e se torna algo que não necessita de visibilidade.

2.2 Uma questão de gênero: a Mulher

As definições de gênero, numa concepção hegemônica, estão atreladas a política e conceitualmente atravessada pelo sexo como biológico, o que define de forma binária: homem X mulher. Essas definições culturais estabelecem características femininas e masculinas (Heilborn; Rodrigues, 2018). Anteriormente, em *O segundo sexo (1949),* Simone de Beauvoir*,* havia construído uma reflexão sobre a subalternidade feminina da mulher universal, que converge para os estudos de gênero, questionando a ideia de que a biologia deva ser um fator determinante na diferenciação entre homens e mulheres. Para Beauvoir, as possibilidades individuais estão intrinsecamente ligadas à situação econômica e social, o que sugere que a hierarquização entre o masculino e feminino como uma construção social, desde a família até a escola e a tradição religiosa que por fim, define: se o sexo é biológico, o gênero

é socialmente construído (Heilborn; Rodrigues, 2018). Quanto ao conceito de sexualidade, este está relacionado ao desejo ligado ao gênero e à forma como o prazer é vivenciado.

A incorporação do conceito de gênero no "sistema de sexo e gênero" foi cunhada por Gayle Rubin (1975), revelando uma assimetria entre homens e mulheres em inúmeras sociedades as quais são, de certa forma, organizações sociais orientadas pelo sexo e pela reprodução. Rubin (1984) argumenta a existência de uma hierarquia de valores sexuais, delineada pelo trinômio "Boa; normal; natural", que idealmente estabelece o padrão heterossexual, marital, monogâmico, reprodutivo, não comercial e geracional (envolvendo indivíduos da mesma faixa etária). Consequentemente, qualquer relação que desvie desse modelo é rotulada 'ruim', 'antinatural' e 'anormal', apenas para as mulheres. Pois, culturalmente, relacionamentos intergeracionais entre homens mais velhos e mulheres mais novas são bem aceitos.

No processo de desenvolvimento do conceito de gênero e da posição social da mulher nas estruturas sociais, emerge o conceito proposto por Joan Scott, em *Gênero — uma categoria útil a análise histórica* (1986). A autora promove um debate sobre a hierarquia ou assimetria de gênero, além de introduzir um conceito de identidade, os quais são fundamentalmente influenciados pelos valores das relações sociais estabelecidas por diferenças observadas entre homens e mulheres.

Neste contexto, Scott (1986) argumenta que as culturas criam padrões associados ao corpo centrado na perspectiva biológica hegemônica, distinguindo suas performances aos genitais e pela capacidade de gerar outros seres. Em uma cultura matriarcal, por exemplo, o poder de procriar confere destaque e poder familiar à mulher. No entanto, na cultura Ocidental, essa capacidade é associada à segregação e sobreposição sexual, perpetuando uma conduta sexual heterossexual[16]. Consequentemente, Scott (ibid) sugere que o gênero passa a ter dimensões que se cruzam, mas que não geram outras. A autora também propõe a ideia da diferença sexual como funcionalismo das relações sociais, impondo uma classificação social, estabelecendo um corpo sexuado que serve como categoria útil de análise.

[16]Heterossexualidade é uma definição de orientação sexual, a qual serve para expressar uma relação entre pessoas de sexos opostos. Na binaridade de gênero, uma relação entre homem e mulher. Butler (2003) ao problematiza o sistema sexo-gênero, faz uma reflexão sobre como a sociedade existe que todas as pessoas sigam uma linha reta no que diz respeito aos desejos, sexo e ao gênero. Ao passo que a sociedade elenca essa "linha" a ser seguida, as pessoas que não a seguem são consideradas "desviantes" do modelo central. Para autora, a exigência de que todas as pessoas sigam essa linha, nos impõe uma heterossexualidade compulsória que está atrelada a heteronormatividade, sendo as relações heterossexuais as mais comumente aceitas. BUTLER. Judith. Problemas de Gênero- feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Sob outra perspectiva, Judith Butler (2003) realiza uma análise sobre o gênero que nega a existência de uma verdade essencial sobre o mesmo, argumentando não haver uma essência que o defina ou uma identidade intrínseca nas características corporais. Butler (2003), questiona a verdade do gênero e coloca em dúvida os conceitos mencionados anteriormente, pois aceitar que gênero é socialmente construído pode perpetuar a ideia de binaridade, restringindo o entendimento ao biológico e ao social. Assim, se perpetuarmos a teoria de que o sexo é, por si só, um constructo da genitália masculina ou feminina, que define o gênero e o papel que devemos desempenhar na sociedade (performatividade). Estaríamos, na verdade, reforçando a ideia hegemônica de que o sexo biológico, base da binaridade de gênero, é a forma correta de ver e vivenciar o mundo.

Em contrapartida, ela propõe outras características que compõem o gênero, delineando três categorias: a) o sexo anatômico, definido pela biologia; b) a identidade de gênero, referente à forma como o indivíduo se percebe socialmente com base na construção social; e c) a performance de gênero, resultado de elementos performativos que moldam a associação sexo/gênero e expõe sua verdade individual. A partir dessas categorias, surgem debates teóricos que buscam estabelecer prioridades entre os termos gênero, diferença sexual e sexualidade, considerando não apenas a binaridade biológica, mas também a fundamentação cultural, social e psíquica (Butler, 2004).

Neste diapasão, o conceito de sexualidade é frequentemente associado ao de gênero, especialmente no Ocidente, o que pode levar a uma interpretação limitada ao senso comum. A sexualidade, marcada pelo objeto de desejo, muitas vezes resulta na identificação dos indivíduos por seus desejos sexuais e afetivos além de seus gêneros, sendo a sexualidade uma questão, também, política. Seguindo essa lógica ocidental, Miriam Pillar Grossi, em *Identidade de Gênero e Sexualidade* (s/a), define a heterossexualidade como atração erótica de um indivíduo de um sexo por outros de sexos opostos, considerando-a como *instinto* da forma humana para a autoperpetuação através da reprodução.

Nas sociedades ocidentais, o sexo e a reprodução são vistos como intrinsecamente relacionados, uma vez que a reprodução é geralmente considerada envolvendo apenas dois indivíduos de sexos diferentes que se relacionam sexualmente para reproduzir. Assim, ao final do século XX, a reprodução da heteronormatividade e o fomento a heterocompulsoriedade (Butler, 2003) foi difundida perpetrando a ideia de “dom divino” que orienta as relações, ao passo que relações homossexuais são pecados, visto as definições sociais religiosas pautadas no catolicismo.

A categorização do senso comum sobre o gênero, percebida como óbvia ou inata, baseia-se em condutas femininas ou masculinas decorrentes da suposta naturalidade dos corpos, resultando também em uma atribuição de papéis reprodutivos específicos à mulher. Maria Luiza Heilborn no artigo *Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade* (2002), argumenta que esse conceito é uma construção social, elaborado para discriminar o nível anatomofisiológico[17] da esfera sociocultural, servido como um discriminador tanto da dimensão biológica quanto da organização social.

Posto isto, neste trabalho, adotamos a perspectiva conceitual descrita por Scott (1986) quanto à categorização da identidade a partir de uma construção social. Ao mesmo tempo, em que assumimos a perspectiva de Butler (2004), quando a autora afirma não existir uma verdade na perpetuação da binaridade ou na essencialidade do gênero e de sua identificação como homem ou mulher. Entendemos haver uma convergência nas definições das autoras. Enquanto há uma determinação social do gênero, baseada na binaridade, também há espaço para outras vertentes ou existências dissidentes dessas determinações, resultando em uma performatividade do *ser* associada ao gênero, ao agênero[18] e aos objetos de desejo que fazem parte da construção da sexualidade ou a não sexualidade.

2.3 A santificação da velha: uma não-sexualidade

Ao falarmos de sexualidade no ocidente, conforme Guacira Louro (2019), de modo geral, é falar de sexo. E, de acordo com o senso comum, *velhas* não fazem sexo[19]. A sexualidade sempre foi um assunto associado à vida adulta —-mas que parte da adultização?. Neste sentido, "viver" e compreender a sexualidade depende de alguns fatores como a geração, raça, gênero, nacionalidade, religião, classe e etnia (p. 9). No artigo *Pedagogia da Sexualidade (2019)*, Louro aponta que existem inúmeras "[...] formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente[...]. Elas são, também, [...] condenadas ou negadas" (Louro, 2019, p.10), e é daqui que partimos para a análise.

---

[17]Termo que define o estudo do corpo humano de modo estrutural e funcional.

[18]"Agênero" é um **não** gênero, pois não há uma identificação com algum destes gêneros construídos socialmente ou mesmo vinculado a concepção de gênero, o termo se refere a uma identidade, que também é uma forma de ver o mundo e de se construir enquanto sujeito sem amarras pré-definidas pelos gêneros binários. SISTEMA DE INCLUSÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Dia do orgulho agênero. Disponível em: https://tinyurl.com/agenero. Acesso em 06 maio. 2024

[19]Enfatizamos que é uma expressão do senso comum, não compactuamos com tais termos usados de formas pejorativas.

A história da sexualidade no Brasil está pautada na relação da Igreja Católica com o Estado e sua influência na política, cultura e sociedade. Consoante o estudo de Riolando Azzi, em seu artigo *Família, mulher, sexualidade e a Igreja na história do Brasil* (1993), a sexualidade é abordada sob os ditames da Igreja Católica, destacando como essa doutrinação influencia a percepção do corpo. Este ponto é crucial para entender as bases morais que moldaram a sociedade brasileira.

Por volta do século XVIII, a Igreja enrijeceu as regras com relação à sexualidade, refletindo o avanço do espírito burguês e liberal como resultado da Revolução Francesa (1789)[20] e da Revolução industrial. Neste contexto, para perpetuar a ideia de pecado e a necessidade de mortificação espiritual pelo sacrifício, houve um maior fomento à negatividade da sexualidade e do prazer. Essa mudança marcou um período de intensificação das normas sexuais restritivas para as mulheres (Azzi, 1993).

Michel Foucault, no livro *A história da Sexualidade* (1988), havia identificado quatro unidades estratégicas imbricadas em uma prática social e técnica de poder, que teve inicio no século XVIII. Essas práticas de poderes foram mecanismos de coerção específicos centradas no sexo. No ocidente, como a sexualidade se vincula ao sexo, todas as modalidades se fundem nas expressões da sexualidade, incluindo a sexualidade das mulheres, a sexualidade das crianças, o controle da reprodução e a definição do que é perversão sexual enquanto patologias individuais. Segundo o autor, essas teorias submeteram quatro categorias à observação durante todo o século XIX: a) as mulheres histéricas; b) crianças masturbadoras; c) o pervertido, aqui a perversão está relacionada a homossexualidade; e d) formas de controle reprodutivos (Foucault, 1988).

Assim, compreendemos que os padrões sociais hegemônicos subvertem a preexistência do ser subjetivo para uma objetividade de padrões que definem o "certo", gerando uma preocupação exacerbada com a existência de pessoas que *sempre existiram*. Conforme Jeffrey Weeks (2019), o qual concorda com as definições de Foucault (1988), a "posição-de-sujeito" é, portanto, um fenômeno histórico (Weeks, 2019, p. 65). Nesta lógica, assume-se que a sexualidade é modelada a partir da junção de dois aspectos principais: a subjetividade do ser e a sociedade. Sob a perspectiva foucaultiana da história da sexualidade, essas duas características estão intimamente conectadas, uma vez que ambas estão em um corpo de potencialidades.

[20]Marco histórico na constituição dos direitos sociais e das liberdades individuais a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A busca pela uniformidade moral, visando a prosperidade econômica, a segurança social ou ainda a higiene de saúde, fundamenta a teoria de que tais subjetividades precisam cessar. Contudo, enquanto a "pureza" das mulheres era exigida, a prostituição aumentava como uma realidade natural, e a hipocrisia da subjetividade masculina se manifestava nos altos índices de ISTs (Foucault, 1988; Weeks, 2019).

Além disso, a influência europeia no processo de colonização, de cunho patriarcal, religioso, racista e misógino e social, trouxe consigo uma mentalidade puritana. Retomamos então o argumento de Azzi (1993) em que explica que "[...] os temas vinculados à sexualidade eram totalmente excluídos das orientações destinadas à formação e educação" (p. 124). Nesse período, a visão negativa do sexo era reforçada como meio para a salvação da alma. A juventude feminina branca era doutrinada a internalizar o corpo como um elemento negativo, devendo ser suprimido e até negado. A corporização da sexualidade era tida, principalmente, como vergonhosa.

Ainda neste mesmo período, a educação das crianças indígenas também refletia essa preocupação com a ocultação da nudez e a proteção do corpo como vestimentas mais longas. Azzi, destaca que,

> [...] tanto na pregação religiosa como nos livros de devoção, havia uma preocupação constante em incutir entre as pessoas do sexo feminino atitudes de modéstia e pudor com relação ao próprio corpo. Em contrapartida, à sujeira e a contaminação atribuídas à sexualidade, a educação católica era toda orientada para uma vida de pureza, [...] (1993, p. 127)

Essa doutrina visava manter a "pureza" e reforçar a ideia de que a sexualidade era algo sujo e contaminado. Posto isto, de acordo com Sueli Carneiro (2020), quando se fala numa mulher como subproduto do homem, feita da costela de Adão, para ser submissa ao esposo, dona de casa e mãe devota, *não* estamos abrangendo as mulheres negras. Posto que são mulheres advindas de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, relegadas ao papel do "outro" marginal e não dominador. São mulheres cuja existência não se vincula à fragilidade do lar; mulheres que trabalham há séculos e desempenham papéis sociais de sub-objetos, sempre estiveram nas lavouras ou nas ruas (p. 2-3), muitas vezes sem a educação puritana católica.

Com as mudanças sociais e estruturais nas décadas de 1930 a 1950, a Igreja, sob a influência do espírito liberal difundido após a II Guerra Mundial, mostrou-se mais flexível quanto às atividades da mulher fora de casa, desde que mantivesse o vínculo matrimonial. Muito embora a Igreja desejasse manter a mulher vinculada aos espaços do lar e da religião, teve de admitir progressivamente sua maior participação nas atividades profissionais e na

política. Na área da sexualidade, a Igreja permaneceu menos sensível aos novos rumos da sociedade, estabelecendo severas restrições aos métodos anticoncepcionais e mantendo a questão do aborto fora de qualquer possibilidade de discussão (Azzi, 1993, p. 132).

Por volta dos anos 1960, sob as calças do liberalismo, a "permissividade" (Weeks, 2019, p.67) parecia vincular os velhos códigos sociais a fim de promover novos modos de regulação social, mas sempre em busca de um código autoritário. Já nas décadas de 1970 e 1980, houve o começo das movimentações sociais acerca do que era considerado repressor nas décadas anteriores, pela primeira vez a sexualidade se tornou uma questão realmente política com os movimentos feministas. Compilando debates sobre a modalidade e os comportamentos sexuais, sendo explícita as preocupações entre homens e mulheres, o desvio sexual, a questão da família, relacionamentos sociais; adultos e crianças; questões de raça, classe, gênero e geração.

Diante do exposto, nos utilizamos, então dos argumentos de Mária Ladi Lodoño (1996, apud Díaz; Cabral; Santos, 2004), que defende a sexualidade feminina como parte da liberdade, em uma perspectiva decolonial e libertadora. Sendo os direito sexuais e reprodutivos os mais humanos de todos os direitos, necessitando não apenas de garantia, mas também de reconhecimentos, vivência e transcendência através da existência desses direitos. É, portanto, por meio do direito, enquanto conjunto de leis ou princípios, que se deve garantir a existência cidadã.

A construção da vivência da sexualidade e da reprodução é marcada por processos de repressão, supressão e controle, envolvendo mitos, tabus e preconceitos originários de uma fundamentação biológica – uma teoria eurocêntrica de preservação da espécie. Essa fundamentação é apoiada pela colonização através da doutrina religiosa Católica, que compreende a sexualidade apenas como algo reprodutivo (Díaz; Cabral; Santos, 2004, p. 7).

Assim, os determinantes sociais da reprodução, associados aos papéis femininos e masculinos, impõem às mulheres a obrigação de assumir, de forma obrigatória, tarefas vinculadas à reprodução. Isso gera uma ideia de linearidade nas obrigações destas mulheres, incluindo gestação, amamentação, cuidados da casa e da família, e até mesmo a responsabilidade pelos cuidados dos netos.

Essas questões estruturam a compreensão da sexualidade no Brasil, especialmente no que diz respeito às mulheres idosas atualmente, que, na maioria, são frutos de uma educação católica e que, ao longo de suas vidas, enfrentaram repressões sexuais, sociais e políticas de um sistema patriarcal — centrada no homem. A invisibilidade da sexualidade da mulher idosa

de hoje é uma continuidade da negação da sexualidade da jovem branca educada pela doutrina da Igreja e a da mulher negra, pela rejeição dos corpos negros.

Assim, a abordagem biológica e reprodutiva da sexualidade sustenta os determinantes de controle e opressão, normalizando os costumes e regulando os comportamentos com base nos papéis sociais da prática sexual, definindo o que é considerado "normal" e "anormal" (Díaz; Cabral; Santos, 2004).

Na contemporaneidade, o estudo acerca da posição da mulher na sociedade, sob a égide da igreja católica e da sociedade patriarcal, que marca sua condição enquanto dominada/o, Allegretti e Rodrigues (2020) observam que,

> [...] a dominação está incorporada nos dominados a ponto de tornar-se dispensável pensar sobre suas atitudes, a dominação simbólica é um processo de "treinamento", sendo uma série de ações repetidas, estando os agentes tão adaptados a seu funcionamento que não é mais necessário que lhe seja dito o que fazer, os sintomas dos dominados são percebidos por manifestações corporais como culpa, admiração/respeito pelo dominador, vergonha, humilhação, etc., comportamentos "normatizados", a ponto de não serem percebidos como reações a dominação sofrida [...] (p. 26).

Segundo Pierre Bourdieu (2012 *apud* Allegretti; Rodrigues, 2020), que estrutura sua teoria por meio de um construtivismo fenomenológico, em que justifica as ações e os pensamentos como sendo resultantes da interação entre os indivíduos e os grupos; assim, a dificuldade de perceber a dominação não é uma questão de tomada de consciência, mas sim de ressignificar e modificar a estrutura fundadora dessa dominação. Aqui essa dominação está na centralização do homem na sociedade.

Allegretti e Rodrigues, em seu artigo *Discurso religioso enquanto violência de gênero: o papel dos representantes da igreja católica na construção do pensamento social* (2020), argumentam que a religião leva, inconscientemente, a um lugar de castidade, bondade pura e acolhimento. No entanto, um mapeamento das representações clericais mostra que esses discursos são perpetuados de formas falocêntricas, especialmente em relação à posição da mulher de forma emancipatória, pois a Igreja se coloca contra tal emancipação. Mais uma vez, centralizando o homem nas relações sociais.

Os citados autores abordam os aforismos religiosos a fim de preservar o pilar da boa-fé, exigindo que a criação feminina seja para fins de acompanhamento e submissão ao homem, ensinamento passado de geração em geração, enrijecendo-se na velhice. E, para legitimar posições e práticas misóginas, utilizam-se da "Vontade de Deus", fomentando a ideia de que todo sofrimento feminino é para um bem maior, sendo o sofrimento terreno

necessário para a salvação celestial (Allegretti; Rodrigues, 2020). Neste sentido, a lógica do certo ou errado é mantenedora da posição social da mulher.

Citelli e Rosado-Nunes (2010 *apud* Alegretti; Rodrigues, 2020), sob esta perspectiva, explicam que isso se baseia no "conservadorismo, moral, rigidez de costumes e cristalização da desigualdade de gênero que colaboram para o alto índice da violência que se pratica contra as mulheres"(p. 22). As relações sociais de desigualdade na sociedade brasileira, imbricada pelo racismo, patriarcado e capitalismo operam na centralidade de uma dominação e exploração de gênero (Saffioti, 2004). Essas relações violentas no âmbito doméstico e intrafamiliar são consolidadas pelas relações extra familiares na sociedade na todo.

Nesse contexto, é importante entender que as desigualdade sofridas por mulheres brancas e mulheres negras são diferentes, pois se inserem em um rol de desigualdade e subordinação atreladas a raça, em que as mulheres brancas exercem uma posição superior à das mulheres negras. Embora a violência de gênero se estruture nos âmbitos social, cultural, econômico e político, e se baseie na concepção de que os seres humanos são divididos entre "machos" e "fêmeas'" — definições oriundas da binaridade de gênero da teoria hegemônica —entendemos que, no Brasil e em países que passaram pelo processo de escravização, a posição das mulheres negras não é equivalente à das mulheres brancas.

De acordo com Saffioti, sob uma perspectiva crítica da sociedade de classes, no livro *Gênero, patriarcado e violência* (2015). A violência sobre as representações femininas, exercidas pelo patriarca ou seus dissidentes, tem base na estruturação social da propriedade, nas relações de poder, no mando e nos territórios. Essa estruturação conduz um poder sobre os corpos, sexualidades e condutas sexuais com foco nos gêneros não-masculinos. O poder patriarcal se fundamenta na desigualdade e na subordinação, incluindo a posição social das mulheres negras, a qual é ainda inferior à das mulheres brancas.

Assim, o gênero feminino, já considerado inferior e subalterno, é perpetuado como objeto de dominação e punição (Saffioti, 2003 apud Faleiros, 2007). A subalternização nos lugares de produção e reprodução do cuidado, aos quais o gênero feminino é implicado, também determina o nível de atividade de cuidado e trabalho. Na divisão social do trabalho baseada no gênero, as atividades são determinadas pela raça, com a maioria dos trabalhos informais ocupados por mulheres negras[21], dá ensejo a uma subordinação. Para as mulheres negras transsexuais, o mercado do sexo, como a pornografia e a prostituição, muitas vezes se apresentam como caminhos possíveis.

[21]Segundo os dados do IBGE (2022), as mulheres pretas ou pardas ocupavam 46,8% dos trabalhos informais, enquanto as mulheres brancas somam 34,5%.

Em consonância com Saffioti (apud Faleiros, 2007), a violência emerge quando os gêneros não-masculinos fogem dos papéis pré-determinados pelas relações de poder, principalmente o patriarcado. A principal intenção de separação desses papéis é a perpetuação do poder dominador e explorador, e a violência pode se manifestar de diversas formas, em várias faixas etárias, indo além da violência física. Segundo Rita Segato (2003 apud Faleiros, 2007), a violência física sofrida pelas pessoas do gênero feminino não é a forma mais eficiente e nem a mais habitual, outras formas de violência são utilizadas para reduzir a autoestima, a autoconfiança e gerar desestabilização emocional.

A violência moral, psicológica e patrimonial têm uma potencialidade significativa no processo de invisibilidade e capilaridade da posição social subalterna do gênero, fomentando a opressão feminina. Na velhice, essas violências[22] se somam a desvalorização cotidiana de existência, coerção e ridicularização do corpo envelhecido. Para compreendermos melhor as classificações de violência, abrangendo também as dirigidas a pessoas idosas, apresentamos as categorias a seguir:

Tipos de Violência	Descrição
Violência física	Uso de força física contra a pessoa. Exemplos: tapas, beliscões, chutes, empurrões, queimaduras ou puxões de cabelo;
Violência psicológica	Agressões verbais, gestuais e punições humilhantes
Violência Moral	Calúnia, difamação, injúria, ridicularização, coação, suspeita, intimidação, condenação da sexualidade e desvalorização da mulher como pessoa
Negligência	É omissão ou recusa de cuidados devidos e necessários à pessoa idosa, desvalorização da mulher como pessoa
Abandono	Ausência de responsável pela manutenção

[22]Foram registradas, no primeiro semestre de 2024, 90.310 denúncias de violência contra as pessoas idosas. **Canais de denúncia de violência**: o Disque 100 funciona 24h por dia, todos os dias da semana, é gratuito e preserva o anonimato de quem faz a denúncia. Através do WhatsApp: (61) 99611-0100 (Número disponibilizado pelo Site oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024); Telegram (digitar "direitoshumanosbrasil" na busca do aplicativo); no site da Ouvidoria (https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/ e Videochamada em Libras (Língua Brasileira de Sinais): https://atendelibras.mdh.gov.br/acesso. BRASIL, **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Saiba como prevenir a violência patrimonial e financeira** contra pessoas idosas. Disponível em: https://abrir.link/ZWpnU Acesso em 03 out 2024

	da qualidade de vida da pessoa idosa
Autonegligência	Ação de autoflagelação ou de condutas que levem a pessoa a se machucar, se reprimir, inibição da sexualidade, autodesvalorização, autorridicularização ou que leve a situações depressivas
Violência sexual	Obrigar a pessoa a ter, presenciar, participar ou ter interações sexuais, ou utilizar de qualquer modo a sua sexualidade
Abuso financeiro ou econômico	Dano, perda, subtração, destruição ou retenção de bens, documentos pessoais, objetos e valores.
Violência Institucional	Conjuntos de práticas discriminatórias e/ou de negação de direitos na esfera pública e em instituições privadas [23]

Fonte: elaborado pela autora com base na Lei de n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006 e nos arquivos da Caravana da Pessoa Idosa, 2024.

Cíntia Liara Engel, no artigo *Violência contra Mulher*[24] (2020), afirma que a violência ocorrida, tanto no âmbito familiar quanto no comunitário, perpetuada ou tolerada pelo Estado, compreende-se como obstáculos para garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de mulheres em todas as fases etárias, que pode caracterizar uma não-cidadania, ao passo em que seus direitos humanos são negados.

Posto isto, retomamos o argumento de Safiotti (1994) quanto a essas violências, pois estão fundamentadas na desigualdade de gênero, na qual as mulheres são privadas e se privam de distintas liberdades, quando se trata da mulher idosa, há ainda uma invisibilidade no que diz respeito às questões da violência de gênero[25]. O direcionamento para a concepção religiosa que se instaura nas instituições familiares e fundamenta a vida social das mulheres, cria uma imagem de castidade, bondade e acolhimento, o que não precisa ser compreendido

[23]Lei de n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. BRASIL. Violência contra a pessoa idosa quais são e as mais recorrentes, segundo o Mistério de Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: https://shre.ink/8fTN. Acesso em 09 maio. 2024

[24]QUERINO, A. C; REZENDE, M. FONTOURA, N. (org.) Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo.Brasília: Ipea, 2020. p.159-216

[25]O Superior Tribunal de Justiça (STJ), Recurso em *Habeas Corpus* (RHC) n.º 121.813/RJ de agosto de 2024, decide que a competência da vara especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher deve considerar todas as mulheres independentemente da faixa etária.

ou perpetuado como realidade abstendo-as da compreensão da violência. Achando que, como citado anteriormente[26], a "vontade de Deus", é a manutenção da subalternização da mulher e de que todas as provas terrenas são necessárias para a salvação celestial (Allegretti; Rodrigues, 2020).

Conforme os argumentos citados, Eva Faleiros (2007) pontua que "numa sociedade patriarcal, adultocêntrica, machista, autoritária e desigual", acrescento racista, como a brasileira, existem inúmeras resistências sobre a execução dos direitos sociais. A ideia de não-cidadania, está vinculada a não adequação dos direitos sociais às especificidades sociais, mas, além disso, da aplicabilidade da lei, seja em termos de proteção ou em termos de acesso a bens e serviços. A desigualdade instaurada na sociedade, independente da faixa etária, só serve a um único nicho, o patriarcado branco. Sustentando, assim, a ideologia hegemônica da sociedade brasileira, dos pactos familiares, institucionais e comunitários frente aos crimes cometidos contra os gêneros não-masculinos, de cunho racista, homofóbicos e geracionais (ibid.).

3. NÃO INTERESSA SE ELA É COROA, PANELA VELHA É QUE FAZ COMIDA BOA[27]: ESTRUTURAÇÃO PATRIMONIALISTA[28] E COMPOSIÇÃO FAMILIAR E VALORES CULTURAIS

> *Antes pindorama, depois, Brasil. Berço do pseudo descobrimento, do capitalismo tardio, dos homens cordiais e do patrimonialismo. Terra de homens, do cabresto, dos coronéis. Mulher é propriedade, privada.*
>
> *Mariana Soares[29]*

[26]Ver pág. 33.

[27]Lançada em 1988, é uma composição de Auri Silvestre e Morzezinho, ficou famosa na interpretação de Sérgio Reis. A música faz referência a uma relação amorosa entre um rapaz, considerado jovem por ter menos de 30 anos e uma mulher considerada "mais velha" por ter mais de 30 anos. A idade, segundo a ONU, para ser considerada pessoa idosa é só 60 anos, mas a música determina certas características de velhice e relacionamentos sendo uma melhor idade para se relacionar devido a "maturidade" adquirida pela experiência de vida, considerando a mulher com mais de 30 uma "coroa".

[28]No patrimonialismo, não há separação entre o Estado e o indivíduo, e o detentor do poder atua como parte do governo (Holanda, 1995). Esse sistema preserva cargos públicos como prerrogativas pessoais do governante, sem exigir especialização, convertendo o patrimônio público em domínio privado. O patriarcado, por sua vez, é uma estrutura centralizadora das relações sociais, na qual o homem controla as instituições e decisões que impactam a sociedade. Entrelaçado com dinâmicas coloniais e de escravização, o patriarcado no Brasil é abordado por autoras como Lélia Gonzalez e Heleieth Saffioti. Em estudos de patrimonialismo, destaca-se Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, que o associam à herança escravista.

[29]Mariana Soares, autora deste trabalho. O texto faz referência a formação sócio-histórica brasileira, pontuando elementos da estruturação dos conceitos sociais que dão base a culturalização performática do patriarcado.

Conforme a perspectiva de Aníbal Quijano (2000), a colonialidade é um dos elementos constitutivos específicos do padrão de poder capitalista, fundamentando-se em uma classificação racial/étnica da estruturação mundial. Esse padrão de poder opera em todos os planos, dimensões materiais e subjetivas da existência social e cotidiana, configurando um universo de relações intersubjetivas dominadas hegemonicamente pela visao eurocêntrica.

Quijano (2000) argumenta que a escala social de poder, baseada na exploração/dominação/conflito, elenca algumas categorias centrais na disputa de controle, tais como:

> (1) el trabajo y sus productos;
> (2) en dependencia del anterior, la "natureza" y sus recursos de producción;
> (3) el sexo, sus productos y la reproducción de la especie;
> (4) la subjetividad y sus productos, materiales e intersubjetivos, incluíndo el conocimiento; y
> (5) la autoridad y sus instruminetos, de coerción en particular, para asegurar la reproducción de ese patrón de relaciones sociales y regular sus cambios. (Quijano, 2000, p. 345).

O autor pontua que, nos últimos dois séculos, as questões de subjetividade e gênero entram em debate a partir de uma perspectiva eurocêntrica, criando o ser "universal" sem considerar as características particulares de cada povo. Isso configura um padrão de poder dominante baseado em uma hegemonia teórica do liberalismo e outra subalterna, o que contestaria o materialismo histórico dessa hegemonia.

Nos utilizamos desta vertente teórica por compreender que o padrão de poder capitalista é decisivo nas relações intersubjetivas, de sexos e seus produtos (Quijano, 2000, p.350). No entanto, para o autor "Cada elemento de uma totalidad histórica es una particularidad y, al mismo tiempo, una especificidad, incluso, eventualmente, una singularidad" (ibid. p.354). Assim, apesar de definir o capitalismo como um meio de combinação/exploração/conflito e de ser um fator decisivo para a construção da intersubjetividade, não podemos generalizar visto que o capitalismo se estrutura de diversas maneiras, abrangendo especificidades e singularidades.

No capitalismo mundial, colonial/moderno, as pessoas são classificadas e se classificam a partir de três linhas diferentes, mas imbricadas entre si, numa estrutura global da colonialidade de poder: raça, trabalho e gênero (Quijano, 2000, 368). Nesta perspectiva, o controle da produção de recursos, da sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie são meios estruturadores da dominação e da exploração, o que culmina na violência.

A idade é um demarcador nas relações, no *âmbito* do poder, embora não se equivalha à potencialidade de uma dominação total. No capitalismo, a idade é um fator determinante na escala de produção, para o homem, que vê seu poder produtivo (força de trabalho) decair, a idade, transforma-o em um estorvo desfuncional (Teixeira, 2008). Para a mulher, que já acumula a opressividade advinda do gênero e, muitas vezes, da raça, essa desfuncionalidade é intensificada após o período reprodutivo, como "[...] el control del sexo y de sus productos (placer y descendencia), en función de la "propriedad" [...]" (quijano, 2000, p. 368).

De acordo com Aníbal Quijano (2000), os processo de subjetivação social e a constituição dos sujeitos coletivos podem ser entendidos como uma classificação social. Em alguns casos, essa classificação social é formação identitária em que as três instâncias – raça, gênero e trabalho – estão associadas e dissociadas. Na perspectiva do materialismo histórico, essas categorias são sobrepostas, não por acaso, refletindo a manutenção do poder e a colonialidade do poder na história e no papel principal.

Quijano (2000) afirma que sexo e idade são atributos biológicos diferenciados nos lugares da relação de exploração/dominação/conflito, mas que se associam a uma atribuição das categorias sociais. Essas categorias sociais se diferenciam no centro e na periferia colonial, com o mecanismo central de acumulação global beneficiando o centro. O modelo hegemônico molda as relações de gênero, a partir das formas ideais de comportamentos sexuais, sustentando padrões organizacionais da "família", que se baseiam em uma classificação de superioridade racial e na distinção entre liberdade sexual para os homens e fidelidade para as mulheres. Para as mulheres, essa liberdade sexual é, muitas vezes, associada à promiscuidade e à prostituição, e os papéis sexuais das mulheres negras e indígenas eram definidos para o prazer do homem branco.

Ainda na perspectiva das relações sociais sob o processo de colonização, Angela Davis, em seu Livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016), expõe a vulnerabilidade das mulheres negras neste sentido,

> Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. Assim como as mulheres negras dificilmente eram "mulheres" no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população

> escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando (Davis, 2016, p. 26).

Utilizamos aqui do argumento da Davis (2016), para pontuar que as mulheres escravizadas, no Brasil, passaram pelo mesmo processo de violência das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos, o eixo da violência repressiva e de "superioridade" advinda da ideia de "produto" e desumanização dos corpos negros era eixo central do processo de escravização.

Na Europa, a prostituição das mulheres era uma inversão dos valores da família burguesa (Quijano, 2000, p.378). Existe uma relação entre dominação e exploração, mas nem toda dominação implica exploração. A dominação, portanto, precisa da exploração e o imaginário utópicos das instituições naturaliza as relações de poder, posicionando alguns como vencedores/dominadores. Esse processo específico se apoia numa colonialidade de saberes, identidades e culturas. Que por serem exploradas, são dominadas. E, para romper com tal dominação é preciso descolonizar. Como coloca Bourdieu (1978), sob o argumento estruturalista e fenomenológico, há uma ciclicidade na violência de gênero e raça, em que as vítimas também são cúmplices do racismo estrutural e do machismo normativo. Posto que, são vítimas porque são cúmplices, e cúmplices porque são vítimas. O processo de desumanização e de dominação instaura a ideia de subordinação de gênero e raça perpetuado na existência e subjetividade do ser, ao ponto dessas pessoas se colocarem em posições subalternas, ainda que inconscientemente, perpetuando assim a dominação e a violência. Visto que ao romper com tal dominação e violência, há uma espécie de libertação das amarras identitárias antes postas, abrindo espaço para uma nova identidade ou exposição da verdadeira identidade.

O Brasil Colônia fundamentado na opressão e exploração através da dominação étnico-racial, e cristianização da Companhia de Jesus, assim como a formação sócio-estamental estava pautada na exclusão social ligada ao racismo, visto que a maioria da população era escravizada e negra (Prado Jr., 1970 apud Silva, 2013). Silva (2013) utilizando da categoria conceitual de Martins (2002), aplica a categoria da exclusão social para as mulheres de todas as faixas etárias.

Florestan Fernandes (1975 apud Silva, 2013), partindo de uma concepção da realidade política e social do país aponta que "[...]a independência do Brasil, mesmo constituindo-se numa mera revolução pacífica, não significou a simples extinção do estatuto colonial, à medida que, para o autor, teve um sentido socialmente revolucionário." (p. 266). A independência foi um ato entendido como revolucionário, com significados sociais, mas a

política estrutural conservadora e a estrutura econômica fundada no escravismo e patriarcado não mudaram, perpetuando os antagonismos e disparidades nas questões de raça e classe.

Octavio Ianni (1987), sob a perspectiva crítica, discute que o antagonismo entre os escravizados e a mercadoria surge quando o sistema econômico-social brasileiro entra em transformações aceleradas, co por volta do século XIX. Fatores como a expansão da cafeicultura e a redução do tráfico de pessoas trazidas d'Africa, levaram ao crescimento econômico e à liberação de capitais para outras áreas (ibid. p. 15). A divisão do trabalho, baseada na organização social e as mudanças coletivas, desenvolveu novas concepções sobre economia, sociedade, política e cultura. A contradição na exploração e dominação racial e de gênero no mercado de trabalho expõe um racismo estrutural. Mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não eram vistas como o "sexo frágil" e eram subordinadas às mulheres brancas. Da mesma forma, os homens negros não ocupavam o papel de provedor ou chefe de família, mas eram subordinados, também, em uma relação de dominação e exploração (Davis, 2016).

No século XIX, a ciência positivistas começou a elaborar questões sobre as diferenças humanas, com a biologia e a geografia determinando as diferenças entre raças (Almeida, 2019). Conforme Silvio Almeida (2019),

> o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (p. 21).

O racismo não é apenas um comportamento individual, mas um resultado do funcionamento das instituições. No contexto do Brasil, com seu histórico colonial e racista, o racismo institucional é um elemento central nas relações sociais.

3.1 Só interessa o que não é meu. Lei do Homem. Lei do Antropófago[30]: Patriarcalismo e Coronelismo no Brasil

[30]O movimento antropófago, lançado em 1928, anuncia a única lei do mundo "só a antropofagia nos une", mas não no sentido real da carne, mas sim, no sentido intelectual e figurativo. Atrela-se a isto, inúmeros aforismos com boas novas, a fim de eliminar posturas ou imposturas. A intenção era, então, guiar-nos de volta a um "matriarcado de Pindorama", com raízes femininas; adubadas por Tarsila do Amaral, o movimento tem sua origem em uma tela da artista, intitulada "abaporú". O mote do movimento é a transformação, deglutição e transformação cultural para enaltecer o que é nosso, brasileiro nato. A busca pela autonomia intelectual da sociedade brasileira, percebida por Oswald como uma sociedade traumatizada pela repressão colonizadora, que condiciona a si o crescimento. ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda Europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

No Brasil, o entrelaçamento do patriarcalismo e do coronelismo estabelece um poder público e privado refletido nas relações sociais de classe, raça/etnia e de gênero. A formação sócio-histórica brasileira transmuta-se ao longo do tempo, mas não ocorre um rompimento radical com a lógica estabelecida durante o período colonial, como a persistência da 'família patriarcal' (Corrêa, 1981, p.6). Hegemonicamente, esse processo ocorre através da estruturação social dos conceitos de pertencimento e culturalização, "enquanto o sexo define as características biológicas de cada indivíduo, o gênero é uma construção social e histórica dos atributos e papéis da masculinidade e da feminilidade" (Brasil, 2008, p. 10). Neste trabalho, entendemos que ambos são construções sociais.

Preliminarmente, Caio Prado Júnior (1885), em *Formação do Brasil Contemporâneo*, traça um panorama histórico da organização social brasileira e da escravidão moderna que é aplicável ao país e sua formação, oriunda de uma tradição desprovida de fundamentos. A busca pela compreensão das características do pilar familiar na sociedade brasileira está fundamentada na divisão de classes, no que concerne à institucionalização dos padrões materiais, morais e a organização econômica, além de estar intrinsecamente ligada à discriminação por raça/cor e etnia, que também desempenham um papel determinante (Brasil, 2008; Prado Júnior, 1885). Ademais, o autor discute sobre a restauração de uma noção de pertencimento considerada bárbara, ao mesmo tempo que sugere uma ignorância em relação aos povos originários, deslocando-os de seu espaço natural[31].

Numa vertente contrária a de Prado Júnior, Eni de Mesquita Samara, em sua obra *O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade* (2002), a família sempre foi concebida como instituição que influenciou os padrões da colonização e estabeleceu normas de conduta para as relações sociais durante o período colonial, nas posições das mulheres brancas e mulheres negras, especificamente. Essas definições foram delineadas pelo trabalho de Gilberto Freyre, no seu livro *Casa Grande e Senzala* (1933), que serviu como principal referência para o entendimento da vida familiar colonial brasileira. Segundo Samara (2002), é essencial considerar as características particulares de cada região e a influência política em diferentes períodos históricos no país, bem como as expressões do papel de gênero.

Nos engenhos *ruralescos* do Nordeste, sustentados pelo plantio de cana-de-açúcar, as famílias da elite viviam cercadas de escravizados e dependentes. Em uniões registradas por autoridades civis, os papéis de gênero eram definidos sob uma ótica tradicional apoiada pela

[31]Criando uma nova noção de culturalidade baseada na colonização e nos padrões europeus, rompendo com qualquer traço de originalidade dos povos que aqui já estavam e dos que foram trazidos escravizados. Era uma imposição do que se considerava civilizado e social.

lei. Todo poder era concedido ao homem, enquanto para a mulher cabia a responsabilidade pelo lar e a assistência moral à família (Samara, 2002), pontuando que nessa relação de subordinação, as mulheres brancas estavam um nível a mais do que as mulheres negras, em termos de poder na relação de dominação. Pois a elas era relegado o termo de "sexo frágil" e de santificação da relação familiar. A mulher como fonte reprodutiva da espécie, das gerações e da produção da mão de obra, sendo submissa.

> O casamento de razão ou interesse; a inexistência de sentimento de amor entre os cônjuges; a inferioridade da raça ou espécie que lhe foi tributada, a dependência econômica para com o homem (pai, irmão, tio, tutor) e a rígida divisão do trabalho social compunham a moldura do confinamento da mulher. A permanência da mulher no interior da casa devia-se, antes de mais nada, à sua função econômica. Ela era o capitão-do-mato, o gerente e o caixeiro do marido (COSTA, 1989, p. 102).

Ao analisar as transformações do Brasil, Florestan Fernandes (1987), apreende como o processo de contrarrevolução burguesa expõe que os eixos econômicos, sociais e políticos continuam estruturados em torno da escravidão e da dominação patrimonialista. Essas dimensões se fundamentam mediante uma figura senhorial, da estratificação social e, mais uma vez, de gênero, onde "o pátrio poder era, portanto, a pedra angular da família e emanava do matrimônio" (Samara, 2002, p. 33).

Na concepção de Gilberto Freyre (1933), que destaca a submissão da mulher, perpetua-se a frase de Capistrano ao delinear as posições na família colonial como "Pai taciturno, mulher submissa, filhos aterrorizados", ao passo que também define um a papel de dominação das senhoras sobre suas escravas (*apud* Corrêa, 1981, p. 12). Este modelo, tradicionalmente estabelecido no período colonial, é marcado pelas estruturas familiares e pela delimitação de papéis com base no sexo. Os estudiosos da constituição familiar sugerem que o estudo e a organização, centrados no homem provedor e nos herdeiros do sexo masculino, ou de algum grupo dominante em uma determinada época e localidade, podem eclipsar uma história ou um papel na formação social da família brasileira (Ibid. p. 7).

Posto isto, segundo José Oscar Beozzo, no artigo *A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre* (1993), em que se contrapõe a noção das relações sociais defendidas por Freyre (1933), historicamente, a proporção entre homens e mulheres escravizados no país girava "em torno de ⅔ de homens para ⅓ mulheres"(p. 30); e, a distribuição no território não era equânime, pois em certas áreas havia a predominação masculina. O número consideravelmente menor estabelecia um impedimento na constituição familiar escravizada, mesmo que houvesse uma vontade destes de estabelecer matrimônio. Ainda, conforme o autor, o desequilíbrio entre homens e mulheres perdurou até o final do regime escravista no Brasil.

Beozzo (1993) descreve que, precipuamente, a escravidão destruía a família existente em África, quando separava maridos de suas mulheres, pais de seus filhos e parentes dos parentes. Mesmo que capturados juntos aos familiares, no mercado escravagistas, não se compravam famílias inteiras, apenas "peças" individuais. Neste sentido, muito raramente existiam casamentos entre escravizados de senhores diferentes, e a probabilidade de encontrar companheiros na mesma propriedade diminuía. A diferença estabelecida entre os sexos, gerava uma penalidade maior para as mulheres e os filhos destas.

Sob as determinações canônicas brasileiras, a destruição dos matrimônios in'Africa pelos processos da escravização e pelo tráfico negreiro, aplicava-se, amplamente os regimentos matrimoniais no Brasil, para os relacionamentos que a Igreja católica permitia, com batizado para não colocar em risco a fé católica. Seria, então, um abandono total das raízes africanas, para que houvesse o matrimônio católico (Beozzo, 1993).

Ainda conforme o autor (1993), as pessoas idosas eram consideradas sem nenhum futuro. Visto o processo abolicionista e a instituição da lei do sexagenário que permitiu os aos "proprietários" livrem-se dos velhos e inválidos, abandonando-os a caridade pública, ao tempo que, também, requerem do Estado uma tentativa de indenização para o seu plantel de escravizados. Ao voltarmos para o eixo familiar das pessoas escravizadas, nos deparamos com a base matriarcal, ainda que a comunidade esteja inserida na família senhorial. De certa forma, o conceito chave para definir o matrimônio entre pessoas escravizadas é a filiação patrimonial, atrelada ao plantel (Beozzo, 1993, 49).

No que diz respeito ao papel familiar da mulher nas famílias imigrantes (ibid. ibidem), os pesos eram diferentes, pois rodeada de muitos filhos e estreitando os laços familiares, a família do imigrante tinha eixo matrilocal, instaurado por um matriarcado. Além disso, a influência da igreja católica e seu processo doutrinário também estabelecia atribuições na divisão de tarefas do lar e nas organizações festivas. A piedade interna da casa, a reza do terço e o cuidado com o altar religioso girava em torno da mulher.

Ao retomarmos as origens da organização do Estado nacional no Brasil, inferimos como função de garantir a dominação política dos senhores rurais, na visão de Florestan Fernandes (1987); ao analisar a relação dos estamentos intermediários, destaca-se a presença de elementos típicos da construção de uma "família tradicional" ou de "grandes famílias", a família comercial de margarina – família nuclear –.

Enquanto Buarque de Holanda (2017) delimita a reestruturação do núcleo familiar e sua subordinação ao Estado, enfatizando a moral política e social ao afirmar que a entidade privada no Brasil precede a pública. A moralidade familiar estratégica do Estado regulamenta

a família burguesa, as práticas higienistas dos grupos familiares, onde homens + mulheres = filhos, assim como a perpetuação da binaridade do gênero, "A família converteu-se, de grande corpo socioeconômico, em célula da sociedade" (Costa, 1999 apud Moraes; et al., 2020, p. 810).

O capitalismo dependente do Brasil e seu desenvolvimento tardio determinaram as nuances das funções estratégicas da família, nas diferentes relações estabelecidas com o Estado (Moraes et al., 2020, p. 810). Ainda, "a nível micro social, uma rede de mulheres (mães, avós, vizinhas…) respondem pelo trabalho familiar, especialmente pelo cuidado dos dependentes" (Batthyány, 2015 apud Horst, 2017, p. 231).

A partir da década de 1970, os estudos sobre a constituição familiar ganharam força, associados ao movimento feminista de raízes marxista, que buscam compreender a realocação estrutural do conceito de família e o eixo central enfatizado no trabalho doméstico — trabalho não remunerado. As divisões sociais derivadas das diretrizes do Estado e da família, que estabelecem o certo e o errado com base na religião, e os debates sobre os mecanismos redistributivos, como o sistema família-serviços e a divisão do trabalho familiar no seio das famílias (Saraceno, 1997 apud Moraes, et al., 2020) influenciam nas relações sociais.

> É relevante pensar como historicamente no Brasil, em meio a crises da reprodução da vida, corpos negros, travestis/trans, de mulheres e periféricos (in)surgem formas de afirmação de suas existências e das famílias. Convém dizer que não se trata de uma nova organização e agenciamento de vidas precárias e precarizadas, como se pudessem ser descritas como respostas específicas às forças deletérias do capitalismo contemporâneo (Brito et al., 2023, p. 189).

Partimos desta perspectiva de interpretações marxistas, que compreendem o Estado articulado aos processos sociais, políticos e econômico, concebendo-o, portanto, como uma dimensão fundamental no sistema capitalista que expressa as relações e antagonismos de classes e interclasses, tendo sua face intervencionista decorrente das demandas do capital e do trabalho (Leão; Teixeira, 2020, p. 25). Observamos a diferenciação das classes sociais, principalmente aquelas situadas nos grandes centros urbanos que rompem com o perfil "tradicional' da chamada família burguesa, ao serem chefiadas por mulheres em situação de pauperização e marginalidade, em que o peso do 'cuidado' ainda recai sobre suas ações (Macedo, 2008). A importante reflexão teórica sobre a relação entre os sexos que emerge neste mesmo período, nas décadas de 1970 e 1980, as posições sociais das mulheres e as teorias de gênero fortalecem as transformações sociais, pelo menos das relações e das percepções (ibid.).

Ao defenderem o caráter transversal das perspectivas de gênero nas investigações acerca das diferentes estruturas institucionais de homens e mulheres, indicam a família como

uma das organizações mais importantes responsáveis pela perpetuação e transformações sociais entre sexos (Macedo, 2008, p. 391), segundo Goldani (2000),

> [...] o gênero vem ampliando a visibilidade de um conjunto de assimetrias e transformações no interior das famílias, relativas a aspectos fundamentais, como: (i) divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução – e até de ócio; (ii) modalidades de divisão de poder e os processos de tomada de decisão pelos membros da família; (iii) possibilidades de exercício da sexualidade e de controle das trajetórias reprodutivas; (iv) formas de organização familiar em face do ingresso de novos membros no mundo do trabalho; e, ainda, outros fatores como (v) redução da participação em redes de solidariedade familiar e (vi) ocorrência de violência intra-familiar (apud Macêdo, 2008, p. 391).

Noutra perspectiva, a desigualdade de vivência das sexualidades entre mulheres em fase reprodutiva e mulheres na velhice se expandem sob uma ótica castrativa. Se não reproduz, não merece visibilidade. Posicionando sob uma ótica familiar, na perspectiva do cuidado sempre para o "outro" e nunca para si. Ao passo que, no mercado, a imagem sexual e atrativa também se mostra contrária à concepção do envelhecimento. Este trabalho apropria-se da afirmação de Goldemberg (2007), quando a autora pontua que, no Brasil, o corpo é capital, e além de um capital físico, é um capital simbólico, econômico e social.

Além disso, a discriminação geracional, baseada em uma idade cronológica se dá na sociedade como algo naturalizado. Para as mulheres, essa discriminação é mais intensa e evidente, vinculada ao mito da eterna juventude, à supervalorização da beleza física padronizada entre o sucesso e a juventude, que tensionam e interferem na autoestima, assim como repercutem na saúde física, mental, emocional e nas relações familiares e sociais (Brasil, 2008, p. 11).

3.2 No Matriarcado de Pindorama[32]: A Origem da Família

A noção de matriarcalidade, segundo Maria Gabriela Hita (2014), fundamentada nos estudos de Landes (1967), Lima (2003), Woortmann (1987) e Marcelin (1996), há uma relação entre a matriz cultural afro-americana pós-colonial, que expressa valores, crenças, sentimentos e princípios organizacionais também presentes nos estudos dessas casas extensas matriarcais. Difere da matrifocalidade e matriarcado negro, referindo-se a um conjunto de relações domésticas e de parentescos centralizados na figura da mãe-avó (matriarca) e centro das interações consanguíneas, de locus de descendência e herança familiar. Esta figura

[32]No manifesto antropofágico (1928), Oswald de Andrade refere-se a um matriarcado dos povos originários, que poderiam estruturar uma nova sociedade, constituindo, assim, a formação socio-história brasileira sobre o matriarcado de pindorama.

feminina idosa ou de mulher madura que é a chefe da casa e da família, exerce poder sobre a casa e seus descendentes. Além de atuar como foco-difusora, multiplicando as relações entre os demais membros da rede, extrapolando os limites físicos da casa, enquanto local específico de residência (ibid.).

Na organização doméstica, na configuração familiar, o papel das matriarcas é imprescindível e se diferencia dos modelos patriarcais tradicionais ou nucleares por serem mais igualitários. É neste contexto que elas exercem e manifestam o poder. Conforme o estudo de Hita (2014), na configuração dos lares chefiados por mulheres há uma diferença significativa no que diz respeito às vulnerabilidades neste tipo de arranjo, quando comparados a lares chefiados por homens, que em sua maioria são abandonadas por companheiros ou nunca os tiveram.

Ainda em consonância com a autora (ibid), a chefia matriarcal, apesar de ter menos recursos para enfrentar adversidades da condição de chefia. Encontra-se em situação maior de desamparo, mas consegue criar os próprios filhos e os de outras mulheres, elevando-se ao papel de mãe-de-todos, em um paralelo familiar de santa (católica) ou, como no Candomblé, a orixá mãe. Atribui-se esta explicação porque se responsabiliza, através do contexto de estudo, e a crença de que a organização doméstica brasileira não pode ser totalmente compreendida sem uma referência, mesmo que simbólica e teórica, da herança histórico-racial, patrimonialista e patriarcalista que a constitui.

Durante o século XIX, mudanças significativas ocorreram no império com a chegada da família portuguesa, como o processo de independência, o crescimento da economia cafeeira e a ampliação das cidades. Numa outra vertente e de perspectiva crítica, Fátima Quintas, no livro *A Mulher e a Família no final do século XX* (2005), oferece uma análise detalhada da constituição familiar, em que aborda dois aspectos fundamentais na formação dos arranjos familiares. Ela argumenta que a configuração da família é influenciada por: a) a necessidade humana de pertencer, referindo-se ao desejo de ter um lugar de referência e conexão; e b) a capacidade de regular os limites da compreensão e adaptação, como as pessoas ajustam e definem suas expressões e projeções nos limites sociais e das normas familiares.

Além disso, a autora destaca duas vertentes panorâmicas no estudo da família:

> a) A que aponta no sentido de privilegiar os elementos econômicos, transmudando-os na função primordial da família e relacionando-os à produção doméstica e à reprodução da força de trabalho (Benston, 1969; Beechev, 1978; Gardiner, 1975; Moraes, 1976; Oliveira, 1976 *apud* Quintas, 2005, p. 36);

> b) A que se assenta na inspiração psicanalítica entendendo a família como um núcleo de repressão sexual e de educação autoritária (Reich, 1970; Adorno & Horkheimer, 1969 *apud* Quintas, 2005, p. 36).

A urbanização desempenhou papel crucial na transformação dos papéis sociais e das dinâmicas de gênero no Brasil. Muitas vezes subestimados, esses papéis informais permeavam a vida cotidiana, e desafiaram o sistema patriarcal brasileiro, especialmente no que diz respeito aos papéis atribuídos aos sexos e a divisão de tarefas (Samara, 2002),

> A sociedade "burguesa" do século XIX e sem dúvida a nossa, ainda, é uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada. Isso, não de maneira hipócrita, pois nada foi mais manifesto e prolixo, nem mais abertamente assumido pelos discursos e instituições (Foucault, 1988, p. 46).

As características das transformações familiares no Brasil estão intimamente ligadas às desigualdades regionais e raciais, "a família é uma construção ideológica, plena de símbolos, e jamais poderá se afastar do contorno de representações culturais e sociais" (Quintas, 2005, p. 37). Assim como os macroprocessos estruturados por ciclos econômicos, aliados ao crescimento e à recessão, aos movimentos de redemocratização das instituições políticas, às lutas por direitos civis básicos e a conquista da cidadania, e aos processos de modernidade excludentes (Goldani, 1993), que têm grande influência na compreensão do que é família.

> Nas famílias em que a mulher é a "referência" (chefes de família), seus ganhos são a única fonte de renda, em 90% dos casos. Ou seja, além de não existir uma renda complementar nestas famílias, cabe à mulher realizar todas as tarefas da vida familiar e com um salário, na maioria das vezes, muito aquém ao dos homens. A dificuldade de sobrevivência econômica e de participação no mercado de trabalho, as infinitas responsabilidades familiares e domésticas, somadas aos preconceitos culturais em relação ao envelhecimento do corpo feminino, intensificam o sofrimento psíquico das mulheres mais velhas que buscam atendimento nos serviços públicos de saúde (Brasil, 2008, p. 21).

O gênero passou a ser delineado a partir de diferentes papéis e posições hierárquicas no mercado de trabalho, nas estruturas sociais, na família e nos espaços onde as mulheres atuam por serem mulheres, refletindo a representação "tradicional" do ser mulher, que tem origem em determinações socioculturais dos gêneros (Santos, 2008).

Desta forma, as tendências demográficas estruturais da família no Brasil refletem uma série de mudanças significativas, incluindo a diminuição nos números de casamento; o aumento dos divórcios e separações; a queda na taxa de fecundidade; o aumento do número de mães solo e mulheres chefes de família; o crescimento das famílias monoparentais e aumento da expectativa de vida (Goldani, 1993; PNAD, 2022; IBGE, 2022).

Essas mudanças estão intimamente ligadas às transformações econômicas, políticas e culturais que ocorreram no Brasil nas últimas décadas, fornecendo uma base sólida para a

compreensão das mudanças que compõem a organização familiar[33]. A riqueza das formulações familiares agrega a outras construções, adicionando complexidade ao conceito de família, que, por vezes, se torna falho ao delimitar arranjos que refletem o que é o ser humano (Quintas, 2005).

Neste diapasão, Quintas (2005) argumenta que a estrutura familiar se molda através dos laços de harmonia ou desarmonia, em que as raízes das relações familiares se formam e se fortalecem por meio de sentimentos que muitas vezes não podem ser esquecidos. Essas relações simbólicas de afetividade têm um relevo maior nas interações e solidificam a continuidade dessas relações, assim como o exemplo de Maria Gabriela Hita (2014), em que a mulher idosa —-- ou não—, atua como foco-difusora, multiplicando as relações entre os demais membros da rede, extrapolando os limites físicos da casa, enquanto local específico de residência. Sendo o afeto um meio de sustentabilidade da família, por mais que a teoria hegemônica defenda a ideia de que família é um elo consanguíneo e biológico, existem outras linhas teóricas que sustentam que o pilar da família seja o afeto e o reconhecimento no outro. Assim, a cooperação econômica assume um papel de sobrevivência, interagindo entre os membros do grupo e também servindo para instituir a ideologia familiar.

Ainda segundo a autora (Quintas, 2005), os papéis sexuais no seio da família se expandem às relações sociais, na sexualidade processam-se os pretextos de fomento a uma ideologia biológica de família, que garantem uma ideia de superioridade e inferioridade nas relações sexuais. Sendo a família um dos eixos centrais na manutenção do *ethos* cultural e que se estende para as relações sociais além do mundo doméstico.

A relação de gênero na constituição familiar, estabelecida pela criação das categorias ‘homem’ e ‘mulher’, ‘masculino’ e ‘feminino’, está ligada a um processo histórico complexo que sustenta uma diferença sexual na história do Ocidente. E que, após a revolução francesa, levou uma ideia de desigualdade de direitos para as mulheres, numa perspectiva universal, o que não pode ser tida como regra. Para Laqueur (1992 *apud* Silva et al., 2010), foi por causa disso que instituíram o ‘two-sex’ model, modelo binário em que estabelece a distinção ontológica e horizontal entre os sexos. Esse modelo se opõe ao perpetuado por Galeno, que

[33]Alméras identifica em seus estudos três possibilidades de transmutação familiar, que se estendem a: família tradicional, aquela na qual o homem é o provedor das necessidades do núcleo familiar e a mulher é dona de casa, ocupando-se inteiramente das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos; a família semi-tradicional na qual o homem e a mulher são inseridos no mercado de trabalho, ambos são provedores, mas todas as tarefas vinculadas ao lar são realizadas exclusivamente pela mulher; e a família de dupla carreira (dual career family) em que os cônjuges trabalham em atividades extra-lar e, ao mesmo tempo, ambos compartilham todas as responsabilidades domésticas (Batthyány, 2000, p. 89 *apud* Santos, 2008, p 105)

inspirou o ‘one-sex’ model, e que durante dois mil anos, as mulheres eram concebidas como um homem invertido e imperfeito[34].

No fim do século XVIII, surge um novo modelo de dimorfismo radical, as divergências biológicas e contornos anatômicos continuam sendo a base para fundamentar a diferença da essência entre homem e mulher, hegemonicamente. Mas somam-se a novos conjuntos de argumentos políticos, filosóficos, moralistas e científicos, dos quais fazem uma sustentação categórica da semelhança entre todos os homens[35]. Segundo Arán (2003 apud Silva et al., 2010), no caso da mulher, o sexo deixa de ser sinônimo reprodutor e as diferenças agora se manifestam na esfera do prazer.

A grande diferença entre os sistemas sexuais dos (bio)homens e das (bio)mulheres, invertidamente se compunham pela constituição deste sexo, que da mulher dá o tom pelos órgãos reprodutivos: ovários, tubas uterinas, útero e vagina; e pela genitália externa, também chamada de vulva. Adquirindo um novo status de valorização, por ser o berço da reprodução da espécie e da constituição da família. Por esta razão, a sexualidade feminina começa a ter uma definição radicalmente diferente das dos homens, demarcada por fronteiras públicas (Silva et al., 2010). Sob essa perspectiva, a sexualidade das mulheres idosas ainda é, em parte, desconhecida, não somente para os homens, mas, sobretudo, para as próprias mulheres. Durante anos, o modelo de sexualidade dominante, normativo, aceito socialmente, é o que corresponde à sexualidade masculina (Brasil, 2008, p. 25).

Conforme Michel Foucault, no seu livro *A história da sexualidade* (1988), pontua que a sexualidade da mulher, após o casamento, é cuidadosamente restringida, pois se volta para dentro da casa. A família conjugal a confisca, absorvendo-a sob as determinações da reprodução. Passando pelas gerações e dando fundamentação a uma invisibilidade na velhice. Muito embora afete homens e mulheres, as mudanças circunscritas às atividades sexuais, à vida sexual feminina e à expressão da sua feminilidade no casamento também estão restritas à *idade* reprodutiva (Andrea; Franch, 2012). O sexo por prazer, então, torna-se subversivo em relação aos ditames sociais públicos e privados. Para Foucault,

> A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negocista e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar

[34]Para Galeno (*apud* Silva et al., 2010) existia apenas um sexo e se diferenciava pelo calor vital. Em graus de perfeição metafísica, o homem era detentor do “telos”, e esse calor vital seguiria por uma verticalização hierárquica, sendo essa hierarquização de gênero uma questão de grau e não de sexo. Ser pensante ou não. Esse modelo de reflexão sobre a diferença sexual perpetuou-se desde a antiguidade clássica até o fim do século XVIII. As mudanças compreendidas sobre os gêneros sofreu severas mudanças, sobretudo por grande influência da igreja católica, potência religiosa à época.

[35]Com exceção de alguns “naturalmente inferiores” (Silva et al., 2010)

> seu futuro. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os "interesses" discursivos que a sustentam (1988, p. 13-14)

Nesse sentido, há décadas discutimos o sexo como uma forma de desafiar a ordem estabelecida, percebendo-o como uma consciência a subversiva, como se a intensidade de despertar o desejo do gozo estivesse clamando por futuro que se acredita contribuir para acelerar (ibid.). As relações desafiaram a ordem da liberdade prometida pelo porvir, e a iminência de uma era que poderia resultar em uma nova norma são facilmente incluídas nesse discurso sobre a opressão do sexo pelo prazer ao invés da reprodução (Foucault, 1988).

Ainda conforme o autor (1988), o prazer exerce um poder que questiona, fiscaliza, observa, investiga, toca e transcende. Este prazer d'outro modo, se expande ao escapar de um certo padrão de poder, através de fugas, disfarces e truques, que perseguem o desejo e transformam, diante dele, o poder de escandalizar ou de resistir. E isto não se limita apenas à sexualidade da mulher em todas as fases etárias, apesar da vivência sexual maior na idade reprodutiva.

O gênero que aqui se delimita em campos de atuação para cada sexo e dá suporte à elaboração das leis e às formas de sua aplicação fortalece uma norma política-cultural que, na maioria das sociedades, expõe e perpetua relações desiguais de gênero e geração. Isso fortalece a distinção dos papéis do homem e da mulher na família, na divisão do trabalho, na oferta de bens e de serviços, que respalda a uma organização social que mascaram padrões de adoecimento, sofrimento e morte (Brasil, 2008). Na contemporaneidade,

> O projeto neoliberal-neoconservador tem sido aguerrido contra a classe trabalhadora em muitas direções: no ataque aos direitos à diversidade e a não discriminação, aos direitos sociais, trabalhistas, sexuais e reprodutivos; na reafirmação das desigualdades de gênero, classe e étnico-raciais; nas investidas contra a educação pública sob argumentos de que as práticas docentes estariam engajadas em uma "doutrinação comunista" e sintonizadas com a "ideologia de gênero", cujas proposições destruiriam a "família tradicional"; e na privatização e mercantilização de bens e serviços essenciais à reprodução da vida (Brito et al., 2023, p. 184-185).

Além disso, as condições capitalistas da contemporaneidade dão base para uma ofensiva do capital que agudiza um sentido de sub existência para a classe trabalhadora, que em seu conjunto histórico é brutalmente precarizado no curso dos processos de exploração, expropriação e desumanização inerentes ao projeto social capitalista-colonialista-racista-cisheteropatriarcal (Brito et al., 2023).

Assim, para abordar as questões da sexualidade, é importante também considerar tanto a saúde sexual quanto a saúde reprodutiva sob uma perspectiva de direitos humanos. Muito embora as dificuldades enfrentadas por algumas mulheres em várias fases da vida e,

principalmente, na velhice esteja ligada também à expressão da sexualidade, as quais se inserem em um contexto de mudança de valores e de paradigmas na sociedade (Brasil, 2008).

Portanto, utiliza-se aqui das definições de sexualidade exprimidas por Foucault, ao passo em que descaracteriza a concepção de sexualidade atrelada estritamente ao sexo, pois consideremos e entendemos que a sexualidade está para além das relações carnais. A sexualidade é estabelecida como parte da dimensão humana da personalidade, nos afetos, no entendimento do ser enquanto ser. Sendo necessário refletir sobre a sexualidade da mulher idosa em uma sociedade que priva as mulheres, em todas as fases da vida, do direito à autodeterminação. Ao mesmo tempo, ocorre um processo de invisibilização no âmbito da constituição familiar, resultante na corporização do poder de um Estado repressor. Visto que as relações são tanto de caráter público quanto privado, favorecendo a perpetuação de papéis sociais pré-determinados nas relações extra-familiares, impedindo as mulheres de se libertarem desses papéis.

3.3 O Aprisionamento da Cultura Na Sociedade Unidimensional: A Cultura como Modeladora do Ser Social

Para explicar as raízes da alienação cultural, sob a perspectiva crítica, recorre-se aqui à teoria crítica de Herbert Marcuse sobre a sociedade unidimensional, que se conecta à teoria marxista, mas a transcende em certos aspectos. A escolha dessa teoria neste trabalho se dá pela relação da cultura e a influência das condições capitalistas da contemporaneidade que dão base para uma ofensiva do capital, agudizando um sentido de sub existência para a classe trabalhadora, que em seu conjunto histórico é brutalmente precarizada no curso dos processos de exploração. E, por entender que, a sociedade unidimensional é fruto de uma não-racionalização da dialética social em que, o ser social, desempenha um papel imposto pela sociedade capitalista, na reprodução e produção do capital[36].

Esse processo demarca caminhos e identidades relacionadas aos produtos de consumo, reproduzindo a ótica ideológica do capital na manutenção das sociedades de classes. A cultura, nesse contexto, atua como um meio para definição da posição social da mulher idosa, impedindo a existência de um contraponto teórico necessário para transcender a racionalidade instrumental vigente[37].

[36]A exemplo disso, os papéis de gênero.

[37]Capitalismo.

Seguindo a argumentação de Guacira Louro (2019), as mulheres estão subjetivadas a uma imposição cultural que molda os padrões e exigem adequação "aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos" (p. 17). Impondo as mulheres um padrão para saúde, do vigor físico, da vitalidade, juventude e beleza. Fomentando os cuidados físicos, mas não no sentido exclusivo da saúde, mas sim, para uma construção atrativa dos corpos. A classificação corporal é a que gera a possibilidade das relações sociais, trazendo visibilidade ou não (ibid). Retomamos, portanto, a definição de Miriam Goldemberg (2007) do corpo como capital social, que gera meios para uma ideia de visibilização das mulheres, a qual se inserem em um rol de desejabilidade do outro.

Em *Eros e Civilização* (1975), Marcuse busca reinterpretar a dinâmica social por meio do princípio da realidade, explorando o seu caráter histórico. Para isso, utiliza a abordagem freudiana desse princípio, que reafirma a impossibilidade de superar a repressão. Ele explica que a sociedade, tal como está organizada, mantém as estruturas de poder, e impedindo a transcendência, pois o sistema econômico capitalista é necessariamente baseado na sujeição instintiva. Para Freud, a existência da sociedade depende da supressão dos instintos do ID[38].

O princípio da realidade refere-se a necessidade de controlar o mundo natural para que a civilização se estabeleça. A razão separa o "bom" do "ruim", associa o "bom" ao útil. Na sociedade, o "bom" seria a mulher na posição de submissão social, garantindo a reprodução dos "papéis" pré-determinados, como o de "boa mãe", "boa esposa", "boa dona de casa" e "boa avó". O "ruim", por sua vez, seria o rompimento com essas definições: a mulher com liberdade sexual, garantida pelos direitos sexuais e reprodutivos, assim como a liberdade social de ser quem ela realmente é. Para as mulheres idosas, essa liberdade seria a de simplesmente ser o 'sujeito' mulher. Assim, conforme Marcuse, a liberdade sexual está implicada na realização plena de si enquanto sujeito — ser social—, reprimida pela sociedade capitalista, demandando a conformidade dos papéis de gênero e excluindo das mulheres idosas as expressões da sexualidade.

A sociedade industrial avançada, de acordo com Marcuse (1975), regida pelo princípio do desempenho, no qual, sob o domínio social, a sociedade é estratificada consoante os desempenhos econômicos, configurando uma competição onde prevalece o "cada um por

[38]Sigmund Freud (1997) Define o ID como sendo a representação da estrutura da psique humana que aparece em primeiro lugar e que funciona através do princípio do prazer imediato, lutando para que os instintos primários governem a nossa conduta, sem avaliar consequências seja de médio ou longo prazo. O Ego, por sua vez, surge focado no exterior e é a partir dele que se começa a pensar sobre as consequências dos desejos do ID, pois problematiza as decisões tomadas pelo instinto (ID). O superego moldado pela socialização, por meio da internalização das normas socialmente aceitas, é uma "entidade" psíquica que monitora o cumprimento das regras morais, sendo o moderador das ações do indivíduo nas suas ações a fim de internalizar a ideia da perfeição e da bondade.

si". Neste diapasão, a repressão social é intensificada, pois promove uma alienação refletida na cultura de consumo e reforça as desigualdades. Assim, o autor utiliza-se do conceito de "falsa necessidade" (Marcuse, 1978) para configurar a eficácia da alienação em implantar desejos ineficientes na vida das pessoas, na prática, mantêm a mulher idosa em um estado de negação quanto aos seus próprios desejos. Para essas mulheres, a negação dos desejos e prazeres acabam se tornando uma forma de autorrepressão[39], que leva a uma preservação do sistema capitalista, pois se permitem servir aos interesses de consumo. Por isso, a intensificação da dominação, acompanhada por uma carga extra de repressão sobre o princípio do desempenho, é caracterizada como decorrente de instituições históricas específicas do princípio da realidade e pelos interesses particulares da dominação.

Em *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* (1978), Marcuse mostrará como o conceito de razão perpetuado pela sociedade moderna evidencia a potencialidade tecnológica para a melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo, em que também amplifica a alienação da população. Como discorre Lyn Silver (2000, p. 44), no Brasil, o uso das tecnologias nas promoções de saúde possibilitou a melhoria da qualidade de vida das mulheres, especialmente no planejamento reprodutivo, no climatério e menopausa. No entanto, esses interesses são regidos por uma perspectiva mercadológica sanitária e de consumo.

A sociedade civil subjugada a esse processo de alienação, não cria meios nem sequer pensa em forma de se contrapor à hegemonia dos fabricantes ou predadores de serviços, que fomentam a formação de profissionais de saúde com baixa capacidade crítica e introduzem tecnologias de consumo nas suas práticas (ibidem). Assim, segundo Rios (1997 *apud* Silver, 2000, p. 45), nesta concepção,

> [...] Especificamente, de modo paralelo à produção de bens, são feitos esforços enérgicos e não menos importantes para garantir seu uso. Estes esforços enfatizam a saúde, a beleza, a aceitação social, o sucesso sexual – a felicidade em resumo — que resultarão da posse e do uso de um determinado produto [...]. Por sua vez, inevitavelmente, este fato afeta os valores sociais [...].

Para as mulheres idosas, as atividades relacionadas ao campo amoroso muitas vezes são deixadas de lado, pois elas não se sentem inseridas nos determinantes sociais de beleza e a busca pela medicalização[40] pode fazer diferença. O acesso a tratamentos como a reposição hormonal e aplicação de bioestimuladores de colágeno, entre outras tecnologias de consumo na saúde, pode proporcionar uma nova forma de "acesso" aos padrões de beleza, numa tentativa de visibilidade.

---

[39]Autoviolência

[40]Quando é possível devido ao poder aquisitivo.

Nesse sentido, a alimentação da falsa necessidade torna-se agradável, ao oferecer um sentido de pertencimento essencial para a desenvoltura das relações sociais. Esse processo é responsável por tolher a capacidade crítica do sujeito, moldando a subjetividade conforme os parâmetros da dominação cultural.

Retomando a argumentação de Marcuse, agora, no livro sobre *o caráter afirmativo da cultura* (1997), a produção cultural sempre foi considerada um campo a parte da produção material do homem[41], algo independente que, no entanto, reflete um mundo idealizado e situa uma esfera de necessidades e provisões materiais. Impulsionando a sociedade a consumir produtos e se inserir nas determinações estabelecidas para a manutenção da dominação. As separações do belo e do útil, conforme Marcuse, dá início ao desenvolvimento voltado ao materialismo da práxis burguesa,"a cultura reafirma e oculta as novas condições de vida" (Marcuse, 1997, p. 96). Com a consolidação do capitalismo, os valores culturais burgueses servem como doutrina para sociedade industrial, idealizando um mundo interior desvinculado do mundo exterior, ao mesmo tempo, em que perpetua uma imutabilidade social entre as classes, criando padrões de consumos fora da realidade e que reforçam posições sociais.

Neste sentido, as definições da cultura se somam às expressões culturais, políticas, sexuais, de gênero, de orientação sexual e falsas necessidades materiais, que servem para manutenção do sistema capitalista. As expressões da sexualidade, assim, refletem a complexa reprodução de um sistema de poder em diferentes espaços históricos, culturais e sociais (Foucault, 1978; Rubin, 1984; Weeks, 1985; Parker, 2019).

Em adição a essas determinações descritas por Marcuse e adotando o argumento de Guacira Louro (2019), as definições de feminilidade e masculinidade, assim como os comportamentos apropriados a cada sexo, foram moldadas, nos últimos dois séculos, como uma resposta ao "outro". Não do "outro' marginalizado, mas ao "outro" dominante. As contribuições de Adorno e Horkheimer (2002) para a análise das práticas de comercialização na indústria cultural diferem da cultura de massas, pois essa cultura molda padrões e consegue moldar relações e desejos espontâneos do público, que se tornam, segundos os autores, pretextos inconsistentes, ao precisarem reproduzir uma "[...] tendência social objetiva da época que se encarna nas intenções subjetivas" (Adorno e Horkheimer, 2002, s/p).

Dessa maneira, a indústria constrói e fomenta papéis sociais para um controle de massas que influencia aspectos psicológicos e socioculturais, diretamente relacionados à saúde física e mental, à qualidade de vida e à autoestima do indivíduo, estando sob os ditames de um núcleo de poder econômico e político. Para as mulheres idosas, ainda que o ser humano

[41]Ser universal.

possua grande versatilidade e direcionamentos diversos, a manifestação da sexualidade é considerada rara, mesmo em condições orgânicas, nos âmbitos psicológicos ou sociais adversos (Brasil, 2008).

Compreendendo isto, utilizamos do argumento de Maria Otília Bocchini, no artigo *Valores conservadores em Ana Maria e Viva mais!* (2000), em que a autora analisa revistas feministas da década de 1990 as quais abordam temas em disputas no feminismo radical e crítico do capitalismo, como modelos de homens e mulheres, família, maternidade, sexualidade e posicionamento diante de questões econômicas e políticas que em nossa concepção remete o conceito de "falsa necessidade" cunhado por Marcuse. Essas revistas eram direcionadas às mulheres de baixa renda, com uma linguagem acessível e de reportagens curtas, em formato pequeno, o que permitia que fossem carregadas para todos os lugares.

A autora destaca que essas revistas femininas são produtos de uma indústria em expansão na época, muitas vezes globalizadas, trazendo a ideia de uma "universalização" das mulheres. Não obstante, elas ignoravam as particularidades de cada país, as diferenças socioculturais, de classe, raça, etnia, sexualidade, constituição familiar e atividade laboral definindo todas em um único padrão e criando a ideologia da mulher perfeita (ibid.).

Os artigos informativos e orientadores dessas revistas seguiam a lógica de conselhos como: "sorria sempre; seja educada com todos; pare de reclamar; trabalhe; seja humilde; seja ousada; pense bem antes de falar; ou, use o horário de almoçar para orar numa igreja" (Bocchini, p. 65, 2000). Em contrariedade à célebre frase feminista "Nosso corpo nos pertence", as revistas *femininas* promoviam a ideia de que o corpo existe para o outro. O "outro" era, exclusivamente, um homem. Para Bocchini,

> Além de ser mãe, a mulher ideal das revistas precisa encarnar os sonhos sexuais dos homens, copiando gestos e roupas das sedutoras de plantão, que podem ser as mulheres do conjunto É o Tchan ou das personagens conhecidas como Tiazinha ou Feiticeira. Pouco se fala sobre a sexualidade da mulher vista por ela mesma. Quando as matérias convidam a mulher a conhecer o seu próprio corpo e seus desejos, logo em seguida argumentam sobre o quanto isso vai agradar ao parceiro. As mulheres devem também procurar realizar as recomendações dos manuais, quase sempre escritos por homens, que explicam as dez, vinte ou cem maneiras de enlouquecer um homem na cama (Bocchini, p. 67, 2000).

As mulheres deveriam seguir padrões sociais como "ser jovem e bela para atrair, ser desinibida e liberada conforme os manuais masculinos" (ibid, p. 68). Para as mulheres que hoje têm 60 anos, na década de 1990, teriam cerca de 30 anos ou quase. De acordo com o alcance da revista, mais de 60% das mulheres brasileiras acompanhavam tais *manuais*.

Desse modo, quando se trata da sexualidade das mulheres idosas, são destacados os desafios enfrentados e a necessidade de informação para desconstruir os estigmas e

preconceitos, fomentados por revistas como Ana Maria e Nova[42] (ibid, ibidem). Para Velásquez e Hernández (2020 *apud* Oliveira; Dias, 2023) é necessário compreender e valorizar a sexualidade. Essa valorização está ligada a um processo que pode ser aprendido e vivenciado.

Deste modo, ainda que sob outra perspectiva teórica, a antropóloga Miriam Goldemberg (2007) elenca alguns fatores que expõem a representação negativa das mulheres idosas na indústria cultural. Seja no cinema ou nos livros, as mulheres idosas são frequentemente retratadas como bruxas más ou avós carinhosas e caseiras, perpetuando a assexualidade ou a degeneração do envelhecimento. O paralelo existencial frequentemente mantido é o de que, de um lado temos uma mulher jovem e desinibida, e, de outro, uma mulher velha e introspectiva.

Ser velha, desinibida e liberada não faz parte do papel social atribuído à mulher idosa. E, retomando o argumento Louro (2019), é fácil perceber que esses processos de reconhecimento das identidades que são atribuídas também se inscrevem nas atribuições das diferenças. Assim, o "outro" é sempre o demarcador, implicando nas posições hierárquicas, nas relações desiguais e nas redes de poder.

Destarte, a teoria aqui utilizada de Marcuse sobre a "sociedade unidimensional" e o "caráter afirmativo da cultura" em que demonstra como a sociedade capitalista organiza e transforma o indivíduo em um objeto de consumo, em que as "necessidades falsas" garantem o funcionamento do sistema sem questionamento ou contradições. Para as mulheres idosas, a alienação as impede de reconhecer sua própria sexualidade como algo digno de existência plena, forçando-as a aderir a papéis de gênero prescritos que limitam sua identidade, essa dinâmica é evidenciada nas revistas femininas dos anos 1990 como observou Bocchini (200), que reforçam padrões de comportamentos voltados a uma agradabilidade e a conformidade em uma capitalização dos corpos, como argumentou Goldemberg (2007), em que raramente contemplam as mulheres idosas como sujeitas a sexualidade e em sua própria autonomia.

Neste sentido, a análise aqui proposta nos leva a concluir que a invisibilização da sexualidade da mulher idosa é uma expressão direta da dominação cultural exercida pela sociabilidade capitalista para manutenção da dominação social — de cunho patriarcal — que se estende a um controle da identidade do sujeito.

[42]As revistas citadas foram escolha da própria autora do artigo utilizado no texto, a Maria Otília Bocchini, no artigo *Valores conservadores em Ana Maria e Viva mais!* (2000).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

[...] Todo sagrado tem o seu profano complementar, toda distinção produz sua vulgaridade e a concorrência pela existência social conhecida e reconhecida, que subtrai à insignificância, é uma luta de morte pela vida e pela morte simbólicas. [...] O julgamento dos outros é o julgamento derradeiro; e a exclusão social, a forma concreta do inferno e da danação.[...]

Pierre Bourdieu[43]

Este capítulo está alicerçado na sistematização de dados e informações coletadas nos resumos selecionados para a pesquisa bibliográfica, que promoveu o estudo deste tema (Soriano, 2004). Assim, foi realizada uma leitura exploratória, utilizando-se do método de aproximações sucessivas ao objeto pretendido, norteado pela pergunta: *Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade das mulheres idosas?*. Este trabalho tem como metodologia de pesquisa o Estado da Arte, justifica-se devido à necessidade e um arcabouço teórico mais abrangente sobre o tema proposto, em diferentes épocas e lugares (Romanovski, 2006; Megid Neto & Carvalho, 2018). Sendo um trabalho de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e de natureza descritiva (ibid; Gil, 2010). Nesse diapasão, o objetivo geral é analisar a invisibilização da sexualidade das mulheres idosas, e como a invisibilidade influi na não-identidade de gênero. Por essa razão, há uma hipótese originária desta pesquisa, que é: as hierarquizações de gênero dão fundamentos para os preconceitos e invisibilidade da sexualidade na velhice.

Em que os objetivos específicos são: a) identificar os processos históricos atrelados a estruturas patriarcais e às dinâmicas familiares tradicionais que influenciam a percepção e expressão da sexualidade da mulher idosa no contexto brasileiro; b) explorar as normas de gênero, as relações de poder intrafamiliares e valores culturais transmitidos ao longo das gerações; c) Investigar o papel das instituições sociais, como a família, a religião e os serviços de saúde, na perpetuação ou mitigação da sexualidade da mulher idosa; e, d) discutir sobre a importância do entendimento das sexualidades das mulheres idosas e a longevidade populacional. A revisão bibliográfica, tem seus fundamentos gerais em Araújo (2018), Araújo & Carvalho (2005), Ávila (2003), Akotirene (2019), Almeida (2019), Allegretti & Rodrigues (2020), Azzi (1993), Beauvoir (2009; 2018), Beozzo (1993), Bocchini (2000), Bourdieu

[43]Trecho retirado da obra Lições da aula, de 1988. Bourdieu, Pierre. Lições da aula. Ática, 1988.

(1983; 1988; 1999; 2001; 2012), Butler (2003; 2019), Brasil (1988; 1994; 2004), Cavalcanti (2023); CEDAW (2019), Cisne & Santos (2018); Crema (2021); Faleiros (2007); Foucault (1988; 2007), Fleury & Abdo (2022); Louro (2019); Goldemberg (2007; 2007) Heilborn (2018), IBGE (2022), Marcuse (1975; 1978; 1997), Macêdo (2008), Saffioti (1994; 2015) Teixeira (2008), Voguel (2022), Weeks (2019) entre outros. A partir dai pôde-se então, problematizar as produções e a falta delas, facilitando a análise dos fatores e agentes envolvidos no processo de invisibilização da sexualidade das mulheres idosas e como isso implica na construção da não-identidade de gênero na velhice.

O recorte temporal foi estabelecido a partir da tradução da Recomendação Geral de n.º 27, da Convenção para a eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres-CEDAW, originalmente de 2010, mas que em 2019 foi traduzida e inserida no rol dos debates de gêneros para mulheres idosas, no Brasil. A pesquisa foi realizada nos sítios da PubMed, LILACS, Revista Katálysis e Revista Serviço Social em Saúde, com uma limitação dos últimos cinco anos, devido ao marco temporal escolhido. A escolha dos bancos de dados se deu pela grande contribuição acadêmica de várias áreas de estudos que são cotidianamente publicizadas por esses sites, além de serem sítios de referências para várias áreas de pesquisas. Foram utilizadas as palavras-chave “envelhecimento”, “sexualidade” e “mulher idosa”, sem discriminação de idiomas, abrangendo artigos em português, espanhol e inglês para uma busca mais ampliada.

No Site da PubMed foram utilizados todos os filtros, dos quais: “abstract”, “free full text”, “full text”, “associated data”, “book and documents”, “clinical trial”, “meta-analysis”, “randomized controlled trial”, “review”, “systematic review”, a escolha dos filtros se deu pela disponibilidade do próprio site; nas revistas Katálysis e Serviço Social & Saúde, foram aplicados todos os filtros disponíveis; no LILACS, também foram aplicados todos os filtros disponíveis do site. Os critérios de seleção e inclusão dos trabalhos esteve diretamente vinculado ao tema abordado na pesquisa, dos quais: a) vinculado as palavras-chave; b) versar sobre mulheres idosas brasileiras; e c) realidade das mulheres idosas brasileiras. Os critérios de exclusão utilizados foram: I) não versa sobre mulheres idosas e II) não contempla a realidade das mulheres idosas brasileiras.

Com a intenção de articular o núcleo teórico das produções acadêmicas que versam sobre a sexualidade da mulher idosa na contemporaneidade, buscou-se fundamentar o argumento da importância da discussão sobre a sexualidade e geração com uma melhor qualidade de vida e garantia de direitos sociais e humanos, embasada nas determinações de classe da sociabilidade capitalista. Conforme delineado por Soriano (2004), a realidade é

entendida como um processo e não apenas um conjunto de coisas, portanto é meio para a consolidação da verdade. Sendo assim, a realidade é apresentada em diferentes níveis e necessita de uma abstração analítica para que o conhecimento se manifeste em sua essência (Marx *apud* Soriano, 2004, p.35); pois, para haver seu entendimento, é preciso compreender a totalidade. E a totalidade da vida, na sociabilidade capitalista, incluem-se as expressões da sexualidade e a construção da subjetividade do ser, o que dá meios e fundamenta as relações sociais.

4.1 Resultados

Como resultado da pesquisa nos sítios citados, obtivemos os seguintes dados:

SITE	FILTROS	RECORTE TEMPORAL	RESULTADOS	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
PubMed	abstract, free full text, full text, associated data, book and documents, clinical trial, meta-analysis, randomized controlled trial, review, systematic review (Todos)	2018- 2023	0	–	–
LILACS	Todos	2018- 2023	9	7	2
Revista Katálysis	Todos	2018- 2023	0	–	–
Revista Serviço Social em Saúde	Todos	2018- 2023	0	–	–

OBS
- LILACS: Dos artigos excluídos, 1 (um) não abordava exclusivamente mulheres idosas e, o

outro, 1 (um), focava em uma instituição de longa permanência na Argentina.

Após a pesquisa exploratória nos artigos, pôde-se constatar repetições de padrões nos eixos em que envolvem a hierarquização de gênero e relação de poder. Percebemos, portanto, que a sexualidade na velhice é invisibilizada, pois é atrelada a uma domesticação das mulheres idosas. A performatividade de gênero vinculada à existência dessas mulheres desde o nascimento até a vida adulta e após executarem o esperado do papel de gênero, são relegadas ao esquecimento.

O processo de apagamento da sexualidade tem início após o período reprodutivo, ainda no climatério e menopausa. As definições de sexualidade vinculadas apenas ao ato carnal sexual gera um desconhecimento do que é a sexualidade em sua amplitude, comprometendo a liberdade sexual destas mulheres, na maioria das vezes (Quadros **3, 4, 5,** e **6**). Nos artigos selecionados, a "vergonha" nos depoimentos das mulheres é um marco da proibição de expressão das sexualidades relacionadas à educação católica e a reprodução, sendo o matrimônio meio para felicidade e prazer; mas não o prazer sexual, especificamente, o prazer espiritual, pois estaria se cumprindo os valores prescritos para salvação (Quadros **1, 3, 4, 5 e 7)**. Quanto aos registos de atividade sexual na velhice, as mulheres idosas estão sempre associadas a um parceiro fixo, geralmente em casamentos (Quadros **3, 4, 5 e 6**). Já as viúvas ou separadas tendem a não exercer com muita frequência as relações sexuais e se o fazem com parceiros diversos, são ações consideradas "promíscuas" (Quadros **2, 3 e 4**).

Assim, com o processo de domesticação dessas mulheres idosas, atrelada a perda da privacidade e autonomia gera uma restrição maior a liberdade sexual, que requer uma deserotização dessas mulheres, resultando no que entendemos por "castração do bem viver". O ato de "castrar", significa a retirada da eficácia da liberdade social e do exercício dos desejos. O "bem viver" está relacionado à qualidade de vida das pessoas no exercício pleno dos seus direitos sociais, de execução das suas escolhas e das expressões da sexualidade. Assim, a *castração do bem viver* diz respeito a restrição das relações erotizadas na velhice vividas por essas mulheres; e que, em alguns casos, a "castração do bem viver" se torna mais violenta, ao serem escanteadas pelas famílias e incorporando-se a uma violência psicológica, comprometendo a integridade de gênero (Quadros **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7**).

O medo do abandono as obrigam, muitas vezes, a exercerem a docilidade da mulher idosa no seu papel social de mãe e avó (Quadros **1, 3, e 4**). No entanto, quando se trata de mulheres idosas transexuais, esta abordagem é diferente, visto o preconceito social contra as

pessoas trans, que muitas vezes não chegam nem à velhice (Quadro **7**). Logo, o preconceito geracional soma-se ao preconceito da orientação sexual e da identidade de gênero, incidindo em outro processo de invisibilização que precisa de um estudo mais aprofundado, mas que já proponho a hipótese de que tem raízes no patriarcado e na relação de poder (Quadro **7**).

Outra questão importante a ser pontuada é a dificuldade de acesso à saúde ampliada, devido à crença na assexualidade na velhice. Os altos índices de ISTs[44] mostram serem uma população ativa sexualmente, mas a falta de cuidado nas anamneses destas mulheres expõe um preconceito geracional no processo deste acesso à saúde. Assim como na construção destas informações no planejamento familiar exercido pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas quais as unidades de Saúde da Família exercem papéis centrais no atendimento à comunidade (Quadro **2**).

As conjecturas inseridas na determinação do que é sexualidade e de como ela pode ser exercida têm fortes expressões que se assemelham a um tipo de violência interna, como a autoflagelação, sendo a "castração do bem viver" o baluarte determinante dessa existência. A partir da análise dos artigos, observou-se três aspectos principais que se repetiram nos artigos, os quais:

a) a vergonha de expressar desejo sexual ou características da sexualidade;

b) o sexo atrelado ao casamento; e

c) a liberdade pós-menopausa.

Os três aspectos se inserem nas determinações das mulheres universais e na hierarquização de gênero, que determinam suas existência a partir de padrões hegemônicos, Segundo Henning (2017), há uma "universalização dos velhos", não dando espaço para caracterização das individualidades dessas mulheres, pois tudo que é "velho" é colocado em um único lugar, o *canto*.

4.2 Discussões

[44]"[...] A pesquisa da Uniceplac aponta que a falta de estratégias educativas em saúde e a falta de conhecimento sobre ISTs são as principais causas do aumento das infecções no idoso, com porcentagem de 85,71% e 57,14%, respectivamente. A pouca ou quase ausência da proposição das estratégias voltadas para a saúde sexual do idoso é mínima comparando com a dos jovens, isso porque muitos profissionais tratam os idosos como "pessoas assexuais". A enfermeira comenta sobre a invisibilidade do idoso perante a sociedade, e que esse fenômeno se intensifica quando levada para o âmbito sexual. "Essa invisibilidade muitas vezes se transforma em tabus e preconceitos" (s/p) VALERI. J. **Com o envelhecimento da população brasileira, casos de ISTs aumentam entre os idosos.** JORNAL DA USP**.** Disponível em: https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/com-o-envelhecimento-da-populacao-brasileira-casos-de-ists-aumentam-entre-os-idosos/ Acesso em 07 out 2024

Lise Vogel, no livro *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (1983), ao recuperar a discussão baseada na arquitetura conceitual d'O Capital de Marx, explica como a opressão das mulheres é vivenciada na sociabilidade capitalista sob uma base sociomaterial. Aqui, faço um recorte principal do seu livro para embasar os argumentos que seguirão nesta discussão.

A historiadora marxista discorre sobre a relação privada e doméstica relacionada ao fator biofísico da procriação e da amamentação, requerendo corpos sexuados-femininos. Vogel (1983) enfatiza que existem pressões sobre as unidades domésticas para que estas estejam vinculadas à desigualdade das normas de gênero, resultante dessas raízes sócio materiais da opressão às mulheres é a relação estrutural do lar com a reprodução direta do capital. Sob a perspectiva feminista e crítica, concordo com Ávila (2003) que "[...] processo de construção dos direitos reprodutivos e direitos sexuais se integra ao processo mais amplo do movimento dialético de construção da democracia" (p. S467). O Estado e o capital, para a produção da mais-valia, precisam regular a capacidade biológica de produção da geração de trabalhadores, garantindo que eles estejam disponíveis para a exploração destes.

Utilizamos, de forma dialética, a concepção fenomenológica e estrutural de Bourdieu (1988) sobre as propriedades universais de transcendência como um produto variável de uma socialização sob a égide de formações sócio-históricas específicas. Essa abordagem nos dá materialidade para os esquemas cognitivos que percebem a realidade social e se orientam através dela. A busca pelo desvelamento das formas ideológicas expostas na dominação exerce um esquema cognitivo estruturado do ser a partir de uma "ordem natural das coisas", as quais se assemelham a um poder dominante do certo e do errado, naturalizado pelos agentes imersos. Esse poder simbólico encontra caminho para desvirtuação do "correto", considerando qualquer caminho que vá além do padrão estabelecido como fora da norma, sendo a família estrutural - nuclear — um exemplo dessa imposição.

> De fato, a lei social é uma lei histórica, que se perpetua durante o tempo em que se deixa agir, isto é, durante o tempo em que aqueles aos quais ela serve (e, às vezes, à revelia deles) se encontrem em condições de perpetuar as condições de sua eficácia. (...) Na realidade, a ciência deve saber que ela apenas registra, sob forma de leis tendenciais, a lógica característica de um certo jogo num certo momento, lógica que joga a favor daqueles que, dominando o jogo, estão em condições de definir de fato ou de direito as suas regras. Dito isto, assim que a lei é enunciada, ela pode se tornar um objeto de luta: luta para conservar, conservando as condições de funcionamento da lei; luta para transformar, modificando estas condições (Bourdieu, 1983, p. 37).

Bourdieu, em suas *Magníficas Meditações Pascalianas* (2001), descreve o "capital simbólico" como um caminho geral da busca humana por um encaixe social, servindo como justificação para a própria vida. Esse sentido de "eterna busca" por algo que valha a existência dá sustentação aos dogmas ensinados e passados de geração em geração. Para o autor, o ser humano é um animal que vive em constante busca pela justificativa de sua existência, uma vontade de potência que dá margem ao simbolismo do Capital. Em que,

> na sociedade brasileira, a maioria da população está desprovida de direitos porque está desprovida de poderes. E que, portanto, o processo político no Brasil, ao ser um processo de criação de direitos, é um processo de constituição de poderes, populares, sociais, culturais – que se exprimem como poderes políticos. Nós estamos num processo de constituição dos direitos-poderes, mas nós não os temos ainda. O que temos é aquilo que ainda classicamente se chama a democracia formal. Mas é preciso uma democracia social e cultural (Chauí, 2003 apud Ávila, 2003, p. S467).

Assim, recorremos ao que a antropóloga Mirian Goldemberg (2007), seguindo a argumentação de Bourdieu, define como sendo um "capital simbólico" o corpo, no Brasil, e vai além ao definir o "capital marital", considerando o casamento como uma vontade de potência para as relações sociais, de cunho heteronormativas, que significam um tipo de status culturalizado. Nessa busca pelo "capital simbólico" há a decadência do indivíduo na busca pela aprovação do outro e a construção da própria invisibilidade do ser. Para se reconhecer na sua individualidade como se é, precisa-se da existência do outro para delimitar, assim, a própria essência baseada na diferença. Entretanto, ao tentar se encaixar na definição de "capital" buscando igualdade ou aceitação social, abandonam-se os eixos centrais da definição do ser, causando, assim, mais uma vez, o sofrimento da invisibilidade.

Concordamos, também, com as autoras Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos, sob a perspectiva crítica marxista, quando definem três estruturas do trabalho na sociabilidade capitalista que se associam entre si, no livro *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social* (2018), as autoras definem: a divisão social, fundamentada nas relações entre classes sociais; a divisão racial, baseada nas relações de raça; e a divisão sexual, fundamentada nas relações sociais de sexo/gênero.

Paralelamente, a violência simbólica, que o sociólogo Pierre Bourdieu (1983; 2012) descreve como uma cumplicidade dos dominados, explicada pela perpetuação da violência estrutural, tão enraizada ao ponto dos violados perpetuarem a violência ao invés de repeli-la. A teoria tem eixo central na construção de cumplicidade que se manifesta nas relações sociais de gênero por consanguinidade, evidenciadas pelos casos de violência sofridos por mulheres idosas de ordem familiar, seja marital ou de filhos para com a genitora. Sendo, uma violência simbólica de gênero, por simplesmente ser mulher; de classe, quando dependem

financeiramente dos maridos ou filhos em condições subalternizadas; e de raça, quando vivem a sós ou precisam se submeter a existências vulneráveis por falta de acessos educacionais e sociais que perduram durante o processo de velhice. Nesta perspectiva, podemos afirmar, seguindo o pensamento de Bourdieu, que as mulheres idosas são inteiramente vítimas e cúmplices ao mesmo tempo. Elas são cúmplices porque são vítimas, uma vez que sempre exerceram "a ordem das coisas" (Bourdieu, 1983; 199).

Para entender melhor sobre a construção da invisibilidade da sexualidade da mulher idosa, voltaremos ao discurso hegemônico de gênero e orientação sexual. Entendemos essa hegemonia como um sistema de coerções e pressões homogeneizadas, onde a cultura dominante apresenta uma versão única da identidade, como se fosse ímpar, correta e possível (Schmidt, 2017).

4.2.1 "Vergonha", casamento e liberdade pós-menopausa

Paralelamente, tem-se a discriminação por idade, definida como "gerofobia" ou etarismo, derivado do termo em inglês "ageism". Esse termo descreve os preconceitos e estereótipos em relação às pessoas idosas, fundamentados unicamente pela idade (Butler; Lewis; Sunderland, 1991 *apud* Salgado, 2002). No caso das mulheres, essa discriminação se intersecciona com o gênero e a raça. Conforme Ana amélia Camarano (2003), uma das grandes preocupações sobre o processo de envelhecimento é que as mulheres com mais de 60 anos apresentam diversas vulnerabilidades, seja pela dependência em decorrência das patologias associadas ao envelhecimento, pelo aumento das comorbidades, ou ainda sob o ponto vista econômico e social. Stuart Hall (2003), assumindo uma posição pós-gramisciana, em que argumenta que a linguagem estrutura as relações de poder, define o conceito de raça como uma categoria analítica, que, quando articulada ao gênero, permite variações nas diferenças sociais as quais se intensificam no envelhecimento. Dessa forma, vários fatores de discriminação se aglutinam na velhice, sejam de gênero, raça, classe ou todas essas dimensões entrelaçadas

E, sendo o processo de colonialidade pautado no binarismo de gênero, onde existe a necessidade do homólogo, como na "ordem das coisas" de Bourdieu (1999). Essa ordem necessita de opostos, como azul/rosa ou largo/estreito, etc., para existir, tratando o outro não como complemento, mas como suplemento. Considerando esses apontamentos como hegemônicos, colocamos rapidamente os "outros" à margem dessas definições, se inserindo aqui, também, as mulheres idosas negras. Tudo o que não é jovem e produtivo se torna

marginalizado na sociedade, a qual permite que sobre aquele se estruturam problemas sociais em que haja a necessidade da exclusão, para haver a sustentação do Status quo (Young (2002).

Essa "anormalidade" da sociedade capitalista se expõe através dos binômios que estruturam a organização social. A cultura hegemônica baseia-se na heteronormatividade como uma ideologia, instituição e até um regime político compulsório (Silva; Jardim, 2022 *apud* Rich, 2010). Essa heterossexualidade compulsória atua como um dispositivo demarcador de posição social e de poder, onde a existência do diverso fere tais determinações, resultando na supressão da sexualidade e orientação sexual do outro. Podemos observar essa dinâmica exemplificada no quadro 4,

> Os principais resultados destacaram que as participantes receberam uma educação (formal e informal) moralmente rígida que reforçou papéis tradicionais de gênero (dupla moral sexual), gerando desinformações, medos, vergonhas, incertezas e dúvidas sobre a feminilidade e a sexualidade que, todavia, puderam ser em parte reformulados durante o envelhecimento em razão das novas experiências e dos novos conhecimentos (com a participação na UAI), e, assim, os significados e as experiências delas transitaram entre concepções tradicionais e questionamentos das relações de gênero e sexualidade. (p. grifo nosso)

Se é dada a possibilidade de uma identidade pré-moldada, com desejos pré-estabelecidos e caminhos pré-traçados, acaba-se por aceitar o "destino" e seguir fielmente o papel estabelecido. E se, como dizem," detrás de um grande homem existe uma grande mulher"[45], assume-se esse papel de submissão modulada, em que as posições de gêneros pré-determinados impõem determinados papéis sociais. Tal como enuncia Saffioti,

> Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres.[...] (2015, p. 37)

Essa definição da conjuntura do (bio)homem que molda a (bio)mulher estrutura também limitações e questões sobre performatividade de gênero (Butler, 2003) e as relações envolvidas, seja nos desejos que devem ser seguidos – como ser boa esposa, boa mãe e boa dona de casa – ou na execução de atividade além desse entendimento; assim, ainda conforme Saffioti (2015, p. 37), "as mulheres são "amputadas", sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores [...]".

Na sociedade capitalista, a produção e reprodução de mão de obra são motores da geração de lucros. Portanto, a dicotomia entre natureza e cultura se fundem para formar uma

[45]Ditado Popular.

só entidade: a mulher perfeita. A posição binária de homem X mulher, feminino X masculino, perpassa caminhos estruturais do que é ser, influenciando a vivência da própria identidade. A perpetuação dessa estrutura de poder que fundamenta a sociedade brasileira, baseada na família patriarcal heterossexual, leva-nos a refletir sobre a existência da mulher após os 60 anos. Na sociedade da reprodução, a mulher necessariamente serve para impulsionar a produtividade do homem enquanto representante central da sociedade. Após seu período fértil e reprodutivo, essa necessidade de existência passa a não ser mais requerida.

Ainda, a questão de gênero recrudesce nas idades mais avançadas. "[...] Os homens idosos geralmente mantêm o seu papel de provedores. Por outro lado, as mulheres idosas tendem a manter suas funções de cuidadoras e responsáveis pelos afazeres domésticos" (Camarano e Pasinato, 2003 a*pud* Goldani, s/a, p.234). A divisão do trabalho, inscrita na objetividade do Estado nas produções e reproduções sociais, define como normais as representações de gêneros em determinadas posições, evidenciando isso principalmente quando se trata da aposentadoria ou do processo de dependência financeira.

> Oqueé trabalho "feminino" e "masculino" é definido a partir da necessidadedocapitaldeauferirmaislucroeseutilizadaforça de trabalho disponível, utilizando-se inclusive de suas diferenciaçõesinternas (entresexo,idade,coretc)paraesteou aquele emprego, aumentando seu rendimento (Toledo, 2001, p. ?).

Assim, a experiência de uma "ordem social" pressupõe uma diferença rigorosamente separadas nas tarefas, nas quais o sexo orienta predominantemente as direções. Na contemporaneidade, a inserção das mulheres, em sua maioria branca, em áreas antes não definidas é um marco histórico na ruptura desses esquemas geracionais[46].

A Carta Magna de 1988 concretiza a responsabilidade do Estado para com o bem-estar da pessoa idosa, além da família e da sociedade. A importância dessa garantia está ligada diretamente à defesa desse bem-estar pela preservação da vida cidadã. Exemplos desta garantia são Política Nacional da Pessoa Idosa[47] (1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa[48] (2003).

Além disso, quando se trata da questão da não-identidade de gênero na velhice, aborda-se uma questão socialmente mais profunda. As mulheres idosas de hoje foram criadas

---

[46]"Em suma, a experiência de uma ordem social onde as diferentes tarefas ainda são distribuídas com bastante rigor por sexo e através dos apelos explícitos à ordem que lhes são dirigidos pelos seus familiares, professores e colegas, eles próprios são dotados de princípios de visão. E divisão adquirida mediante experiências adequadas do mundo, adquiriram, sob a forma de esquemas de percepção e apreciação profundamente incorporados e de difícil acesso à consciência, o princípio da visão dominante que os leva a achar normal, ou mesmo natural, obviamente. , a ordem social tal como existe" (Bourdieu, 2012, p.3. Tradução nossa).

[47]LEI n.º 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

[48]LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

sob um rigor religioso maior, ocorrido antes da introdução do movimento feminista no Brasil, que começou a ganhar força apenas na década de 1970, marco teórico para a inserção dos estudos de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nas produções do país. Muitas mulheres daquela época não tiveram a oportunidade de se aprofundar intelectualmente nessas perspectivas.

Ao resgatar historicamente a constituição da família, como feito no tópico 2 e a estruturação do patriarcado sob a colonização do país, atrelada à industrialização tardia, constata-se uma negação estrutural do ser enquanto sujeito construtor da própria identidade de gênero para as mulheres que hoje são idosas.

Essa construção da não-identidade na velhice, que passou por essa pré-modulação determinada para o impulsionamento social através do capital marital e das instituições familiares, deixando de existir quando se passa da idade reprodutiva. Esta transição reflete o que entendemos por objetificação do papel do gênero feminino. Aquelas que não desejavam esse papel social se dedicavam à religião, tornando-se freiras e dedicando-se ao "marido espiritual". Até as mulheres – brancas e, geralmente, de família burguesa – que não se casavam com a intenção de reproduzir força de trabalho, casavam-se simbolicamente com uma figura masculina espiritual para garantir a reprodução da religião e dos ditames religiosos. Neste sentido,

> A pobreza na idade avançada tende a aumentar a dependência produzida por condições físicas e psicológicas. A relação entre dependência, pobreza e velhice adquire maior importância em relação à distribuição de recursos econômicos individuais e a disponibilidade de serviços sociais. As diferenças de gênero tornam a situação mais crítica. As pesquisas gerontológicas mostram que são as mulheres de idade avançadas (e não homens) que estão mais expostas à pobreza e à solidão e que também detém taxas mais altas de institucionalização, mais condições de morbidade, que consultam mais médicos e que têm menos oportunidades de contar com um companheiro em seus últimos anos de vida (Turner; Troll, 1994; Greenberg; Kopito, 1994 *apud* Salgado, 2002, p. 13)

A heteronormatividade é uma significação para o corpo que o submete a um sistema específico, levando a uma coerência da continuidade entre o sexo, gênero, sexualidade e prática do sexo e expressão de desejo, com base em expectativas femininas de uma expectativa social hegemônica (Santos, s/a). Assim o eixo dessa determinação é a binaridade do gênero, que estabelece uma diferença[49] a qual se constitui o outro como "masculino e feminino", atribuindo determinações de "macho" e "fêmeas", e servindo como meio para uma

[49] Quando citei neste trabalho que "precisamos do outro para nos compreendermos" não é uma perpetuação da diferença binária do gênero, mas de uma construção subjetiva do ser pela semelhança e diferença para com o outro a partir da estruturação da identidade subjetiva e de como é entendida os seus quereres no seu processo de individualidade.

matriz cultural da qual a identidade de gênero se torna inteligível, exigindo certos tipos de "identidade" que regulam a forma e a significação da sexualidade (Butler, 2003).

Embora as determinações sociais e culturais da indústria cultural perpetuem a reafirmação teórica e social da heteronormatividade. Ou como uma representação pejorativa ou desdenhosa das mulheres envelhecidas em filmes e séries documentais, a análise dos artigos elencados para este trabalho mostra a vontade dessas mulheres de serem vistas como realmente são. Por exemplo:

> [...] o envelhecimento humano suscitou discussões acerca das necessidades específicas, como sexualidade. Tratados como tabus, indivíduos idosos que pertenciam a grupos de minorias sexuais sofriam dupla invisibilidade, sobretudo nos serviços de saúde. Ademais, a falta de apoio social e familiar resultou em sofrimento psíquico e vulnerabilidade social (Quadro 7, p, grifo nosso).

Ou ainda a fala de uma das participantes das entrevistas, como no artigo do quadro 3:

> "Por ser corajosas, nós temos também que usar um batonzinho [...] em primeiro lugar, o que foi colocado aqui pra gente... se gostar, gostar do próprio corpo, né? Aceitação do nosso corpo, aceitação de nós mesmas" (Participante 5) (Hellman, 2019. 148)

Assim, o desejo de permanecer ativa nas expressões da própria sexualidade, enquanto mulher que tem necessidade de querer;

> [...] os estereótipos sociais, os preconceitos de familiares e pessoas com quem convivem, a falta de privacidade e a crença de que a viuvez encerra a vida sexual são algumas das barreiras à expressão do desejo sexual dessas mulheres. A maioria das mulheres mais velhas gostariam de permanecer sexualmente ativas, inclusive aquelas sem parceria. Por isso, os profissionais de saúde precisam estar conscientes da importância de novas referências sobre a sexualidade das mulheres em qualquer fase da vida. A diversidade de possibilidades de função e desempenho sexual ao longo do envelhecimento deve ser discutida para incentivá-las a serem sexualmente ativas e fortalecerem a resposta aos estímulos sexuais (Quadro 6, p. grifo nosso).

E no quadro 5,

> Os resultados evidenciaram que a maioria dos entrevistados compreende que práticas sexuais podem trazer benefícios psicológicos. Apesar disso, a maior parte dos participantes, tanto das mulheres quanto dos homens, indicaram que o interesse sexual inevitavelmente desaparece depois dos 65 anos. As mulheres da amostra, como já era esperado, mostraram-se mais afetadas por tabus e proibições quanto à realização de desejos sexuais, consideraram o sexo como algo perigoso e alegaram vergonha para demonstrar interesse sexual, o que aponta para a necessidade de uma discussão de gênero (p. grifo nosso nosso)

Posto isso, retoma-se à discussão da *imoralidade* do gênero e dos desejos à margem das determinações sociais, como as relações homoafetivas. A compreensão de que a sexualidade só pode ser vivida por mulheres jovens, em fase reprodutiva, dá ensejo a um processo anticivilizatório do que é performar o "ser mulher". Perpetuando a ideia de que a sexualidade só existe se estiver vinculada ao sexo. Essa não-identificação com a "beleza

atrativa" expõe papéis que excedem a reprodução, subjacentes a uma estrutura de "enfeiamento" à qual se aplicam inúmeros fatores, inclusive na saúde,

> [...] o câncer do seio ataca uma a cada nove mulheres, com a ameaça de cirurgia ou morte; estima-se que cerca de 40% das mulheres tenham se submetido a uma histerectomia ao chegar à idade de 60 anos e as demais se tornarem estéreis na menopausa: a maioria das pessoas de 65 anos e mais diminui sua capacidade física através de mudanças normais do processo de envelhecimento ou de doenças ou acidentes (Camacho; Strawbridge; Cohen; Kaplan 1993 *apud* Salgado, 2002, p. 14)

As mulheres, maioria da população brasileira, são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e enfrentam uma velhice que depende de fatores como alimentação, moradia, lazer, condições de trabalho, educação e renda, relações sociais e familiares, meio ambiente, urbanização, autoimagem e autoestima (Brasil, 2008).

A idade avançada se soma às doenças degenerativas em que muitas se agravam com o passar o tempo, aliás, nas abordagens da saúde pública esse é o principal enfoque quando se trata de mulheres e pessoas idosas, como expressam idosas entrevistadas no artigo do Quadro 2 analisados nesta pesquisa:

> "Nunca, nunca fui abordada na vida de saúde sobre sexual, não tem, não tem nada a dizer que quando a pessoa é de idade já não gosta disso mais, né? E meu esposo já tem 80 anos! É, é só amizade". (Idosa 2) (Souza et al. 2018, p.81)

> "Bom, na saúde nunca foi abordada sobre sexo, se fosse a caso de saúde pública igual postinho nunca houve entrevista nem uma reunião sobre sexo, [...] Tá apertado[o canal vaginal] dificulta o aparelho penetrar, mas ela me trata muito bem e eu tento usar um remédio para amolecer, flexionar 20 dias antes pra poder fazer o exame, agora mesmo vou fazer esse exame, o preventivo, eu faço preventivo [particular] faço mamografia todo ano". (Idosa 3) (Souza et al. 2018, p.81)

O tabu da sexualidade e a geração impede que mulheres tenham acesso aos cuidados de saúde ampliada, requerendo, ainda, uma ruptura com estigmas sociais perpetuado por alguns profissionais da saúde. Esses estigmas podem impedir o direito de acesso à saúde dessas mulheres, que seja focado na saúde sexual e sexualidade, como aponta outra idosa entrevistada no mesmo artigo:

> [...] Então, não tem, só se tivesse um local onde as idosas pudessem sentar, para poder explicar, contar como é que é, como tá, tirar dúvidas... porque tem pessoas aqui, idosas que dizem: o mundo tá um horror, o mundo tá acabado e vai e se esconde, tem vergonha porque devido a essas mudanças, não civilizaram, falta assim um lugar que deixe a pessoa a vontade pra conta, ficar mais à vontade, pra não ter vergonha de falar da sexualidade. (Idosa 16) (Souza et al. 2018, p.83) (Quadro 2)

Ainda, o enfoque na sexualidade atrelada apenas à juventude cria uma ideia de que o envelhecimento é uma fase que apenas retira e degrada a vida das mulheres. Tal como se observa nos trechos do livro *As horas Nuas (1999)* de Lygia Fagundes Telles[50]:

---

[50]Escritora brasileira, da terceira geração modernista. Argumento aqui utilizado para ilustrar como, nos escritos, difundidos culturalmente, o envelhecimento é visto como algo negativo.

> [...] tantos espelhos. Mas só agora me vejo, uma frágil mulher cheia de carências e aparências, dobrando o Cabo da Boa Esperança, já nem sei que Cabo é esse, era a mamãe que falava isso, mas deve ter alguma relação com a velhice, ô! Meu pai, que palavra desprezível (1999, p.12 *apud* Pereira, 2019, p.4).

E, "estou ficando velha e me ralo de inveja dos jovem… Também quis segurar a beleza, quem não?... Mas ela escapou por entre meus dedos, água… quero de volta minha juventude" (1999, p.101 *apud* Pereira, 2019, p.4). Em suma, trechos de uma das obras literárias de referência da autora descrevem o processo de envelhecimento como uma perda da beleza, da atração e juventude. Culturalmente, a imposição do "belo" enquanto jovem é uma determinação, por si só segregadora. A partir do momento que existe uma definição do que é belo, como teoriza Goldemberg (2007) através do capital do corpo, a mulher idosa fica descapitalizada.

Partindo de uma perspectiva crítica, destacamos que a questão de classe estrutura uma violência do gênero. Dada a formação sócio-histórica brasileira e a estruturação das classes e do capitalismo tardio no país, as raízes coloniais se espalharam numa espécie de rizoma, ao ponto em que os elos do capital se transformam noutros, como o capital corporal (Goldemberg, 2007). As determinações heteronormativas subtraíram dessas mulheres idosas quaisquer expressões de sexualidade que não fossem a hegemônica.

Conforme Almeida e Lourenço (2007), nesta mesma vertente, há, então, a dificuldade de conceituar a velhice como uma continuidade da vida e da aceitação das práticas amorosas e das manifestações sexuais em idades mais avançadas e para além do casamento. Como se observa no depoimento de uma das idosas entrevistadas no artigo do Quadro 1:

> "Eu pensei que ia ser bem complicado, porque nós somos um monte de viúvas e separadas, e pensei que isso de sexualidade era só para as mulheres casadas. Agora sei que não, que nós temos mesmo de participar desse grupo, porque todas nós temos sexualidade." (Tulipa). (Rodrigues et al. 2019, p 5)

> "Eu achava que sexualidade era só relação de sexo entre casal. Não imaginava que poderia envolver a parte de sentimentos, de comportamento. Hoje eu sei que a sexualidade não é uma coisa só do casal, mas de cada pessoa." (Dália). (Rodrigues et al. 2019, p 5)

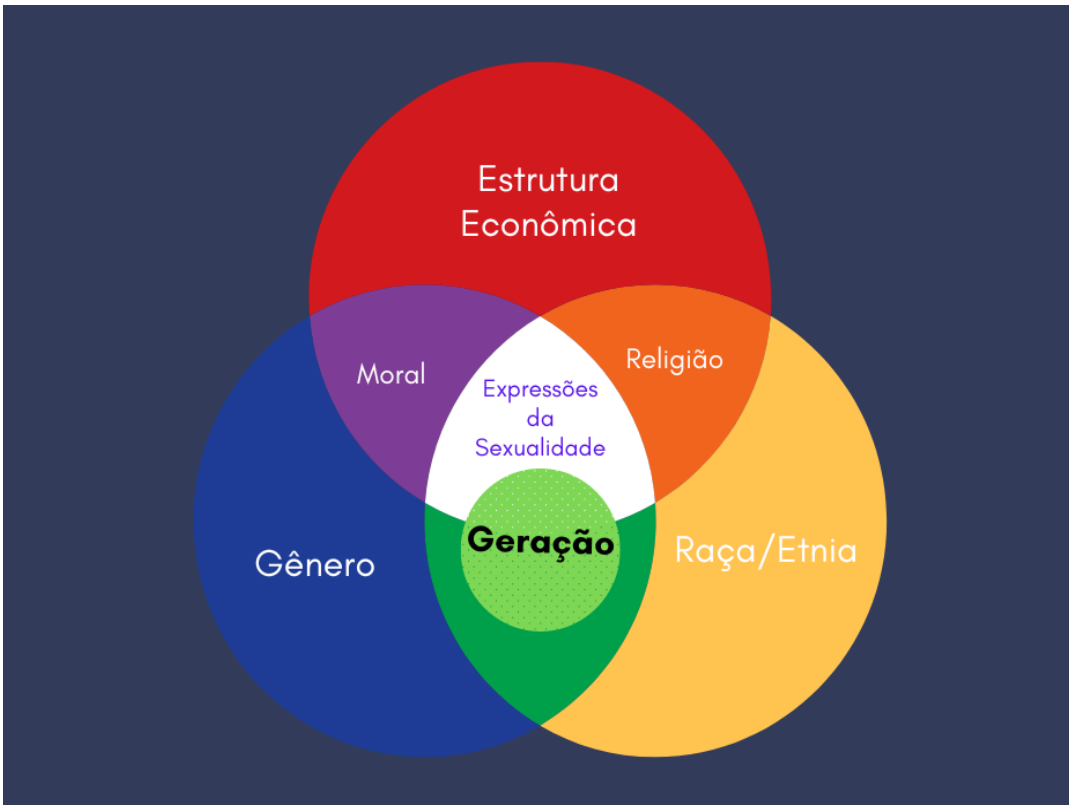
> "Eu também pensava que sexualidade era só sexo, que era vergonhoso ficar falando disso. Agora eu sei que não existe problema em falar sobre sexualidade, porque isso faz parte da vida de todo mundo e que é normal, e que tem mais que o sentido do corpo." (Orquídea). (Rodrigues et al. 2019, p 5)

O corte temporal do desejo sexual, enquanto teoria da "assexualidade", é socialmente explicado a partir do entendimento da totalidade da existência dessas mulheres na sociedade de classes, numa perspectiva geracional. Assim, utilizando da argumentação estrutural de que a definição de um gênero submisso ao outro pelas determinações da binaridade de gênero,

como citado anteriormente, ou que esteja, por conseguinte, determinadas a uma "ordem natural das coisas" (Bourdieu, 1983), também contribui para isso.

Além disso, a partir da compreensão de que há uma pluridetermінação por princípios culturais, religiosos e educacionais sobre os valores que influenciam diretamente tais desenvolvimentos, tanto sexuais quanto de identidade. Influenciando, diretamente, na vivência e nas expressões da sexualidade. É preciso, portanto, relembrar que a velhice é um processo e, por ser um processo gradual, ele é construído para além da biologia.

O sexo na velhice visa trazer uma satisfação física (Almeida; Lourenço, 2007), mas não é eixo central da sexualidade que pode ser considerada uma reafirmação da identidade do ser. Sendo essa sexualidade permeada por inúmeras dimensões, das quais:



Fonte: Elaboração da autora.

As dimensões biopsicossociais afetam diretamente as expressões da sexualidade, especialmente ao se tratar de uma relação geracional. As intersecções de raça e gênero têm outra potencialidade na vida dessas mulheres, utilizando-se de ums argumentação feminista, visto que "[...] inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias[...]" (Akotirene, 2019, p.14) e a marginalização passada de geração em geração. Apesar da conquista dos direitos e avanço dos marcos legais, algumas relações permanecem díspares no que diz respeito aos conceitos hegemônicos de gênero, raça

e sexualidades. No qual apontam muitos caminhos e desafios a serem superados, acarretando danos recorrentes entre os segmentos de grupos sociais marginalizados como mulheres, população LGBTQIAPN+ e negros (Araújo *et al., 2019;* Marcelino, 2016, *apud* Alves & Araújo, 2020, p. 164).

Portanto, a definição de violência simbólica de Bourdieu (1983; 2012), através da naturalização da posição da mulher na sociedade, internalizada pela dominação masculina de questões atreladas ao gênero e à classe, no exercício da sexualidade, está diretamente vinculada a uma violência estrutural patriarcalista. Ao demonstrar essas expressões da sexualidade, elas são taxadas por termos pejorativos, tais como: ridícula, decrépita, vadia, promíscua, desnaturada, velha caduca[51]. Esses termos são aplicados às mulheres que têm determinações próprias de suas vontades e desejos, e essas mulheres são marginalizadas para atender a uma certa interpretação de gênero.

> ¿qué hay de realidad en el cambio de relaciones entre los sexos? No cabe duda de que la dominación masculina ya no se impone con la total evidencia. En lo sucesivo necesita defender y justificar sus acciones. Lo que se llama la "liberación" de las mujeres, y por lo tanto la "liberación sexual" no es más que el aspecto más sorprendente, que ejerce sin duda unos efectos profundos en el ámbito de las representaciones. Y la puesta en cuestión de las evidencias corre pareja con las profundas transformaciones que conoció la condición femenina, con, por ejemplo, el crecimiento del acceso a la enseñanza secundaria y superior y al trabajo asalariado y, por lo tanto, a la esfera pública, y también al distanciamiento respecto a las tareas de reproducción que se caracteriza especialmente por el retraso de la edad de la fecundidad y el acortamiento de la interrupción de la actividad profesional en el momento del nacimiento de un niño[52] (Bourdieu, 2012, p. 1)

Como afirma Bourdieu (2012), a subjugação do gênero feminino a uma diferenciação social atrelada à dominação masculina, se põe em evidência ao falar da liberdade sexual das mulheres.

4.2.2 Quem goza do meu gozo? Vulnerabilidade e invisibilização

[51]Termos mencionados nos depoimentos de mulheres idosas no livro da Antropóloga Miriam Goldemberg, *A arte de Gozar: amor, sexo e tesão na maturidade*, de 2023.

[52]"Qual é a realidade na mudança nas relações entre os sexos? Não há dúvida de que a dominação masculina já não é claramente imposta. A partir de agora ele precisa defender e justificar suas ações. O que se chama de "libertação" das mulheres e, portanto, de "liberação sexual" nada mais é do que o aspecto mais surpreendente, que sem dúvida exerce efeitos profundos no campo das representações. E o questionamento das evidências anda de mãos dadas com as profundas transformações que a condição feminina tem sofrido, com, por exemplo, o crescimento do acesso ao ensino secundário e superior e ao trabalho assalariado e, portanto, à esfera pública, e também o distanciamento das tarefas reprodutivas que se caracteriza especialmente pelo atraso na idade da fertilidade e pelo encurtamento da interrupção da atividade profissional no momento do nascimento de um filho" (Bourdieu, 2012, tradução nossa)

Paralelamente, às mudanças que camuflam aspectos estruturais, tanto nas objetividades quanto nas subjetividades das representações sociais, são evidentes. Se as relações sociais de sexo são, em si, resultados da exploração da força de trabalho, da opressão de gênero e da apropriação imbricada na base material da divisão sexual do trabalho, então o controle sobre a sexualidade da mulher está associado a ela (Cisne e Santos, 2018). Nos casos da escolarização nos ensinos fundamental e superior, há uma mudança de perspectiva nas existências destas mulheres brancas, principalmente. A educação das décadas anteriores aos movimentos de libertação sexual também moldou tais esconderijos sociais, para repressão e abstenções de desejos e prazeres.

Assim,

> [...] a tensão permanente entre gênero e o particular assume densidade histórica e se eleva, do ângulo da sociabilidade, sob as bases concretas das determinações societárias, em cada contexto sócio-histórico. Nas sociedades de classe, verifica-se a tendência de prevalência dos interesses das classes dominantes sobre os interesses da individualidade e da totalidade social. Em se tratando da sociedade capitalista, que representa a sociedade de classe em sua estrutura puramente social e mais desenvolvida, se considerada em termos das suas determinações mais gerais, fundada na desigualdade social, na propriedade privada, na exploração do trabalho e, constituindo-se sob particularidades históricas, em uma sociedade hetero-patriarcal-racista, verifica-se a tendência de uma verdadeira imposição econômica, ídeo-política e cultural dos interesses particulares da burguesia sobre a humanidade (Cisne e Santos, 2019, p. 36-37).

Essa imposição ideo-política, social, patriarcal e racista, retira as vias identitárias e de existência das mulheres, fazendo com que haja uma universalização existencial. O que não é verdade em uma sociedade colonizada e de sociabilidade capitalista, no que diz respeito a mulheres idosas negras,

> A despeito do feminismo hegemônico argumentar que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, o qual as consideram velhas; e de classe, porque perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família, é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas. No pensamento de vanguarda de Sojourner Truth, raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexiste o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo (Akotirene, 2019, p.18)

Os estudos interdisciplinares de Carmen Delia Sánchez Salgado (2002), apontam que entre as mulheres idosas, a pobreza é sinônimo de desigualdade, privação ou ainda, de necessidade. Nos termos gerais, identifica-se na população idosa uma pauperização muitas

vezes advinda da saída do mundo do trabalho e a necessidade de entrada no mundo das aposentadorias ou de acesso às políticas sociais.

Nesta perspectiva, conforme o *Diagnóstico sobre a População Idosa em Pernambuco* (2024), que aborda os perfis dessa população no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), no Censo SUAS, no Registro Mensal de Atendimento (RMA), no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) e no Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS), há uma diferenciação por sexo, em que 58% das pessoas idosas são do sexo feminino e apenas 42% são do sexo masculino, o que corresponde a uma diferença de 100 mil pessoas entre os sexos (Secretaria Executiva de Assistência Social, 2024, p.16).

No quesito raça/cor, 66% das pessoas idosas se autodeclaram pardas e apenas 7% pretas. Assim, conforme o Estatuto da Igualdade racial, que utiliza a classificação de população negra para caracterizar o grupo de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, considera-se que 73% da população idosa beneficiária das Políticas Sociais em Pernambuco pertence à população negra (ibid). É interessante destacar que, entre as pessoas idosas inseridas no CadÚnico (640.364 pessoas), 480.913 assumem o papel de Responsável Familiar (RF), sendo responsáveis por prestar as informações ao cadastro em nome da família (Secretaria Executiva de Assistência Social, 2024, p. 17). Esse dado revela um percentual maior de mulheres negras em comparação aos homens negros, expondo que elas são, em sua maioria, mais vulnerabilizadas. Ao falarmos de mulheres idosas negras, percebemos que lhe são atribuídos outros papéis além daquele de avó invisibilizada e dependente. Essas mulheres são, em sua maioria, pessoa de referência familiar e sustentam suas famílias com os benefícios proporcionados pela política de assistência.

Neste sentido, ao compreender que o Serviço Social, como profissão inserida no mundo do trabalho e mediadora de acesso a direitos sociais, resultante de uma sociedade de classes. E que tem sua trajetória histórica moldada antes e depois do "Congresso da Virada", consolida estudos e pesquisas sobre diferentes temas que permeiam a formação e o exercício profissional.

> Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (Código de Ética, p. 19, 1993)

Destacam-se as políticas sociais que enfatizam a reflexão crítica sobre o papel do Estado nessas interrelações, assim como a seguridade social, a normativa sociais e seus

complexos no campo dos direitos e deveres. Os debates sobre ética em seus fundamentos ontológicos e as particularidades sociais da profissão nessa reflexão de totalidade e de acesso aos direitos (Cisne e Santos, 2018).

A Ética que permeia o Projeto Ético Político do Serviço Social se fundamentam na compreensão da ontologia do ser, enfatizando a importância dos valores nas determinações da prática social. Essa prática é elaborada a partir do processo de trabalho que constitui o ser social, instaurando-se a partir da distinção do ser natural. Logo, a capacidade teleológica, projeta as ações conscientes, e constituem meios para a liberdade.

Esse entendimento compreende uma projeção de sociedade, em que dá caminhos para o desenvolvimento societário extinguindo quaisquer processos de exploração, opressão e alienação. Assim, a profissão do Serviço Social orientada por essas diretrizes do Código de Ética e fundamentada pelo processo teórico-político, dá ensejo ao enfrentamento das contradições na qual a profissão se insere e nas mediações dos direitos sociais e humanos (Código de Ética, 1993).

A interferência dessa invisibilidade social na vida das mulheres idosas, assim como a vivência da sua sexualidade, configura um apagamento social que contribui para a não-identidade de gênero. Não sendo possível, portanto, separar em caixas classe, raça/etnia, gênero e geração, visto que são pontos que se coadunam na análise das relações sociais. É importante considerar a relevância de estudos sobre o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, pois perpetuam a ideia de que esse tema também tem forte influência na luta pela transformação do real.

Entretanto, a falta de produções acadêmicas do Serviço Social sobre mulheres idosas e o processo do envelhecimento na sua intersecção de gênero, sexualidade, raça e classe compactua, de certa forma, com o processo de invisibilidade e apagamento social destas mulheres. Além de manifestar uma omissão na produção do conhecimento e de pesquisa que apontem esclarecimentos sobre como a profissão identifica as problemáticas de gênero e geração, quais instrumentos teóricos e metodológicos são utilizados para construção dos objetos de intervenção que perpassam a relações de gênero e a superação dessas desigualdades.

Ressaltamos que faz parte do próprio Projeto Ético Político a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional ou, ainda o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a,

nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física", como preceitua o Código de Ética (CFESS - princípio VIII; X; XI, p.24, 1993).

A discussão aqui apresentada nos leva a concluir que as mulheres idosas têm sido expostas a variadas situações de invisibilidade, negligência, atos de violência e vulnerabilidades sociais. Apesar da baixa produção de artigos que abordem a sexualidade da mulher idosa, e ainda que estas sejam agrupadas de forma generalizada, universalizando-as, não há dados específicos sobre mulheres idosas negras, indígenas ou transexuais. Isso configura o que Henning (2017) define como a idealização dos "velhos universais", privilegiando uma representação de envelhecimento baseada na teoria hegemônica – idosas heterossexuais, cisgêneras e brancas. Essa universalização retira delas as especificidades de sua construção identitária, evidenciando a invisibilidade e a estruturação de uma não-cidadania.

Esse processo de apagamento de uma parcela da população, seja por idade, gênero, raça ou classe, é um marcador central de uma sociedade preconceituosa. Quando falta dados sobre o tema impossibilita o avanço da discussão, surge a pergunta: *por que a existência dessas pessoas não tem visibilidade?* De um lado, há o grande tabu geracional e, do outro, o tabu da sexualidade. Ao somar ambos em um bloco hegemônico, temos a invisibilidade, acompanhada de uma violência epistêmica, que ignora a construção, identidade e vivência do outro.

Neste trabalho, apesar das tentativas, não foi possível encontrar dados sobre a sexualidade de mulheres idosas negras ou produções no campo do Serviço Social que tratassem do tema de forma geral. Os resultados obtidos, ainda que poucos — apenas 7 artigos—, comprovam que, apesar da feminização da velhice, da Agenda 2021-2023 da ONU, dos Objetivos de Ação e da Recomendação Geral n.º 27 da CEDAW, esse tema específico não recebe a devida visibilidade. Isso reforça as estruturas hegemônicas de invisibilidade e marginalização. Assim, as mulheres idosas enfrentam diariamente desafios impostos por uma sociedade sexista e gerofóbica, refletindo e enfatizando uma cultura produtivista, onde o atrativo sexual e físico é um dos marcadores de visibilidade. Mesmo sabendo que a sexualidade não se encerra na velhice, o contexto social perpetua o descrédito da mulher idosa, cujas representações são desvalorizadas (Lesnoff-Caravaglia, 1984 apud Salgado, 2022; Goldemberg, 2007; Fleury & Abdo, 2022).

O envelhecimento é uma sequência natural da vida, ainda que permeada por fatores biopsicossociais, começamos a envelhecer desde que nascemos. Para envelhecer, basta estar

viva. O modo como vivemos é o que define o tom desse envelhecimento. A escassez de informações sobre o envelhecimento e a sexualidade em diferentes fases da vida acaba por enraizar preconceitos, levando à estagnação das atividades sexuais e das várias expressões da sexualidade. E então compreendemos que o óbvio precisa ser dito e reafirmado: *a sexualidade não se encerra na velhice*. O gênero também não se encerra na velhice, e os velhos e as velhas também são cidadãos. A velhice é uma fase da vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de monografia foi desenvolvido com o objetivo de analisar os processos sociais que constituem a invisibilidade da sexualidade da mulher idosa, a partir de uma crítica à construção social hegemônica, etarista e machista, fundamentada no pensamento crítico marxista. Foram definidos quatro (4) objetivos específicos para guiar a análise, os quais estão relacionados a diferentes dimensões da invisibilidade.

O primeiro objetivo foi identificar os processos históricos atrelados às estruturas patriarcais e às dinâmicas familiares tradicionais que influenciam a percepção e a expressão da sexualidade da mulher idosa no contexto brasileiro. A partir dessa análise, ficou clara a relevância das instituições familiares na construção dessa invisibilidade, dado que o papel social da mulher parece ter um "prazo" que se encerra a partir da velhice. Esse "prazo" está diretamente relacionado às atribuições sociais do gênero que, enquanto mulher, deve-se desempenhar para o desenvolvimento da sociedade na totalidade, sendo a família o principal meio de manutenção do status quo social. Inicialmente, o papel de reprodutora é atribuído à mulher, e, após esse período, assume-se o papel de cuidadora familiar, independente de raça e etnia.

Além disso, o segundo objetivo tratou da exploração das normas de gênero, das relações de poder intrafamiliares e dos valores culturais transmitidos ao longo das gerações. A discussão dos conceitos de gênero a partir de uma perspectiva histórica, possibilitou um entendimento mais profundo do papel da mulher nas dinâmicas familiares, destacando a centralidade das relações hierárquicas de poder, marcadas por uma perspectiva hegemônica. Ao entender gênero e sexo como construções sociais, percebemos que essas categorias sustentam a organização da sociedade, promovendo a perpetuação do grande capital e das desigualdades de gênero.

Em sequência, o terceiro objetivo investigou o papel das instituições sociais, como a família, a religião e os serviços de saúde, na perpetuação ou mitigação da sexualidade da mulher idosa. Essas instituições exercem um papel fundamental na manutenção dos papéis sociais impostos às mulheres, conduzindo-as, muitas vezes, à invisibilização através de discursos que associam o envelhecimento feminino e as expressões da sexualidade ao "pecado" e à exclusão social. Dessa forma, a mulher idosa é relegada a uma condição de não-cidadã, perdendo sua autonomia e visibilidade social.

O quarto objetivo abordou a importância do entendimento da sexualidade das mulheres idosas em um contexto de longevidade populacional. O envelhecimento humano, embora seja um processo biológico, é também social. Discutimos como esse processo é influenciado por condições objetivas e subjetivas do sujeito, a partir da sua posição na estrutura social. A escassez de informações sobre o envelhecimento e a sexualidade em diferentes fases da vida acaba por enraizar preconceitos, levando à estagnação das atividades sexuais e das várias expressões da sexualidade. E então compreendemos que o óbvio precisa ser dito e reafirmado: *a sexualidade não se encerra na velhice*. Portanto, o envelhecimento também está profundamente entrelaçado com as dinâmicas de poder e a posição social ocupada pelas mulheres idosas.

Considera-se que os objetivos do trabalho foram alcançados a partir da discussão apresentada é que as hierarquizações de gênero dão fundamentos para os preconceitos e invisibilidade da sexualidade na velhice. Ao refletir sobre o Brasil, tido como um dos países periféricos em seu processo de desenvolvimento, torna-se evidente que discutir sexualidade e envelhecimento é, ao mesmo tempo, debater a formação social e a perpetuação de instituições que mantêm o pensamento hegemônico. As mulheres idosas são vítimas dessa estrutura social, que as considera incapazes de sonhar ou realizar novos projetos na velhice. A castração do bem viver dessas mulheres é uma materialização concreta dessa estrutura, que lhes nega a possibilidade de existência sexual e até mesmo social, ao classificá-las como não-cidadãs, tolhendo-lhes qualquer possibilidade de liberdade existencial. Nesse cenário, o patriarcado atua de forma central, não apenas disseminando atribuições sociais ao homem, mas também segregando as mulheres e reforçando a violência social ao negar-lhes visibilidade. O racismo, por sua vez, intensifica essa segregação, colocando as mulheres idosas negras em uma posição maior de subalternidade do que as mulheres idosas brancas.

A construção deste trabalho, bem como a leitura dos sete (7) artigos analisados, provocou uma reflexão profunda sobre as relações sociais e as expressões da sexualidade no processo de envelhecimento. Esperamos que essa reflexão também tenha sido suscitada nos

leitores e que provoque na comunidade acadêmica, especialmente no Serviço Social o interesse em aprofundamentos no tema. Além disso, destacamos a importância das instituições sociais na perpetuação dos dogmas que regem a sociedade brasileira, e a necessidade urgente de romper com essas amarras coloniais e com a manutenção da sociabilidade capitalista. Este trabalho, portanto, abre caminho para uma pesquisa mais profunda na estruturação da não-cidadania das mulheres idosas, o que pode constituir um estudo futuro.

Por fim, a partir do que foi apresentado e discutido, reiteramos a importância da discussão sobre a sexualidade da mulher idosa para o Serviço Social e para a sociedade em geral. Invisibilidade da sexualidade é fruto de outras opressões maiores, e o Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a defesa e garantia dos direitos sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade e sofrem com a opressão e exploração da sociabilidade capitalista, tem a responsabilidade de aprofundar estudos, pesquisas e ampliar o escopo de produções sobre o tema. Isso é crucial para trazer visibilidade à existência dessas mulheres e para construir uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Y. de F. M. Violência Doméstica + Idosa = Lei Maria da Penha, Será? *in* BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público Brasileiro**/ Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília–DF, CNMP, 2018. p. 220-235.

ARAÚJO, L. F.,; CARVALHO, V. A. M. L. (2005). **Aspectos sócio-históricos e psicológicos da velhice. Revista de Humanidades**, 6 (3), 1-9

ÁVILA, M. B. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2003. p. 465-469. Disponível em: https://encurtador.com.br/yvmW5. Acesso em 25 ago 2024.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M; **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p. Disponível em: https://encurtador.com.br/EYWku. Acesso em 22 de mai. de 2024

ALMEIDA. S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALLEGRETTI, F. E.; RODRIGUES, A. P. K. **Discurso Religioso enquanto violência de gênero: o papel dos representantes da igreja católica na construção do pensamento social**. IN: DIOTTO, N. et al. (org.) Estudos de Gênero e Feminismos na Sociedade Contemporânea: Diálogos jurídicos. (2020) Vol. I. p. 21- 36.

AZZI, R. **Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964)**. IN: MARCILIO, M. L. Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil. São Paulo: Loyola. 1993. p. 101- 134

BEAUVOIR. S. **A velhice.** Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2. ed. 2018.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BEOZZO, J. O. A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. IN: MARCILIO, M. L. **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Loyola. 1993. p. 29-100

BOCCHINI. M. **O. Valores Conservadores em Ana Maria e Viva Mais!** *IN:* SILVEIRA, M. L.; FARIA. N. (org*).* Mulheres, Corpo e Saúde. São Paulo: SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2000. p. 57-70.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **Lições da aula**. São Paulo, Ática, 1988.

BOURDIEU, P. **Violência simbólica** (tradução nossa). Revista Latina de Sociologia, n.º, 2012. p. 1-4.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo". *in* LOURO, G. L. (org) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora (argos), 2019. p. 191- 219.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil *de 1988.*** Brasília–DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://encurtador.com.br/Tux9t. Acesso em 20 de jul. de 2024

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social **Lei n. 8.842.** Política Nacional do Idoso. Brasília: DF, 4 de janeiro de 1994

BRASIL. Estatuto da Pessoa Idosa. **LEI. Lei n.º 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Brasília–DF: Decretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CAVALCANTI, A. B. **Formação sócio-histórica brasileira e o nó patriarcado-racismo-capitalismo.** Vitória(ES): 2023. ISSN 2175-098X. Disponível em: https://encurtador.com.br/EtVBc. Acesso em 25 ag 2024

CAMPELO E PAIVA, S. **O. Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014

CEDAW-UN, Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. **Recomendação Geral N.º 27: Mulheres idosas e a proteção dos seus direitos humanos.** (2019). Disponível em: https://encurtador.com.br/otyN8. Acesso em 12 jul. 2024

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. d. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) Código de Ética Profissional do/a Assistente Socia*l.* LEI. **Lei n. 8.662/1993** de regulamentação da profissão. 10º ed. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CORRÊA, M. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**. São Paulo: Cad. Pesq., mai. 1981.

COSTA, D. I. P. da. (2000). **As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX.** Revista Brasileira De Estudos De População, 17(1/2), 47–66. Disponível em: https://encr.pw/SFkda. Acesso em 28 jul 2024

CREMA, I. L., & DE TILIO, R. (2021). **Gênero e sexualidade nos relacionamentos íntimos: significados e experiências de idosas.** Psicologia: Teoria e Prática, 23(2), 1–23. Disponível em: https://l1nq.com/LDGN3. Acesso em 06 ago. 2024.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, (1989)1, 139-168.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe.** Trad. Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2016.

DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. **Os direitos sexuais e reprodutivos.** In: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M.T.A. (ed.). Afinal, que paz queremos? Lavras: Editora UFLA, 2004. p 45-70

ESPINOLA, I. E. R.; *et al*. **Aging and vulnerability: perspectives of LGBTQIA+ elderly persons.** *Rev Rene,* v. 24, p. e83200, 2023. Disponível em: https://acesse.dev/1lEw5. Acesso em 06 de ago. 2024.

FALEIROS. E. Violência de Gênero. *in.* TAQUETTE, S. R. (org) **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 61-66. Disponível em: https://l1nk.dev/ZzbBu. Acesso em 04 set. 2024.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: a vontade de saber.** Edições Graal: Rio de Janeiro, 1988.

FLEURY, H. J; ABDO, C. H. N. **A sexualidade de mulheres mais velhas**. Medicina Sexual, Diagn. Tratamento. 2022;27(3).01-3. Disponível em: https://encr.pw/RmOIr. Acesso em 06 ago. 2024.

FREUD, S. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. *in* LOURO, G. L. (org) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora (argos), 2019. p. 07-43

GOMES, J. C. A. **Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais.** São Paulo: Revista Direito GV. V. 17, 2021. Disponível em: https://encr.pw/rtwcR. Acesso em 25 ago 2024

GOLDANI, A. M. **Relações Intergeracionais e Reconstrução do Estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação no Brasil?** Disponível em: https://acesse.one/2NM0L. Acesso em 19 de julho de 2024

GOLDANI, A. M. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação.** Cadernos Pagu, De trajetórias e sentimentos, v.1, p. 67-110, 1993. Disponível em: https://encr.pw/vCpJ8. Acesso em 29/4/2024.

GOLDENBERG, M. **O corpo como capital.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2007

GOLDENBERG, M. (Org.). **O corpo como capital. Estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira.** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2007.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. **Conceito de Gênero.** Aprender- Cad. de filosofia e Psic. da Educação: Vitória da Conquista, 2018. ano XVII, n. 20. p. 9-21. Disponível em: Acesso em 05 de mai. de 2024

HEILBORN, M. L. **Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade.** Cadernos Cepia: Rio de Janeiro, 2002, p. 73-92)

HITA. M. G. **A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador.** Brasil: Edufba, 2014.

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. **Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?.** Rio de Janeiro: Em Pauta, 2017. n.40, v.15, p. 228-246.

HOLANDA. S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/188082/mod_resource/content/1/Raizes_do_Brasil.pdf. Acesso em 05 nov 2024

IACUB, R. **Erótica e velhice: perspectiva do ocidente.** 1 ed. Coleção Gerontologia; v. 4. Vetor: São Paulo, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD**. 2022. Disponível em https://acesse.one/qQFYe. Acesso em: 10 jul 2024.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** São Paulo: brasiliense. 3d. 1987.

LEITE, T. G.; HELLMAN, V.; RAYMUNDO, T. M. **Sexualidade e envelhecimento da mulher: uma intervenção da Terapia Ocupacional.** Revista Kairós: Gerontologia, v. 22, n. 2, p. 131-157, 2019. Disponível em: https://acesse.dev/jdxWw. Acesso em 06 ago. 2024

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Economia política.** In: Manuscritos Econômico – Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARCUSE, H. (1975). **Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud** (6ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores

MARCUSE, H. (1978). **A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional.** (6ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARCUSE, H. (1997). **Sobre o caráter afirmativo da cultura.** In MARCUSE, H. Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MACÊDO, M. d. S. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.** Salvador: Caderno CRH, v. 21, n. 53, Maio/Ago, 2008. p. 389-404

MEGID NETO, J.; CARVALHO, M. **Pesquisas de estado da arte: fundamentos, características e percursos metodológicos.** In: ESCHENHAGEN, M. L.; VÉLEZ-CUARTAS, G.; MALDONADO, C.; GUERRERO PINO, G. (org.). Construcción de problemas de investigación: diálogos entre el interior y el exterior. Medellin: Universidad de Antioquia, 2018. p. 97-113. Doi: https://doi.org/kmcn.

MORENO, J. **Mulheres do Brasil**. EMI Brazil. 2004.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (Orgs.). (2000). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papirus.

PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. *in* LOURO, G. L. (org) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora (argos), 2019. p. 157-190.

PRADO, S. D. (2002). **O curso da vida, o envelhecimento humano e o futuro.** Textos Envelhecimento, p. 1-12

PRADO JÚNIOR. C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6º ed. Editora Brasiliense, 1885.

PEREIRA, M. R. A. **Corpo Feminino e envelhecimento na obra de Lygia Fagundes Telles.** Brasília: estud. Lit. Contemp., n.º 56, 2019. Disponível em: https://encr.pw/IQC9k. Acesso em 19 de julho de 2024

QUINTAS, F. **A Mulher e a Família no final do século XX**. Recife: Fundaj, Editora Massanganas, 2005.

RIOS, R. R. Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade. *In*: RIOS, R. R. (org.). **Em defesa de direitos sexuais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. Disponível em: https://encurtador.com.br/w7Ht0 Acesso em 25 ago 2024.

RODRIGUES, M. R.; *et al.* **Desvelamento Crítico Em Sexualidade Desenvolvido Com Idosas Como Dispositivo De Avaliação Educativa Dialógica**. Revista Baiana de Enfermagem, v. 33, 2019. Disponível em: https://encr.pw/Xvul8 Acesso em 06 ago. 2024

ROMANOVSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf

SAMARA, E. M. **O que mudou na família brasileira?: da Colônia à atualidade.** Psicologia USP, 2002, v. 13, n.2, p. 27-48. Disponível em: https://l1nq.com/E7TH2. Acesso em: 2 maio. 2024

SANTOS, T. S. d. **Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar**. SER Social, *[S. l.]*, v. 10, n. 22, p. 97–128, 2009. DOI:

10.26512/ser_social.v10i22.12961. Disponível em: https://l1nq.com/fJhCQ. Acesso em: 2 maio. 2024.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2.ed., 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência De Gênero No Brasil Atual.** Estudos Feministas, 1994. p. 443–461. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/24327190. Acesso em 03 set. 2024.

SALGADO, C. D. S. **Mulher idosa: a feminização da velhice.** In: Estud. Interdiscip. Envelhec. (Tradução Sérgio Antonio Carlos) Porto Alegre: v. 4, 2002. Disponível em: https://l1nq.com/z1lIw. Acesso em 20 de jul. de 2024

SANTOS, I. d. F. **Atitudes e Conhecimentos de Idosos sobre Intercurso Sexual no Envelhecimento.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, 2022. Disponível em: https://l1nq.com/6rk9t. Acesso em 06 ago. 2024.

SANTOS, T. S. d. **Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar**. SER Social, *[S. l.]*, v. 10, n. 22, p. 97–128, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v10i22.12961. Disponível em: https://acesse.dev/fJhCQ. Acesso em: 2 maio. 2024.

SARLET, W. I. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora Ltda., 2011.

SILVA, I. M. F. DA. **Questão Social e Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira.** Brasília–DF: Temporalis, n.23., 2013. p. 261-278. Disponível em: https://encr.pw/pNx8J. Acesso em 25 ago 2024.

SILVA, E. S.; JARDIM, N. F. R. **Heterossexualidade compulsória e protagonismo lésbicas no romance Controle, de Natália Borges Polesso.** *Revista Crioula*, n.º 50, Lésbicas nas Literaturas de Língua Portuguesa, 2º semestre, 2022.

SOARES, M. B. S. **QUEM GOZA DO MEU GOZO?: uma análise sobre a invisibilização da sexualidade da mulher idosa na construção da não-identidade de gênero.** Projeto de Pesquisa apresentado a disciplina de Seminário de Monografia, 2023.2. Departamento de Serviço Social- Curso de Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas - UFPE. 2024.

SOUZA, C. L. d.; e*t al*. **Aging, sexuality and nursing care: the elderly woman's look. Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 72, n. suppl 2, p. 71–78, 2019. Disponível em: https://acesse.dev/XwylX. Acesso em 06 ago. 2024

SCHMIDT, R. T. **Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SCOTT, J. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a**

proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TOLEDO, C. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide.** Revista Marxismo Vivo, 2001. s/p. Disponível em: https://encurtador.com.br/Tllvw. Acesso em 27 jul. 2024.

VOGUEL. L. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *in* LOURO, G. L. (org) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora (argos), 2019. p. 43-104

YOUNG, J. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.** Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Revan, 2002.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão. Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais.** 2009. Disponível em: https://encurtador.com.br/fhnDI. Acesso em 05 de fev. de 2024

APÊNDICES

Seguem abaixo os quadros que ilustram os trabalhos encontrados para análise:

<table>
<tr><th colspan="3">1</th></tr>
<tr><td colspan="3">Titulo: Desvelamento crítico em sexualidade entre idosas como dispositivo de avaliação educativa dialógica</td></tr>
<tr><td>Ano</td><td>Autores</td><td rowspan="4">Resumo
Objetivo analisar as percepções sobre sexualidade e os respectivos desvelamentos críticos apreendidos nos Círculos de Cultura desenvolvidos com mulheres idosas. Método pesquisa avaliativa, de abordagem qualitativa e construtivista, realizada durante os meses de junho e julho de 2014 em um município localizado no Noroeste do estado do Paraná, Brasil. Foi centrada na etapa do desvelamento crítico do referencial do Círculo de Cultura de Freire e precedida pelas etapas de Investigação Temática, por meio do levantamento das Situações-limites e definição dos Temas Geradores, Codificação e Descodificação. Resultados os seguintes desvelamentos críticos foram apreendidos: compreensão biopsicossocial da sexualidade; compreensão das diferenças sociais e psicológicas da sexualidade; e compreensão da sexualidade enquanto vivência na terceira idade.[53] Conclusão as mulheres idosas reconheceram a percepção biopsicossocial da sexualidade e compreenderam suas diferenças sociais e psicológicas bem como as diferentes formas de prazer possíveis em qualquer fase da vida, demonstrando aspectos positivos da proposta dialógica adotada e alcançando o objetivo da libertação, emancipando saberes.</td></tr>
<tr><td>2019</td><td rowspan="3">Rodrigues, Daysi Mara Murio Ribeiro; Nogueira, Iara Sescon; Higarashi, Ieda Harumi; Heidemann, Ivonete Teresinha Schülter Buss; Baldissera, Vanessa Denardi Antoniassi.</td></tr>
<tr><td>Identificação</td></tr>
<tr><td>LILACS, BDENF - Enfermagem | ID: biblio-1003326</td></tr>
<tr><td colspan="3">Como a hierarquização de gênero influencia na expressão da sexualidade da mulher idosa? Na descrição dos resultados é possível perceber a “domesticação” das mulheres idosas, seja sobre o desconhecimento do que se trata a sexualidade; seja pela vergonha em falar sobre a questão dos desejos e prazeres e de como elas devem vivenciar a velhice e, também, de como a cultura tem forte influência na existência delas. A culturalização da hierarquia de gênero atinge na centralidade das percepções corporais, sociais e psicológicas das mulheres. O intuito educacional do grupo de pesquisadores através do Círculo de Cultura rompe com algumas raízes desta cultura hierarquizada, trazendo a oportunidade de reflexão e conhecimento para as mulheres idosas.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração da Autora. 2024

[53]Termo em desuso, ver nota de rodapé da pág. 21 deste trabalho.

<table>
<tr><td colspan="3">2</td></tr>
<tr><td colspan="3">Titulo: Envelhecimento, sexualidade e cuidados de enfermagem: o olhar da mulher idosa</td></tr>
<tr><td>Ano
2018
Identificação
BDENF - Enfermagem, LILACS | ID: biblio-1057654</td><td>Autores
Souza, Cinoélia Leal de; Gomes, Vanda Santana; Silva, Roberta Lopes da; Silva, Elaine Santos da; Alves, Jaqueline Pereira; Santos, Núbia Rêgo; Reis, Victor Neves; Ferreira, Simone Aline</td><td>Resumo
Analisar a percepção da mulher idosa sobre sexualidade e a prática do cuidado de enfermagem nesse contexto. Método: estudo qualitativo descritivo. Foram entrevistadas 50 mulheres idosas de Guanambi - Bahia, em 2016. A técnica de coleta de dados foi a entrevista direta com utilização de um roteiro não estruturado. Foi feita a análise de conteúdo semântica descrita, e foram levantadas duas categorias empíricas: o olhar da mulher idosa sobre o cuidado de enfermagem na promoção da saúde sexual e na vivência da sexualidade na terceira idade;[54] o processo do cuidar de enfermagem no contexto do envelhecimento da mulher. Resultados: notou-se que as idosas têm receio de falar sobre sexualidade, principalmente com os profissionais da saúde. Pelas próprias influências da sociedade, muitas vezes excluem essa temática do cuidado da saúde da mulher idosa. Considerações finais: ressalta-se que mudanças devem ser pensadas sobre a assistência prestada no que cerne à sexualidade.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Como a hierarquização de gênero influencia na expressão da sexualidade da mulher idosa?

No exercício do direito do acesso à saúde, as mulheres idosas costumam não receber assistência para além das doenças crônicas-degenerativas, pois não fazem mais parte do período reprodutivo. O entendimento de que a sexualidade serve apenas para reprodução como parte do ato sexual é uma forma de hierarquização de gênero. Logo o fato das áreas da saúde não inserirem os aspectos da sexualidade das pessoas idosas no processo educacional dos profissionais gera uma grande lacuna, ao passo em que perpetuam uma falsa assexualidade. No artigo, foram, também, elencadas algumas falas em que se destacam: a vergonha, o medo do preconceito e a falta de informação e comunicação voltadas para esse nicho. Ainda, a vergonha e o desconforto em se consultarem com enfermeiros homens foi grande destaque no texto, com uma das falas expondo que existe um desconforto em realizar exames com uma figura masculina, sendo mais confortável fazer a consulta com uma profissional mulher (p. 81).</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração da Autora. 2024

[54]Termo em desuso, ver nota de rodapé da pág. 21 deste trabalho.

<table>
<tr><th colspan="3">3</th></tr>
<tr><td colspan="3">Titulo: Sexualidade e envelhecimento da mulher: uma intervenção da Terapia Ocupacional</td></tr>
<tr><td>Ano</td><td>Autores</td><td rowspan="4">Resumo
O estudo teve como objetivo analisar a percepção de mulheres adultas mais velhas e idosas acerca de sua sexualidade, por meio da utilização de um grupo de atividades. Estudo longitudinal, exploratório, descritivo, intervencional e qualitativo. Participaram seis mulheres com média de idade de 61,3 anos. A análise geral evidenciou que as participantes acreditam ser possível manter a sexualidade no envelhecimento, assim como acreditam que o conceito de sexualidade vai muito além do ato sexual em si.</td></tr>
<tr><td>2019</td><td rowspan="3">Leite, Thayani Guedes; Hellman, Vanessa; Raymundo , Taiuani Marquine.</td></tr>
<tr><td>Identificação</td></tr>
<tr><td>LILACS, Index Psicologia - Revistas | ID: biblio-1023353</td></tr>
<tr><td colspan="3">Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade da mulher idosa?

As dificuldades encontradas na vivência da sexualidade estão relacionadas, em sua maioria, à autoimagem, à disposição física e à falta de companheiro. As mudanças físicas somam-se aos problemas sociais do que é a sexualidade. As mulheres idosas entrevistadas, pontuam também a “liberdade” alcançada depois do processo de menopausa pela não obrigatoriedade de reprodução, finalmente podendo alcançar a relação sexual pelo prazer ou abordando outras vertentes da sexualidade. A hierarquização dos papéis de gênero no que diz respeito às atividades domésticas são apontadas como um problema, pois castram o desejo de interação sexual na maioria das relações, causando um afastamento dessas expressões. Também, como resultado, é importante pontuar a influência da cultura na sexualidade, em que as diferenças sobre a temática na contemporaneidade é diferente da abordada na época da adolescência das entrevistadas, hoje, mulheres idosas.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração da Autora. 2024

<table>
<tr><th colspan="3">4</th></tr>
<tr><td colspan="3">Titulo: Gênero e sexualidade nos relacionamentos íntimos: significados e experiências de idosa</td></tr>
<tr><td>Ano</td><td>Autores</td><td rowspan="4">Resumo
Esta pesquisa objetivou compreender os significados e as experiências atribuídos por idosas às relações de gênero e à sexualidade vivenciadas em seus relacionamentos íntimos. Entrevistaram-se 12 frequentadoras de uma Unidade de Atenção ao Idoso (UAI) localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais. A partir de uma análise de conteúdo temática, foram estabelecidas três categorias: "Influência da educação para a sexualidade", "Normatização</td></tr>
<tr><td>2021</td><td rowspan="3">Crema, Izabella L; Tilio, Rafael De.</td></tr>
<tr><td>Identificação</td></tr>
</table>

LILACS, Index Psicologia - Revistas | ID: biblio-1287706-		da sexualidade" e "Ressignificações sobre a sexualidade durante o envelhecimento". Os principais resultados destacaram que as participantes receberam uma educação (formal e informal) moralmente rígida que reforçou papéis tradicionais de gênero (dupla moral sexual), gerando desinformações, medos, vergonhas, incertezas e dúvidas sobre a feminilidade e a sexualidade que, todavia, puderam ser em parte reformulados durante o envelhecimento em razão das novas experiências e dos novos conhecimentos (com a participação na UAI), e, assim, os significados e as experiências delas transitaram entre concepções tradicionais e questionamentos das relações de gênero e sexualidade.
Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade da mulher idosa? As mulheres idosas sofrem opressões e repressões as quais buscam controlar seus corpos e sexualidades que decorrem diretamente dos papéis de gênero e suas performatividades, assim como sofrem grande interferência etária. Ainda, a forte influência cultural das relações de poder entre gêneros que se fundamentam em uma concepção de família nuclear e pela dupla moral sexual com restrições, específicas, para as mulheres espera uma renúncia sexual, a dedicação plena à família, adequações aos padrões estéticos, obediência, deserotização, conformismo e medicalização da sua sexualidade.		

Fonte: Elaboração da Autora. 2024

5		
Titulo: Atitudes e conhecimentos de idosos sobre intercurso sexual no envelhecimento		
Ano	Autores	Resumo A sexualidade no processo de envelhecer é um fenômeno que precisa ser compreendido de forma sistematizada. Dada a amplitude de possibilidades em discussões acerca da sexualidade, o presente estudo focou no intercurso sexual no envelhecimento. Assim, o objetivo traçado foi compreender as atitudes e os conhecimentos de idosos de um município do agreste de Pernambuco sobre o intercurso sexual no envelhecimento. Foi utilizado o método quantitativo descritivo, com instrumento de coleta e de análise dos dados a escala ASKAS (Aging Sexual Knowledge and Attitudes Scale) aplicada à amostra de 150 participantes de ambos os sexos. Os resultados evidenciaram que a maioria dos entrevistados compreende que práticas sexuais podem trazer benefícios psicológicos. Apesar disso, a maior parte dos participantes, tanto das mulheres quanto dos homens, indicaram que o interesse
2022	Santos, Iara de França	
Identificação		

LILACS, Index Psicología - Revistas | ID: biblio-1360643		sexual inevitavelmente desaparece depois dos 65 anos. As mulheres da amostra, como já era esperado, mostraram-se mais afetadas por tabus e proibições quanto à realização de desejos sexuais, consideraram o sexo como algo perigoso e alegaram vergonha para demonstrar interesse sexual, o que aponta para a necessidade de uma discussão de gênero.(AU)
Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade da mulher idosa? Os aspectos socioculturais têm grande influência na sexualidade das mulheres idosas, bem como as relações de gênero visto a liberdade sexual dos homens idosos e os aspectos físicos do processo de envelhecimento que difere da fisiologia da mulher, acarretando, também, diferenças na vivência das sexualidades. Ainda, a maioria das mulheres idosas que participaram dos estudos, elencam as relações sexuais como atos praticados dentro de relações monogâmicas como o casamento. Sendo a restrição da liberdade sexual, para mulheres idosas, um problema que pode causar prejuízos ao bem-estar psicológico. A menor frequência das relações sexuais por mulheres idosas, que é um reflexo direto de uma sociedade patriarcal, ao tempo em que apregoa a liberdade sexual para os homens poda a das mulheres em imposições de como deveriam ser performados os papéis sociais de gênero.		

Fonte: Elaboração da Autora. 2024

6		
Titulo: A sexualidade de mulheres mais velhas		
Ano	Autores	Resumo A população mundial tem vivido mais e deve manter uma boa saúde durante o processo de envelhecimento. Idosos expressam o desejo de preservar a vida sexual ativa, porém, mesmo com evidências de que o bem-estar sexual desempenha papel importante no sucesso dessa etapa de vida, os elementos facilitadores dessa condição têm sido pouco estudados. A diminuição e a interrupção dessa atividade entre as mulheres estão associadas à presença de disfunção erétil e/ou adoecimento do parceiro, entre outros fatores. Considerando a importância da satisfação sexual de
2022	Fleury, Heloisa Junqueira; Abdo, Carmita Helena Najjar.	
Identificação		

LILACS | ID: biblio-1380677		mulheres em processo de envelhecimento, esse texto tem como objetivo discutir os elementos facilitadores dessa satisfação, na população idosa, visto que a manutenção da satisfação sexual é um forte preditor do envelhecimento saudável, assim como a atividade social e a saúde geral. Os estereótipos sociais, os preconceitos de familiares e pessoas com quem convivem, a falta de privacidade e a crença de que a viuvez encerra a vida sexual são algumas das barreiras à expressão do desejo sexual dessas mulheres. A maioria das mulheres mais velhas gostariam de permanecer sexualmente ativas, inclusive aquelas sem parceria. Por isso, os profissionais de saúde precisam estar conscientes da importância de novas referências sobre a sexualidade das mulheres em qualquer fase da vida. A diversidade de possibilidades de função e desempenho sexual ao longo do envelhecimento deve ser discutida para incentivá-las a serem sexualmente ativas e fortalecerem a resposta aos estímulos sexuais.
Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade da mulher idosa? Os estereótipos sociais envolvendo os papéis de gênero em que os preconceitos familiares e das pessoas dos meios de convivência, assim como a súbita perda da privacidade e o entendimento de que o desejo sexual se encerra na velhice geram barreiras para a expressão da sexualidade destas mulheres. Considerando, ainda, que a felicidade só é possível no casamento e sendo fiel ao parceiro.		

Fonte: Elaboração da Autora. 2024

7		
Titulo: Envelhecimento e vulnerabilidade: perspectivas das pessoas idosas LGBTQIA+		
Ano	Autores	Resumo Objetivo compreender a percepção da pessoa idosa LGBTQIA+ sobre vulnerabilidade social e programática. Métodos estudo qualitativo desenvolvido com dez idosos. A coleta se deu por meio de entrevista subsidiada por um instrumento semiestruturado. Foram incluídos idosos de ambos os sexos ou não binários atendidos em um centro de referência. Adotou-se a análise de conteúdo por meio da modalidade temática para sistematização dos dados. Resultados o envelhecimento humano suscitou discussões acerca das necessidades específicas, como sexualidade. Tratados como tabus, indivíduos idosos que pertenciam a grupos de minorias sexuais sofriam dupla invisibilidade, sobretudo nos serviços de saúde. Ademais, a falta de apoio
2023	Espínola, Isaura Emília Rodrigues; Carvalho, Lara Fernandes de; Silva, Deysianne Ferreira da; Souza, José Madson	
Identificação		

| LILACS, BDENF - Enfermagem | ID: biblio-1449065	Medeiros; Oliveira, Fabiana Maria Rodrigues Lopes de; Galindo Júnior, José Uilson Ferreira; Barbosa, Keylla Talitha Fernandes.	social e familiar resultou em sofrimento psíquico e vulnerabilidade social. Conclusão por meio dos relatos, é possível identificar lacunas importantes na assistência à pessoa idosa LGBTQIA+, como dificuldade de acesso e práticas de saúde genéricas, que não consideram as particularidades dessa população, além de discriminação e ausência de espaços de convivência. Contribuições para a prática: o envelhecimento populacional suscita discussões acerca da adequação dos serviços de saúde diante das demandas específicas da pessoa idosa, sobretudo no que concerne a sexualidade e às minorias sexuais e de gênero.
Como a hierarquização de gênero influi na expressão da sexualidade da mulher idosa? A intensificação das repressões sofridas pelo processo da educação sexual sobre as relações de gênero e a performatividade das expressões da sexualidade, que culminaram em vergonha ao desejo, se intensificam na velhice. Soma-se ainda a classificação de assexualidades, em que dão visibilidade a uma ideia errada gerando problemas no acesso a políticas públicas, principalmente no acesso à saúde na sua amplitude. No mais, é importante destacar que o envelhecimento da população LGBTQIAPN+ é permeado por outras discriminações que não só a geracional, mas a forte influência dos preconceitos da orientação sexual e da própria vivência da identidade de gênero.		

Fonte: Elaboração da Autora. 2024